

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E
SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**Marx Visita a Monsanto: Para Pensar a Questão Agrária
no Século XXI**

Camila Moreno

2005



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
AGRICULTURA E SOCIEDADE

MARX VISITA A MONSANTO: PARA PENSAR A QUESTÃO
AGRÁRIA NO SÉCULO XXI

CAMILA MORENO

Sob a Orientação do Professor

Héctor Alimonda

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre** em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

Rio de Janeiro, RJ

Novembro de 2005

335.411

Moreno, Camila

M843m

T

Marx visita a Monsanto : para pensar a questão agrária no século XXI / Camila Moreno - 2005.

124 f.

Orientador: Héctor Alimonda.

Dissertação (mestrado) -
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. ???-???.

1. Questão agrária - Marx - Teses. 2. Movimentos camponeses - Século XXI - Teses. 3. Transgênicos - Teses. I. Alimonda, Hector. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

CAMILA MORENO

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em 16/11/2005.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 08/12/2005

Prof. Dr. Héctor Alimonda, CPDA/UFRRJ

(Orientador)

Prof. Dra. Maria Verônica Secreto, CPDA/UFRRJ

Prof. Dr. Marcelo Rosa, UFF

Prof. Dr. Roberto José Moreira, CPDA/UFRRJ

(suplente)

Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves, UFF

(suplente)

Para aquelas, que campo afora, seguem lutando e acreditando

RESUMO

MORENO, Camila. **Marx visita a Monsanto: para pensar a questão agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005. 124 p.(Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Este trabalho trata de relacionar a emergência e o protagonismo dos movimentos camponeses no espaço de articulação mundial de construção de alternativas ao neoliberalismo, identificado no processo do Fórum Social Mundial (FSM). No discurso à globalização dos camponeses nesse contexto, o tema da oposição aos organismos geneticamente modificados (transgênicos) em sua introdução na agricultura tem servido de elemento catalisador e mobilizado outros movimentos e grupos da sociedade civil, para além do campo e do rural. Este efeito deve-se à caracterização política da introdução dessa tecnologia, lograda sobremaneira no discurso camponês em defesa dos territórios e da soberania alimentar dos povos e dos Estados nacionais frente ao controle do sistema agroalimentar mundial por algumas empresas transnacionais do setor, como no caso emblemático da soja transgênica, a Monsanto. Inserida no debate macro das negociações agrícolas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), do marco jurídico internacional de proteção da propriedade intelectual e dos riscos ambientais da contaminação genética dos ecossistemas, a oposição aos transgênicos na agricultura oferece um fio condutor para compreender a dinâmica de funcionamento do capitalismo hoje, onde a proletarianização dos camponeses, com o controle genético e a privatização das sementes, serve de pedra de toque. Dessa forma, os transgênicos atualizam e ressignificam o núcleo de temas e problemas que ficou conhecido na tradição marxista como a Questão Agrária. Ainda, os movimentos camponeses reafirmam para a problematização teórica a centralidade do trabalho na apreensão das contradições da realidade, ressaltando a dimensão ecológica, na qualificação do processo produtivo que diretamente transforma a natureza, incluindo desde aí a crítica à ideologia do progresso tecnológico como dissociado de um projeto político. Esta imbricação é especialmente oportuna para recuperar Marx hoje, depurado do marxismo, buscando atualizar a perspectiva crítica da economia política em relação ao conceito contemporâneo de racionalidade ambiental, incorporando a dimensão da ecologia à política tanto como à economia. Nessa leitura, os movimentos camponeses estariam na vanguarda da contestação às estruturas de produção capitalistas hoje, bem como apontariam, na indissociabilidade entre ecologia e política, os rumos de construção de um projeto socialista para o século XXI.

Palavras chave: capitalismo, movimentos camponeses, transgênicos

ABSTRACT

MORENO, Camila. **Marx visits Monsanto: to think the agrarian question on the XXI century.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005. 124 p.(Dissertation, Master in Science in Development, Agriculture and Society).

This work seeks to relate the resurgence and protagonism of the peasant movements on the space of world articulation and alternatives' building to neoliberalism, identified with the World Social Forum (WSF) process. On the peasants' discourse to globalization in this context, the opposition to the genetically modified organisms (transgenics) in its introduction in agriculture has served as a catalytic element and mobilized other movements and segments of civil society, beyond the farms and rural areas. Such effect is due to the political characterization in framing the introduction of this technology; this has been obtained exceedingly by the peasant's discourse on defense of its territories and the Food Sovereignty of peoples' and States, facing the control of the global agro-food systems by some few transnational corporations of the sector, as in the emblematic case of transgenic soy, the Monsanto company. Located within the macro debate on agriculture liberalization in the World Trade Organization (WTO); the juridical international framework to protect intellectual property; and the risks of genetic contamination of ecosystems, the opposition to transgenics in agriculture offers a red thread to comprehend the dynamics of how capitalism operates today. In the process through peasants became proletarians, the genetic control and privatization of the seeds serve as a corner stone. In this sense, transgenics update and give new meaning to the nucleus of themes and problems known for the marxist tradition as the Agrarian Question. Also, the peasant movements restate to theoretical framing the centrality of the labor process in apprehending the contradictions in reality, highlighting the ecological dimensions, and qualifying the productive activity that directly transforms nature; from there it is associated a critic to the ideology of technological progress as if dissociated of a political project. These imbrications are specially suitable to recover Marx today, freed from Marxism, seeking to update the critical perspective of political economy in relation to the contemporary concept of environmental rationality, thus incorporating the ecological dimension to politics as to economy. In this view, the peasant movements would be on the *avant-garde* of contesting the capitalist structures of production, as would they be pointing to – on the interface of politics and ecology – the ways to build a socialist project for the XXI century.

Key words: Capitalism, peasant movements, transgenics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: OS TRANSGÊNICOS E A RACIONALIDADE CAPITALISTA	1
Para Além da Mercadoria.....	3
A Questão Agrária	11
O Brasil.....	13
I- A ESQUERDA INTERNACIONAL E O CAPITALISMO NO SÉCULO XXI.....	15
1. Globalização e Capitalismo	16
2. O Discurso Camponês à Globalização (e ao Capitalismo).....	21
3. A Doxa Neoliberal	32
5. O Impasse da Esquerda: Um ‘Outro Mundo’ é Possível ?.....	43
6. Marxismo e Socialismo no Século XXI: Ecologia e Política	47
II O SISTEMA AGROALIMENTAR MUNDIAL E AS QUESTÕES AGRÁRIAS NACIONAIS	51
1. Questão Agrária e Globalização	52
1.1 Antecedentes: a Revolução Verde na origem do discurso à sustentabilidade e à mercantilização da natureza.....	54
1.2 Pressupostos (ideológicos) do discurso à ‘pobreza rural’.....	60
1.3 Pobreza, alimentos e dinâmicas do capitalismo	62
1.4 A nova (e cada vez mais urbana) Questão Agrária	69
2. Terra, Território e Dimensões do poder	71
2.1 A territorialização produtiva	78
2.2. O projeto político do agronegócio.....	83
2.3 Configurando a questão a partir da realidade brasileira: a geopolítica da soja transgênica	85
3. Discurso e Poder : Segurança e Soberania Alimentar.....	90
3.1 Desconstruindo o Debate: Tecnologia e Ideologia.....	94

4. Macrossistema Técnico	99
CAPÍTULO III DE CAMPONÊS PARA PARA PROLETÁRIO: A “QUESTÃO” AGRÁRIA	106
1. Espectros de Marx.....	108
2. A Questão Agrária como Campo de Inteligibilidade.....	117
2.1 Mercados de alimentos e dinâmicas coloniais	119
2.2 Proletarização e a lógica da sociedade industrial.....	132
CONCLUSÃO.....	144
BIBLIOGRAFIA	148

INTRODUÇÃO: OS TRANSGÊNICOS E A RACIONALIDADE CAPITALISTA

As sementes em todas as culturas ao longo da história guardam em si a dimensão totêmica¹. Representam a instância do que é possível, do universo em potência, da *condição de existência da matéria e, portanto, do vir a ser de todas as coisas no mundo. Na cosmologia do capitalismo, e na cosmovisão neoliberal, as sementes transgênicas também têm, por analogia, um papel central.*

Transgênico ou organismo geneticamente modificado (OGM) é aquele organismo cujo material genético (DNA ou RNA) tenha sido modificado por técnicas de engenharia genética, tendo recebido genes provenientes de outro organismo (genes exógenos). Através desta técnica, *em laboratório*, são rompidas as barreiras sexuais que impedem o cruzamento genético no meio natural entre espécies diferentes. Ou seja, uma variedade transgênica *jamais* seria obtida no meio natural ou com a seleção e melhoramento tradicionais praticados há milênios pelos povos da humanidade. Através deste novo paradigma tecnológico, a biotecnologia, a natureza vem sendo reconstruída, privatizada e mercantilizada de acordo com as *necessidades do processo industrial e das normas de padronização globais*, imposto pelo ritmo e pela lógica do mercado mundial.

Entre os transgênicos, o exemplo mais cabal e representativo do mundo e da natureza re-criados sob a lógica capitalista é o desenvolvimento industrial de sementes estéreis, no caso, a tecnologia de sugestivo nome: *Terminator*.²

¹ Agradeço à Antonádia Borges a indicação do sentido “totêmico” das sementes, traduzindo aquilo que eu passei muito tempo buscando um conceito para exprimir.

² “Desenvolvida pela primeira vez pela empresa norte-americana Delta & Pine Land, a tecnologia *Terminator* - ou Tecnologia de Restrição de Uso Genético (GURT, por sua sigla em inglês), como preferem seus defensores - é um conjunto de técnicas que possibilita a criação de plantas transgênicas para produzir sementes que alcançam a maturidade uma única vez e depois não germinam mais se novamente plantadas. Isso é possível graças a um gen que é inserido artificialmente na estrutura da planta e depois ativado e desativado através da utilização de um indutor químico. Devido aos riscos potenciais que acarretam, as sementes Terminator têm sua comercialização proibida desde 2001, quando a inexistência de experimentos de campo feitos pelas empresas que comprovassem a segurança dessa tecnologia fez com que a ONU decretasse a moratória global de sua disseminação. A moratória determinada pela ONU, no entanto, não interrompeu as pesquisas feitas pelas grandes empresas e por alguns governos sobre a tecnologia Terminator e suas variáveis. No campo político e diplomático, a batalha pelo fim da moratória começou no dia seguinte em que ela foi decretada. A disputa em torno do assunto teve seu ápice durante a Oitava Conferência das Partes da Convenção de Biodiversidade CDB (COP-8), realizada em Curitiba, Brasil no início de 2006.

O único ponto realmente positivo das decisões da COP-8 foi, na verdade, um alívio mais do que uma vitória. Trata-se da reafirmação da moratória para as tecnologias genéticas de restrição de uso (Gurts, mais conhecidas

Desafiando a ontologia, a tecnologia *Terminator* produz *sementes estéreis*, ou suicidas - porque germinam só uma vez.

A justificativa ‘racional’ para este primor do ‘progresso da ciência’ e do ‘avanço da tecnologia’, se apóia em basicamente dois argumentos:

- coibir o risco de *contaminação genética* através dos transgênicos ‘convencionais’, uma vez que estes, segundo seus opositores, ameaçam com danos imprevisíveis e irreversíveis os ecossistemas (sendo por essa razão que a principal linha de argumentação, sobretudo pública contra, ou ainda, de algum resguardo em relação aos OGMS, tem sido sob a égide do “princípio de precaução”), com o *Terminator*, descartado o ‘risco’, isso possibilitaria expandir ainda mais os cultivos já existentes;

- ao gerar apenas sementes estéreis, o agricultor/consumidor ficaria absolutamente impossibilitado de utilizar as sementes obtidas para reproduzi-las livremente no plantio seguinte, ação que violaria o *direito ao recolhimento das royalties* devidas à empresa detentora da patente.

As sementes *Terminator*, por isso, são conhecidas como sementes genocidas³ (e não suicidas) pois ao aprofundar a este nível os mecanismos de poder e controle do sistema agroalimentar mundial, qualificam-no ainda mais como “a principal arma de destruição em massa” que a humanidade deveria se preocupar hoje⁴.

Pode-se pensar, na perspectiva dos processos de longa duração que perfazem a história e a trajetória das mentalidades, que a criação e a disponibilidade comercial da tecnologia *Terminator*, demarca o momento histórico a partir do qual a fertilidade e a fecundação,

pelas sementes estéreis terminator). A moratória proíbe que haja testes de campo e comercialização de variedades terminator. A decisão já estava dada, mas alguns países tentaram quebrar a moratória, solicitando a possibilidade de se liberar testes de campo, por meio de um mecanismo de análise "caso a caso". O Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil defendeu esta possibilidade, mas não foi suficiente para mudar a posição oficial brasileira.

O caso dos Gurts propiciou um dos eventos mais marcantes na história das COPs. Mulheres militantes da Via Campesina interromperam, com um protesto silencioso, as negociações na plenária com cartazes que pregavam o banimento dos transgênicos e a reafirmação da moratória. O protesto terminou por constranger os(as) delegados(as) e assegurar a manutenção da moratória, e foi a única manifestação da sociedade civil que teve impacto efetivo nas negociações oficiais. A campanha *Ban Terminator* (banir o terminator) liderou a mobilização da delegação de movimentos camponeses, parte da Via Campesina nacional e internacional durante a realização do encontro e foi o fator mais midiático de união das ações e protestos em plenário. (Thuswohl 2006, Agência Carta Maior)

³ Grupo ETC, 2006 *Ban Terminator* at: <http://www.etc.org>

⁴ Declaração de Paul Nicholson, coordenador da Via Campesina na Europa para Agência de Información Solidária, 2003. Disponível em <http://www.rebellion.org>

expropriadas da natureza, passam a ser um processo industrial. Hoje a possibilidade real e a viabilidade técnica deste projeto – de esterilizar as sementes – representa uma escolha civilizacional. A ver do que trata esta escolha. A FAO estima que durante o século XX foram perdidas 75% da diversidade genética que integravam a biodiversidade agrícola, constituída por 12,000 anos de trabalho humano sobre a natureza, desapareceram. O termo é erosão genética, por ação humana, da expansão da agricultura industrial⁵.

A transgenia aplicada à agricultura constitui um dispositivo material e discursivo da biotecnologia como ideologia, opacionada na retórica científica, e uma inédita dimensão de poder do capital no controle estrutural e efetivo das sementes, mas, também, em um nível até agora impensável⁶, *de expansão da forma mercadoria com o domínio da lógica do capital sobre a capacidade ontológica de reprodução da própria natureza, onde as espécies estão submetidas daqui em diante à co-evolução com a indústria.*

Para Além da Mercadoria

“Más que commodities..., beyond commodities...[literalmente assim, com as reticências] gerando diferenciação através da inovação.”TM”

O mote acima expressa a missão da *Renessen*⁷, a *joint-venture* entre Monsanto e Cargill (50% e 50%), criada em 1999, e que pretende ser a líder ‘na interface da biotecnologia com a tecnologia de processamento’, o que já anuncia o tom da tendência à concentração ainda maior deste setor.

O primeiro fruto da *Renessen* foi autorizado pelo USDA⁸ em meados de 2006 e já revela o futuro ‘promissor’ desta parceria: uma variedade transgênica de milho com alto valor

⁵ FAO. State of the World's Plant Genetic Resources for Food and Agriculture, p. 7.

⁶ ETC, 2004

⁷ Cf. Informações do site da empresa <http://www.renessen.com> e <http://www.renessen.com.ar>, para o braço da empresa na vizinha Argentina.

⁸ United States Department of Agriculture

de óleo e lisina⁹, LY038, de nome comercial milho *Mavera*TM, e que de acordo com informe aos investidores, se coloca no mercado, ao menos para fins gráficos, para além (*beyond*) que o milho *commodity*:

	Oil %	Lysine%	Proteína %
<i>commodity corn</i>	3.5	0.25	8.0
<i>Mavera</i> TM high value corn	6.5	0.40	8.5

lysine

Fonte: Monsanto, 31/07/2006, Investor's presentation

Anunciado como o 'primeiro produto focado no processador' - ou seja, que *não* se destina à alimentação humana direta, a vantagem desta variedade, ao substituir a necessidade de suplementar as rações animais com lisina industrial visa, segundo a empresa, 'reduzir custos e maximizar a eficiência do processo produtivo'¹⁰.

O exemplo a seguir ilustra concretamente em que consiste esta *co-evolução* que referi anteriormente, onde as espécies são 'melhoradas' e 'evoluídas' em laboratório para adequarem-se à indústria e às normas de padronização do mercado e da dieta globalizada.

Desde da década de 70, a *disponibilidade industrial da lisina* oferece aos nutricionistas a possibilidade de alcançar as necessidades de lisina dos animais monogástricos a um custo efetivo. Recentemente, a substituição parcial da farinha de peixe por matérias-primas de origem vegetal para a *produção intensiva* de salmonídeos criou uma nova demanda para a lisina industrial.

A otimização dos níveis dietéticos da ração melhora significativamente as performances produtivas dos animais como, ganho de peso, conversão alimentar e deposição de carne magra. A *rápida evolução das linhagens genéticas dos suínos, frangos de cortes,*

⁹ A lisina é um aminoácido estritamente essencial porque os animais e os humanos não possuem as vias enzimáticas para sintetizá-lo, portanto a alimentação é a única fonte de lisina. A lisina é um aminoácido limitante em dietas para os animais porque as matérias-primas ricas em carboidratos que compõem a maior parte da ração animal, como milho, sorgo, trigo, triticale, milheto são altamente deficientes em lisina; altos teores de lisina tem ação tóxica para os humanos e tem ação imediata na absorção de água em nível muscular, em dosagens elevadas pode ocasionar câimbras e paralisias. É exatamente a capacidade de absorção de água, para a maior suculência das carnes industriais, que torna este milho tão especial para o "processador". Cf. respectivamente <http://www.lysine.com> e <http://www.thematrix.com>

¹⁰ The high lysine technology is being developed by Renessen and will be sold through the Monsanto seed dealer network. The *Mavera*TM high value corn with lysine contains a transgenic trait for lysine (LY038) that was approved by USDA in February 2006. The lysine trait will be stacked with other Monsanto agronomic corn traits. [www.grains.org/.../technical_publications/USGC%20Value%20Enhanced%20Corn%20Report%202006%20%20\(English\).pdf](http://www.grains.org/.../technical_publications/USGC%20Value%20Enhanced%20Corn%20Report%202006%20%20(English).pdf)

galinhas poedeiras e perus, resulta no aumento permanente das exigências de lisina, proporcionalmente ao aumento da eficiência alimentar pelo simples processo de concentração. Além disto, a seleção genética visa a obtenção de carnes magras, tendência geral da preferência do consumidor, gerando maior necessidade de lisina¹¹.

No aspecto em que este *trans-milho*, pois, expressa geneticamente uma ‘melhora’, a empresa informa que a lisina atua na ‘suculência das carnes’ (dos animais tratados com essa ração), preservando os ‘sumos’ e a ‘consistência tenra, associada à frescura do produto’, *mesmo depois que* estas carnes tenham sido submetidas ao processamento, congelamento, transporte por longas (e inimagináveis) distâncias¹² e armazenagem por outros tantos longos períodos.

Na ênfase proposta, de identificar as dinâmicas da *racionalidade do sistema capitalista*, o ‘melhoramento’ equiparado à uma suposta ‘evolução’ genética desta variedade de milho se apóia em uma premissa circular. Ou seja, a ‘melhora’ do milho é justamente em relação ao processo industrial, que na escala e ritmo de produção de proteínas animais e nos mecanismos de processamento e circulação, esta à raiz da atribuída ‘perda da frescura’, associado ao caráter mais ‘natural’ que se expressaria ‘no sabor, na consistência e também nos sumos’¹³.

Desta forma, a ‘evolução’ desta espécie se justifica exatamente para suprir um traço que a torna mais apta para competir na ‘luta pela sobrevivência’ (traduzida na capacidade de reduzir custos e maximizar o lucro) na lógica industrial de processamento e circulação das mercadorias comestíveis no mercado global. Ou seja, naturalizando e materializando ‘o mercado’ e seus mecanismos de competitividade e seleção ao nível molecular da matéria, como no caso do milho *Mavera*TM.

¹¹ Fonte: www.lysine.com

¹² Cf. conceito de ‘*food miles*’, refere ao cálculo da milhagem que um alimento percorreu, e a quantidade de combustíveis que queimou, para atingir o prato consumidor e serve com um indicador potencial do impacto ambiental da produção e circulação globalizada de alimentos, na perspectiva da economia ecológica, em relação ao balanço de energia.

¹³ Para um capítulo brilhante sobre este tema ver Schlosser (2004). Aqui caberia uma digressão sobre o papel da indústria de *flavors* e a capacidade *química* industrial de manipular o olfato e o paladar, condicionando e inclusive aliciando a percepção sensível, na criação de um ‘gosto’ padrão, produzido e controlado por algumas empresas que controlam a produção e ditam o sabor dos alimentos hoje no mundo. Este ponto também remete a um debate de natureza filosófica, sobre a dimensão política da estética manifesta nos critérios de ‘gosto’, pois envolvem a capacidade de julgar a atribuir um valor objetivo, reconhecível na coletividade, em uma leitura que associa este viés com uma reflexão sociológica e antropológica muito refinada, do gosto como critério diferenciação e distinção social, como elaborou Bourdieu (1979).

Mas o milho Maverá™ deve ser entendido em um horizonte mais amplo, pois é apenas um produto dentro do chamado Maverá Plan™: ‘cultivando o futuro’ (*growing de future*). Neste plano, a visão da parceria *Monsanto* e *Cargill* consiste em ‘descobrir e entregar o melhor alimento para o nosso mundo’ (*discovering and delivering the best food for our world*), aliando a empresa líder de biotecnologia em sementes com a líder em processamento e *trading*. Note-se o “para o *nosso* mundo”.

Este milho é um produto tecnológico, desenhado e recriado para servir ao melhor funcionamento da indústria processadora, para compor as rações para animais criados intensivamente e condenados à suprir a *demanda crescente de proteínas da dieta fordista globalizada*, cujos impactos ambientais remetem à expansão dos monocultivos industriais, como a soja, e com eles, os transgênicos.

Neste mesmo futuro vislumbrado pela *Renessen* e expresso no plano Maverá™, outra qualidade deste milho é o maior teor de óleo, *para otimizar a produção de biodiesel*. A produção de agrocombustíveis nos EUA hoje se dá basicamente na fabricação de etanol a partir do milho para o qual a ‘preferida’ é justamente a variedade *Processor Preferred*®, da *Monsanto*, um milho híbrido de alta fermentação, que *acelera o processo industrial* (e os ganhos). Na ‘nova era’ de avanço do capital sobre a agricultura, que inicia com a ofensiva da agroenergia para substituir em curto prazo a demanda de combustíveis líquidos, sobretudo nos países do norte, em função do aquecimento global e das metas internacionais de redução de emissões, a união de duas corporações gigantes como a *Cargill* e a *Monsanto* apenas anuncia um horizonte de concentrações (e de poder) ainda maiores dos novos *agro-petro-negócios*.

Mas para entender este horizonte que se apresenta é preciso primeiro reconstruir o caminho que nos trouxe até aqui e problematizá-lo.

Ao modificar para instaurar, na materialidade física da matéria *desde as sementes* um dispositivo de propriedade e de controle das forças produtivas - neste nível de *microfísica do poder*, no sentido elaborado por Foucault (1979) - a expansão da agricultura de transgênicos constitui uma etapa inédita da acumulação capitalista e, com o exemplo extremo do *Terminator*, encerra uma ameaça definitiva para o futuro da humanidade e da possibilidade e diversidade da Vida em todo o planeta.

Como expressão paradigmática da racionalidade capitalista, a criação e disseminação de sementes transgênicas demarca uma etapa histórica de *enclosure* e apropriação da natureza e apresenta um exemplo cabal do discurso e das ferramentas da tecnociência à serviço do

projeto político – *de natureza e de sociedade* – que estas tecnologias em sua existência materializam: o capitalismo.

Para apreender realmente o que significa a etapa atual do capitalismo, e qual o sentido de ser ‘de esquerda’ hoje, nada é mais urgente do que entender por que Marx dedicou o volume I do *Capital* à Darwin. A pista geral que segue este trabalho é de que nos pressupostos epistemológicos do século XIX ainda está a chave para pensar as principais questões do século XXI.

A particularidade das sementes é que elas são ao mesmo tempo ‘meio de produção’, e produto’, como notou Kloppenburg (1988).

a semente, então, apresenta ao capital um empecilho biológico simples: dadas as condições apropriadas, ela se reproduz e se multiplica. O moderno cultivo de plantas tem sido em primeiro lugar uma tentativa de remover esse empecilho biológico e as novas biotecnologias são as ferramentas mais recentes para transformar *em mera matéria prima* [sic] o que é, simultaneamente, meio de produção e produto. (Shiva 2001:74 grifo meu)

O desacoplamento entre semente e cereal também muda o *status* da semente. (Kloppenbug *apud* Shiva, 2001: 75) Isso foi realizado através da Revolução Verde, com os híbridos, quebrando a unidade da semente como cereal que alimenta e como meio de produção. Com isso as indústrias privadas abriram espaço para controlar a reprodução das plantas e a produção comercial de sementes. ‘O que era um processo auto-regenerativo, transformou-se em fluxo unidirecional intermitente de fornecimento de sementes vivas (a matéria prima) e um fluxo oposto de sementes mercantilizadas (o produto – mercadoria)’. Os transgênicos e o Terminator, por exemplo, são uma segunda etapa deste plano original, sendo que este último altera o status, como já disse aqui, ontológico da semente, uma vez que ela será, na primeira e única brota, uma entidade estéril. Híbridos e transgênicos são duas ordens distintas de ruptura na matéria mas que aprofundam um mesmo suposto: a dinâmica entrópica de reprodução do capitalismo, ‘que destrói as condições de produção, mas também a produção de condições’, para aplicar aqui, esta que seria, na formulação de O’Connor (2001), a segunda contradição do capitalismo¹⁴.

¹⁴ Uma linha de interpretação que busca recuperar a dimensão ecológica do pensamento de Marx, representada em especial por John Bellamy Foster (2000) e seu *Marx’s Ecology: Materialism and Nature*, se apóia no que

Para especular sobre isso poderíamos considerar as sementes como *recurso e força produtiva* - se pensarmos sistemicamente – como indissociavelmente também são, a terra e a água. Esta é a dimensão que eu gostaria de abrir aqui, ou melhor, esta é a ruptura epistemológica dada, pressuposta, que eu gostaria de apontar ao longo deste trabalho.

Os transgênicos podem ser tomados como expressão atual e paradigmática da racionalidade capitalista; servem de fio condutor para pensar o grau de mercantilização do mundo e a forma como o capitalismo se reproduz hoje, mas também permitem apreender dinâmicas estruturais e nesta pista retomar a crítica epistemológica – insuperável - à forma lógica da mercadoria, com a qual Marx inicia a análise do Capital. Os transgênicos, tomados em paralelo ao desenvolvimento da agricultura industrial, do sistema agroalimentar mundial e da criação de uma *ciência agrícola* (como se houvesse um conhecimento universal, abstraível dos ecossistemas e climas locais), relaciona-os tanto aos paradigmas de explicação científica sistêmicas do século XIX, como com a esterilidade s teorias econômicas do século XX.

Neste mesmo paradigma epistemológico está a matriz do desenvolvimentista ancorada no conhecimento “científico” que a maior parte da chamada ‘esquerda’ hoje naturalizou perigosamente, assumindo que existe tal coisa como a tecnologia “em si” e que estas devem ser consideradas em relação a quem as controla e seu uso (um exemplo deste discurso será exemplificado aqui com relação ao caso do Brasil, cap. II, 3).

Isso parece ignorar a constatação elementar de Marx, ainda na Ideologia Alemã, de que o objeto técnico é sempre a metáfora de uma relação social, e por isso é também simbólico; nesse sentido, o instrumento (de trabalho) tecnológico pode ser visto como uma relação social encarnada. A passagem da manufatura à grande indústria pode, de fato, ser interpretada aí como uma solução *técnica* para um problema *político*: manter a dominação social pela exploração da mais valia e pela escravização econômica obtida graças ao trabalho assalariado e à fábrica mecanizada.

A premissa que defendo com isso é destacar a centralidade do trabalho e do processo produtivo – e nele o papel da tecnologia - para a compreensão e elaboração da realidade e

seria a ‘*teoria da ruptura metabólica*’ (*metabolic rift*), em síntese, a descrição do processo de dissociação, no retorno à natureza (ao solo no caso), dos resíduos orgânicos produzidos pelo homem (alimentos e roupas) e dos fluxos de matéria cindidos entre o campo e a cidade, com a concentração nos grandes centros urbanos, que levariam à degradação ambiental e à perda da fertilidade do solo, uma vez rompido o ciclo de reposição dos nutrientes. Fertilidade esta que está na base de toda a industrialização. O trecho com esta ‘teoria’ está onde Marx descreve o caráter da agricultura ‘racional’ moderna, em o Capital, volume I, capítulo 15 Maquinário e Indústria Moderna, Seção 10 : Indústria Moderna e Agricultura. Contudo, não irei tratar aqui em detalhe dos argumentos de Foster.

como determinante para a ação política, o que será exemplificado com a existência e o protagonismo de um movimento camponês internacional, a Via Campesina e suas bandeiras políticas, entre as quais, a campanha contra os transgênicos e a defesa da Soberania Alimentar como vetor de articulação com outros setores como ambientalistas, consumidores, etc.

Frente à força dos movimentos *do campo*, e através deles um *discurso camponês à globalização*, a hipótese inicial deste trabalho é de que a esquerda internacional no século XXI, diante de questões como a ‘globalização neoliberal’ ou ainda o ‘aquecimento global’, carece de um paradigma teórico para encaminhar alternativas de forma prática e politicamente conseqüente, distinguindo causa de efeito e, como já atentava Marx, não confundindo ‘as coisas da lógica com a lógica das coisas’, ou cedendo à propensão de ‘atribuir ao fenômeno aquilo que é condição de possibilidade dele’, na tradução de Bourdieu.

Se a *reprodução* do capitalismo como sistema depende da naturalização e universalização de esquemas de pensamento e categorias próprios à sociedade capitalista, a *instauração* histórica de cada etapa da acumulação passa pela dimensão concreta e material da apropriação e expropriação, mas também por uma *cisão* epistemológica, a partir da qual se naturaliza a nova ordem.

Assim foi, no exemplo clássico, o processo histórico de *enclosure* (cercamento) das terras comuns na Inglaterra, onde as cercas reais são amparadas pelo direito de propriedade privada da terra, transformado esta em uma das mercadorias fictícias, que, como define Polanyi (2002[1944]), junto à mercadoria ‘trabalho humano’, são as bases da sociedade industrial.

Marx, ao descrever o histórico da acumulação primitiva na Inglaterra, comenta sobre as *enclosures*,

[...] impassibilidade estóica com a qual os economistas contemplam as violações mais descaradas do ‘sacrossanto direito de propriedade’ e a violência mais brutal contra a pessoa quando isso é necessário para deitar os fundamentos do regime capitalista de produção [...] como foi a expropriação violenta do povo do último terço do século XV (1475) até finais do século XVIII. (O Capital, Vol. I, cap. XXIV, seção 12)

Hoje a maioria da ‘esquerda’ assiste impassível há algumas décadas o atual movimento de *enclosure*, em um segundo estágio, não sobre a terra, mas sobre as possibilidades de produção de vida e alimento sobre a terra, as sementes. Com o desenvolvimento da agricultura industrial, aprofundando as bases lançadas com a Revolução Verde, desde os anos 60 do século XX está em curso um *processo global de patenteamento e*

desnacionalização do setor de produção de sementes, em especial nos países de economia agrícola e agroexportadora do sul, seguido de uma progressiva concentração das variedades comerciais nas mãos de poucas empresas transnacionais¹⁵. A atribuída rapidez e velocidade da integração do mundo globalizado, por todos os seus aparatos e vias tecnológicas, acelerou de fato um processo inédito na história da humanidade: chegamos hoje ao domínio e o *controle estrutural da produção de alimentos no mundo*, através do ‘escândalo das sementes’, transformadas em recurso privado, nas mãos do capital internacional, este que é o principal recurso público do qual depende a sobrevivência e reprodução de qualquer sociedade em seu nível mais elementar, aquilo que come. O controle das sementes engendra uma erosão política, alienando as bases da soberania política de um povo em sua capacidade de se autodeterminar mais básica: a fome.

Além disso, para as economias de base agroexportadora, como o Brasil, as sementes estão na base material de praticamente todas as cadeias do sistema produtivo agroindustrial:

As sementes são a chave do potencial de comércio de mercadorias para o Terceiro Mundo. [...] Controlando as sementes, caminha-se para o controle de todo o sistema de alimentos: as culturas que serão plantadas, os insumos que serão usados e onde os produtos serão vendidos [...] o controle da indústria mundial de sementes seria a segunda fase da Revolução Verde. (Mooney, 1979: 50-51, grifos meus)

Mas o sentido político da Revolução Verde segue sendo pouco compreendido, muito menos a dimensão ecológica deste projeto. Em pleno século XXI já chegamos na segunda fase desta ‘Revolução’ com os transgênicos, e, como apontei na introdução, entramos na terceira (e provavelmente última) com o Terminator® e o mundo Mavera™, *beyond commodity...*

É importante apontar aqui dois processos paralelos e interdependentes: a erosão genética das espécies submetidas à seleção dos critérios reducionistas e uniformizantes da indústria, e outro processo, epistemológico e discursivo, talvez até mais grave, que *é a incapacidade de politizar o tema das sementes, de caracterizar os pacotes tecnológicos como mecanismos de poder e assim estabelecer, no nível mais elementar esboçado acima, a relação estrutural entre agricultura e capitalismo.*

Ainda mais se considerarmos, na perspectiva histórica, que houve um retrocesso em relação a como o tema estava pautado na década de 70, associado a um debate mais amplo

¹⁵ Cf. histórico em Morgan (1979).

sobre os efeitos ambientais do modelo agroquímico, dos agrotóxicos, do DDT, da epidemia de cânceres, relacionando estes efeitos com o outro lado da ‘modernização’ agrícola nos países do sul, e na América Latina em especial, com a reorganização de movimentos camponeses, como no Brasil, por exemplo, com o surgimento do MST, no início dos anos 80.

Somado a isso, hoje é corrente no discurso político a ideologização da “fome” (e da “pobreza”) como fatores exógenos ao funcionamento do sistema capitalista e como uma anomalia que deva ser compensada, corrigida, combatida, erradicada, etc., quando na verdade *é produzida pelo sistema e condição de sua reprodução: sem pobres com fome não há força de trabalho (coagida pela fome) à venda*; mas que ao mesmo tempo expressa a primeira contradição do sistema, o capital destrói as bases de sua própria reprodução, sem trabalho e trabalhadores assalariados não há consumo de mercadorias. É preciso voltar à Marx, ou antes, ao que o foi feito do pensamento de Marx, pelo marxismo.

A Questão Agrária

Na tradição teórica que se configurou como ‘marxista’, a Questão Agrária clássica, Kautsky (1980[1899]) e Lênin (1982[1899]), aponta a dinâmica fundamental de transformação das sociedades antes agrárias e camponesas, na sociedade urbana industrial.

Desde suas primeiras formulações, porém, a Questão Agrária também constitui um nó ideológico e um impasse prático constante para a esquerda internacional: qual o papel dos camponeses (e logo, do campo e da agricultura) para a revolução e a superação do capitalismo ? Sob esta ótica a Questão Agrária pode ser tomada como um vasto repertório de questões sociológicas e históricas.

Para compreender e elaborar teoricamente esta dinâmica, e assim propor programas de ação política, a tradição de interpretação que se consolidou como ‘marxista’ apoiou-se em leis que, segundo Marx, regiam o desenvolvimento do capitalismo; assim, a ‘questão’ agrária se constitui como tal na aplicação destas leis à agricultura em sua subsunção à indústria, na tentativa de compreender *qual o sentido do desenvolvimento capitalista da agricultura*.

Estes programas de ação ao elaborar, divergir e reformular a aplicabilidade destas leis na dinâmica de incorporação da agricultura pelo capitalismo, foram fundamentalmente constitutivos do próprio marxismo europeu como tradição político teórica e, a partir daí, da

formação dos partidos socialistas e da tradução das tradições marxistas em outros países e regiões do mundo, como a América Latina¹⁶.

Inicialmente, é importante ressaltar que para dimensionar a questão é preciso considerá-la sob estes dois níveis que se interdefinem.

O *primeiro* diz respeito à questão agrária formulada no interior da tradição marxista, que se constitui sobre um corpo teórico supostamente acabado, que conteria a visão total de Marx sobre a dinâmica do capitalismo e a inexorabilidade de certas leis, como a submissão à indústria e a proletarização, mas também de um sentido linear e evolutivo de progresso histórico e de ‘desenvolvimento’.

O *segundo* é que a própria tradição marxista toma corpo na problematização e na aplicação, verificando a adequação ou não da teoria de Marx, onde estariam definidas as leis do capitalismo, às contradições da sociedade. Na história, não raro, a realidade foi considerada inadequada ou problemática em relação às leis da teoria, resultando em anomalias teóricas e práticas, entre as quais, a persistência do camponês e seu papel no programa revolucionário figura como a ‘anomalia de maior dimensão política’ (Mac Laughlin 1998).

O histórico de constituição do marxismo como tradição teórica e política lido a partir de uma dependência estrutural à questão agrária, uma vez que esta lhe seria constitutiva, revela outra ordem de questionamento, a saber, *dos caminhos de transformação do pensamento de Marx no ‘marxismo’*. Assim, se a questão agrária pode ser vista como fio condutor para compreender as transformações do pensamento de Marx na formação do marxismo, pode também, e nisso consiste a opção desta leitura, servir de fio condutor para voltar à Marx. Esta proposta me parece oportuna uma vez que ao longo da tradição de interpretação que envolve a questão agrária, em função de estar associada, como já disse, à programas político-partidários, muitas vezes a leitura conceitual foi levada por caminhos em desalinho ao eixo original da questão.

Referida aqui no título *para pensar* como campo de inteligibilidade, a Questão Agrária revela uma dinâmica abrangente que se passa em dois níveis interdependentes: nas relações sociais concretas e nas formas sócias de percepção, já que *a refere o processo geral de instauração das formas de sociabilidade (e racionalidade) naturalizadas sob o capitalismo*.

A introdução dos transgênicos na agricultura é apresentada aqui como a *enunciação contemporânea da Questão Agrária* no sentido em que pode indicar um caminho para

¹⁶ Hëgedeus in Hobsbawn, 1984.

atualizar esta chave de leitura e pensar as contradições com as particularidades que elas têm hoje, mas que ao mesmo tempo mantém dinâmicas e reiteram modulações estruturais do sistema social e da racionalidade capitalistas.

O Brasil

O exemplo que marca o início da era transgênica no Brasil¹⁷ é o da soja *Roundup Ready*® (RR), patenteada pela empresa Monsanto que detém 88% das patentes sobre as variedades comerciais de soja no mundo¹⁸. A soja RR é modificada com a introdução de uma bactéria para resistir a ação do glifosato, um tipo de herbicida, cuja patente original é também da Monsanto que o comercializa com o nome comercial de Roundup®. Mas atualmente esta patente já caiu e hoje comercializa-se o glifosato da Monsanto e o ‘genérico’, vindo sobretudo da China e de Taiwan. Nos EUA a Monsanto já comercializa uma segunda geração de glifosato e de soja modificada para resistir-lhe: a *Roundup Ready2Yield*®, isso porque as ‘pragas’ (todas as outras entidades vegetais consideradas ‘daninhas’ que não foram alteradas para receber o gene da resistência ao glifosato), também já se modificaram à sua ação. Em uma espiral crescente, na Argentina, primeiro país na América Latina a plantar soja transgênica que hoje tem mais de 90% de soja transgênica, as lavouras chegam a receber 5 aplicações de glifosato, o que aumentou exponencialmente o uso dos ‘mosquitos’ e das ‘avionetas’ para fumigação aérea. O grau de contaminação por agrotóxicos (e cânceres e mortes) nas periferias urbanas das lavouras e dos silos de soja transgênica é hoje um caso de saúde pública e de dimensões alarmantes¹⁹.

A introdução da soja transgênica, à época ilegal no Brasil, se deu através do plantio criminoso de sementes ‘piratas’ trazidas da Argentina e conhecidas como ‘soja maradona’.

Este episódio criminoso (resumido no capítulo II, 2.3) está na origem da estratégia de *fait accompli* que desde um “levante” de agricultores que ilegalmente haviam plantado as sementes contrabandeadas no Rio Grande do Sul, acabou servindo de justificativa para autorizar aquela colheita e sua comercialização, através de medida provisória, assinada pelo

¹⁷ Hoje (janeiro de 2007), o Brasil ocupa a terceira colocação no que se refere à plantação de transgênicos e conta com 11,5 milhões de hectares, um aumento de 22% em relação a 2005. O crescimento é o maior da América do Sul, ainda que os argentinos tenham uma área total superior a do Brasil com sementes transgênicas. 36 milhões de hectares é quanto deverá ser a área plantada de transgênicos no Brasil até 2015. A área total hoje utilizada pela agricultura no Brasil é de cerca de 45 milhões de hectares. A avaliação é do Serviço Internacional de Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA, sigla em inglês),

¹⁸ Boletim 227, Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos

¹⁹ Com informações do Grupo de Reflexão Rural, Argentina, e campanha *Parente de Fumigar!*

vice-presidente em exercício José de Alencar, em setembro de 2003, no primeiro ano do primeiro mandato do governo Lula, eleito pelo Partido do Trabalhadores (PT), historicamente identificado com as lutas sociais e com o universo ideológico ‘de esquerda’.

Como indiquei no parágrafo introdutório, *as sementes representam a instância do que é possível, do universo em potência, da condição de existência da matéria e, portanto, do vir a ser de todas as coisas no mundo. Na cosmologia do capitalismo, e na cosmovisão neoliberal, as sementes transgênicas também têm, por analogia, um papel central.*

A sincera campanha publicitária da tecnologia *Roundup Ready*® na empresa é *Imagine: este é o mundo da Monsanto*. O ponto de partida deste trabalho foi levar muito a sério este reclame.

I- A ESQUERDA INTERNACIONAL E O CAPITALISMO NO SÉCULO XXI

O movimento antiglobalização ganhou forma consolidada para si e ficou conhecido para o mundo durante a chamada *Batalha de Seattle*, em dezembro de 1999, na mobilização de protesto e resistência à instauração de mais uma rodada de negociações com vistas a efetivar a instância de poder supranacional da Organização Mundial do Comércio (OMC). Este novo internacionalismo toma corpo e se organiza a partir das redes constituídas sob a campanha ‘*nosso mundo não se vende*’ e o mote ‘*o mundo não é uma mercadoria*’²⁰, para denunciar os efeitos dos programas neoliberais no desmonte e na privatização dos serviços públicos e a mercantilização progressiva de todas as coisas e aspectos da vida, cujos desígnios ultimamente se encontram submetidos à lógica, às regras e à instância de decisão do comércio no mercado global, materializado na OMC.

A OMC passou oficialmente a existir em 1º de janeiro 1995 como resultado das negociações da Rodada Uruguai (1986-1993), a oitava e definitiva rodada de negociações do *Acordo Geral de Tarifas e Serviços* (GATT, *General Agreement on Tariffs and Trade*). Este acordo comercial criado em 1947 logo após a Segunda Guerra Mundial juntamente ao Plano Marshall para a reconstrução da Europa - e o papel central deste plano para entender a constituição do atual sistema agroalimentar mundial²¹ -, integram a construção da hegemonia política e econômica norte americana vigente desde o pós-guerra, *processo que configurou os principais elementos do capitalismo dito ‘globalizado’*²².

Para esclarecer os elementos centrais da forma contemporânea do capitalismo contra o qual se insurge o movimento antiglobalização, passo agora a uma breve retomada histórica deste processo.

²⁰ *Le Monde n’est Pas une Merchandise*, rede *Our World is Not for Sale*

²¹ Para leituras que fazem uma economia política do comércio agrícola internacional e sua relação com a política externa norte americana ver especialmente a análise clássica de Cleaver (1972), que será tratada aqui no capítulo II. Para os desdobramentos específicos do atual regime alimentar nas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e ambientais globais sob um prisma mais complexo das consequências do *American Way of Life*, ver as leituras mais recentes de Friedmann (2000, 2004 e 2005).

²² Na perspectiva defendida aqui o capital é, desde sempre, uma relação social global; as especificidades da noção de *globalização* referem a mecanismos específicos desta fase histórica, apresentados na sequência, e o processo de naturalização de certos esquemas de pensamento.

1. *Globalização e Capitalismo*

Embrião da OMC, o GATT tem sua origem no pacote da nova ordem mundial multilateral, fruto das negociações que levaram à definição do sistema *Bretton Woods*. Estabelecido em 1944, o sistema *Bretton Woods* é a primeira tentativa na história mundial de criar uma ordem monetária totalmente negociada para governar as relações entre Estados-Nações independentes, tendo por base o padrão dólar-ouro, ou seja, a convertibilidade das moedas nacionais ao dólar norte americano com lastro em ouro, que passou então a substituir o papel antes ocupado pela libra (e o imperialismo) britânico. Embora a partir de 1971 o padrão ouro tenha colapsado, nas relações internacionais e no desenvolvimento do capitalismo, a partir de *Bretton Woods* a Pax Britânica deu lugar à hegemonia do dólar e dos EUA (Fiori, 1999).

Para regular a política econômica internacional, o sistema de *Bretton Woods* estabeleceu as seguintes instituições ainda em 1944²³: o *Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento* (BIRD), o *Banco Mundial* (BM) e o *Fundo Monetário Internacional* (FMI). Em 1945 foi criada a *Organização das Nações Unidas* (ONU) e em 1946 a *Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação* (FAO). Quanto à criação destas duas últimas organizações, ao final da guerra houve um intenso debate sobre a necessidade de um organismo internacional para tratar especificamente da agricultura e da ‘fome’ (e do controle populacional uma vez que a ‘fome’ também é relativa ao número e capacidade de multiplicação dos ‘famintos’) pois este fator estaria à raiz das insurgências (sobretudo camponesas) no terceiro mundo, principal ameaça à paz mundial, pois aumentaria o risco de expansão do comunismo. À época, o debate mundial sobre a ‘fome’ era uma questão reconhecida como eminentemente *política* e um personagem fundamental neste debate foi o brasileiro Josué de Castro. Contudo, decidiu-se pela criação da ONU como instância de representação política da nova ordem mundial. Um ano depois, foi criada a FAO, cujo primeiro presidente foi Josué de Castro. Mas é salutar especular que a história poderia ter sido outra.

²³ Estas instituições tornaram-se operacionais em 1946 quando um número suficiente de países havia ratificado o acordo.

Além destas organizações, através do GATT e da progressiva redução do sistema tarifário internacional desde que este acordo foi criado em 1947, facilitou-se, em especial a partir da década de 80, a mobilidade e o crescimento das corporações de origem anglo-americana (ou que reproduzem este modelo), conhecidas atualmente como as *transnacionais*.

As corporações transnacionais constituem um elemento estrutural para compreender o funcionamento do capitalismo hoje pois incorporam, literalmente, no sentido de dar corpo (estrutura organizacional, administrativa, jurídica) e personificar, a ação global do capital e a racionalidade do mercado. Além disso, como estas empresas dominam os principais setores da economia mundial e estão presentes na maioria dos países, são também reconhecidas facilmente como o inimigo comum.

Segundo a genealogia destas entidades do capitalismo proposta por Bakan (2004: 1-27)²⁴, e a extensiva descrição de sua psicologia comportamental característica, as corporações transnacionais são hoje os principais agentes do capitalismo ‘globalizado’. As corporações são uma instituição historicamente criada²⁵ que, em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo, forjaram uma cultura própria, *corporate* (uma estrutura única e um conjunto de imperativos que dirige a conduta dos indivíduos que a integram). Mas são também uma instituição *legal*, ou seja, entidades do capital que têm personalidade *jurídica*, e como tal são *detentoras de direitos*, submetidas no momento de sua constituição a algum ordenamento legal *nacional*, mas que têm seu campo de ação e influência exatamente marcado pela mobilidade *transnacional* com a qual operam, na integração e dependência das economias e no controle que detêm sobre os Estados. O principal direito das transnacionais que interessa destacar aqui é a *propriedade intelectual sobre as patentes industriais* que elas possuem e que lhes garante o devido processo legal e todas as garantias que os Estados democráticos de direito devem afinal aos seus cidadãos (sobretudo os corporativos).

Por isso, no discurso predominante da esquerda, o termo *transnacional* designa a influência e o *lobby* corporativo das empresas que controlam a economia mundial, mas sobretudo *a natureza do poder político que elas possuem e exercem*. Um aspecto central deste

²⁴ Os argumentos sobre a natureza das corporações transnacionais desenvolvidas nos próximos parágrafos são um resumo dos argumentos construídos por Joel Bakan em *The Corporation* (2004).

²⁵ As corporações surgem no coração do Império Britânico na metade do século XVI, a popularização de sua forma remonta aos primeiros *empreendimentos coloniais*, incluindo comércio de escravos, mas o salto decisivo para a moderna forma corporativa se dá com os barões das estradas ferro norte americanas do século XIX, que prosperaram com a *expansão do comércio de grãos*. (Bakan, 2004: 10)

poder é a ocupação dos Estados *Nacionais* por estas entidades *transnacionais* a fim de conduzir seus interesses e obter seu único objetivo: a maximização do lucro. Como define Bakan, a patologia destas corporações com implicações sistêmicas para o conjunto da sociedade seria a *racionalização do lucro como critério para ação prática*, que vem contaminando e ocupando as dinâmicas sociais em diversos níveis e o próprio sentido da política e do que seja o bem comum.

Mas as implicações éticas da racionalização do lucro não é algo novo, introduzido com as corporações. Max Weber, já havia proposto a expressão *espírito do (moderno) capitalismo* “para descrever aquela mentalidade, atitude mental que busca o ganho sistemático e ‘racional’ ” (2001: 34). Voltarei a este exemplo adiante.

A ‘novidade’ é que desde os ajustes neoliberais, em paralelo ao desmonte dos Estados e a ‘destruição metódica dos coletivos’, para usar uma expressão de Bourdieu (1998), e do sentido de bem comum, a maximização do lucro como critério para ação prática vem ocupando as razões da intervenção e ação do poder antes chamado de ‘público’ em suas esferas executivas, legislativas e especialmente jurídicas. Assim, identificadas como os principais agentes para compreender o funcionamento do capitalismo no século XXI, *o poder das corporações transnacionais é indissociável da figura e das funções do Estado, seja com vistas a ocupá-lo ou substituí-lo*, como se observa no peso crescente e na aceitação e naturalização nos regimes democráticos da ‘responsabilidade social corporativa’.

Enquanto o GATT nunca foi um organismo formalmente constituído, a OMC, cuja constituição foi assinada com a conclusão da Rodada Uruguai em cerimônia realizada em Marraquesh, Marrocos, em abril de 1994, teria como funções principais ‘facilitar a aplicação das regras de comércio internacional já acordadas internacionalmente e servir de foro para negociações de novas regras ou temas relacionados ao comércio’ de mercadorias (questões como *dumping*, subvenções, medidas sanitárias, etc), serviços (em especial das licitações públicas) e da *proteção da propriedade intelectual*²⁶.

Neste sentido, as principais inovações da OMC foram: a *cláusula de acesso a mercado*, que impõe aos Estados a obrigação de garantir um mínimo de 5% de seu mercado interno ao comércio externo e *o sistema de solução de controvérsias* em matéria de comércio internacional, no marco da incorporação do acordo TRIPS (*Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*) no ordenamento jurídico dos países-membros. O TRIPS

²⁶ http://www.mre.gov.br/portugues/questoes/questoes/p_omc.asp

constitui-se em um dos anexos do Acordo de Marraquesh e restringiu significativamente a autonomia dos países quanto à definição das matérias estratégicas para o atendimento do seu interesse público frente à proteção dos direitos de propriedade intelectual.

As contradições e as particularidades (OMC/TRIPS, por exemplo) que assume o capitalismo no contexto da globalização, ao mesmo tempo em que atualiza dinâmicas e introduz mecanismo contemporâneos, *reitera modulações estruturais do sistema e da racionalidade capitalistas*.

A discussão sobre a globalização é bem mais que uma simples discussão econômica: ela diz respeito às formas de domínio social, próprias de uma fase histórica do capitalismo, identificadas no processo no qual se entrou na décadas de 70' e 80' do século XX, de liberalização, desregulamentação, privatização e destruição das estruturas comuns garantidas pelo Estado (Hirst & Thompson, 1998). A mundialização do capital [globalização] designaria assim o quadro político institucional no qual opera *um modo específico de funcionamento do capitalismo*, ao mesmo tempo em que aponta o percurso de *construção e legitimação* das condições sociais e políticas que este modo requer para seu funcionamento (Chesnais 1996).

Em relação ao 'mercado', entendido em escala global e reificado como totalidade sistêmica, a atribuição de um 'risco sistêmico' na acepção de Giddens (1991), estaria sobredeterminando a ação política dos governos nacionais e esvaziando as práticas democráticas, uma vez que o programa político eleito, seja ele qual for, estará por princípio submetido às condicionalidades, alegadamente *técnicas*, impostas para evitar este mesmo risco sistêmico e ainda manter ou criar um ambiente de *credibilidade*, com o propósito de garantir assim as condições para a realização do próprio sistema.

A especificidade da fase histórica do capitalismo representada no processo de globalização envolveria, *no plano epistemológico*, a naturalização da experiência universalizante da 'lógica de mercado', impondo uma circularidade intrínseca às dinâmicas sociais e discursivas às quais o mercado global se sobrepõe. O principal traço distintivo da globalização que interessa destacar aqui, é o efeito desta noção em aprisionar a reflexão teórica e a ação prática em uma espécie de *sociologia do dado*, com o discurso hegemônico das análises sociais que pressupõem as categorias da sociabilidade capitalista. O fato da globalização e da sobredeterminação do mercado global (e do capitalismo) se reveste de justificativa para sua manutenção.

Este *raciocínio circular* é representativo da dimensão onde se colocam várias questões quando elas são enunciadas em relação à globalização: 'aquilo que do ponto de vista da lógica

formal seria uma petição de princípio primária, sustenta de fato a maior parte das economias nacionais da periferia do capitalismo’, nas palavras de Samir Amin (2000), ‘no modo subordinado como estas estão inseridas, desde sempre, neste mesmo sistema e que são fruto de relações de poder historicamente construídas’.

A especificidade do capitalismo ‘globalizado’ do século XXI é exatamente a dinâmica e os mecanismos criados na ordem multilateral, articulados nos elementos esquematicamente apontados até aqui e que caracterizam esta etapa histórica, na qual *o direito de propriedade é virtualizado e transnacionalizado*. A regulação internacional da propriedade intelectual sobre as patentes industriais é que permite pensar a introdução dos transgênicos na agricultura enquanto mecanismos de controle estrutural para assegurar o direito à cobrança de *royalties*. A virtualização da propriedade também é o que, seguindo o mesmo *rationale*, permite pensar a criação de mecanismos para obtenção e comercialização de ‘créditos de carbono’²⁷.

A instância de poder supranacional, a OMC, normativa e com poder jurisdicional (o painel de solução de controvérsias poderá recomendar a retaliação como sanção aos países que descumprirem as recomendações), vincula seus Estados membros através da incorporação do acordo TRIPS nos marcos legais domésticos, estabelecendo o direito de propriedade intelectual como o marco fundamental desta etapa da acumulação.

Criada para assegurar o primado das relações comerciais entre as Nações submetidas voluntariamente à lógica do mercado global, o poder político de fato da OMC expressa a quinta-essência de uma ordem mundial que vem sendo construída a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a qual, é importante lembrar, transcorreu durante o lapso de tempo que durou a Guerra Fria e a vigência de um bloco importante de países e economias ‘socialistas’ na composição do balanço do poder internacional. Nesta nova ordem mundial consolidou-se finalmente a atual hegemonia política e militar estadunidense, com a economia mundial ancorada em um sistema financeiro indexado por uma moeda como o dólar americano, há muito tempo desvinculado do lastro em ouro, e garantida por meio da arquitetura institucional e financeira da ordem multilateral, através do BM, do FMI e do BIRD.

O sistema ONU (que a FAO integra), cumpre uma função importante na conformação deste multilateralismo, e do capitalismo globalizado, com a universalização de ideais constitutivos da sociedade ocidental (como o ‘desenvolvimento’, a ‘democracia’, os ‘direitos

²⁷ A mercantilização e especulação no mercado do direito de poluir e de seguir destruindo a atmosfera, em um nível superior de abstração e ficção do capitalismo, e de sua natureza contraditória e entrópica (Stahel 1995).

humanos’, a ‘ajuda humanitária’, etc.) como valores absolutos *da humanidade*, supondo a existência e um consenso de fato sobre esta totalidade abstrata, cujo o teor religioso e étnico dos principais conflitos e guerras no mundo recente contradiz. Mas o fundamental é que a universalização destes ideais foi substanciada nas convenções e declarações do sistema ONU, que buscavam promover *consensos*, ao menos os que fossem traduzíveis em *marcos legais do direito internacional*. Este é um ponto importante, e que será retomado adiante, uma vez que o ciclo das grandes conferências globais da ONU nas décadas de 80 e 90 do século XX sobre diversos temas (habitat, desenvolvimento sustentável, alimentação, direitos humanos, mulheres, crianças, racismo e discriminação, etc) buscaram criar um diálogo global sobre questões *da humanidade*, mas sobretudo um *consenso na linguagem através de uma normatividade universal* para uma ordem social mínima, comumente reconhecida e aceita.

Neste contexto internacional que temos hoje, que possui uma instância do poder e do porte da OMC e forjou uma pretensão de ordenamento universal calcado nos valores burgueses e ocidentais, sumamente expressos nos cânones da *Rule of Law*, do Estado de Direito e da propriedade privada, de fato, são as corporações transnacionais os sujeitos que personificam por excelência a racionalidade capitalista. E também são as transnacionais as detentoras das patentes comerciais protegidas no marco da propriedade intelectual cuja a OMC, em última instância, é o tribunal supremo.

Por esta razão, o primeiro levante concreto do movimento antiglobalização em Seattle tem a OMC como alvo principal. E por isso também, representando as transnacionais, a Monsanto, fundada em 1901, dona de 88%²⁸ das variedades comerciais de soja e também detentora da patente sobre a tecnologia transgênica mais difundida hoje no mundo, a *Roundup Ready®*, encarna, para o propósito do argumento deste trabalho, a expressão lapidar do capitalismo do século XXI.

2. O Discurso Camponês à Globalização (e ao Capitalismo)

A partir de Seattle a tomada de consciência planetária sobre o movimento antiglobalização marcou um divisor de águas para os rumos e o sentido da reorganização da

²⁸ Boletim 227 campanha por um Brasil Livre de Transgênicos.

esquerda internacional, com o imperativo de produzir respostas na mesma escala (mundial) com que se impunham as políticas neoliberais e a ideologia da ‘globalização’ como panacéia para a ‘pobreza’²⁹.

Em Seattle, todas as iniciativas anti mundialização que estavam até então dispersas foram repentinamente reunidas por um elemento catalítico: o agricultor francês José Bové ... e com ele uma cadeia se fechando em si mesma *em círculo vicioso*: agricultura intensiva, *organismos geneticamente modificados*, rentabilidade voraz na agricultura e na economia, degradação da qualidade dos alimentos, degradação da qualidade da vida, homogeneização e padronização dos gêneros da vida, degradação dos meios naturais, dos meios urbanos, da biosfera e da sociosfera, das diversidades biológicas e culturais, do político e do econômico, a precarização do trabalho e a destruição das garantias sociais, a perda da visão dos problemas fundamentais e dos problemas globais - os quais, para a maioria, de agora em diante coincidem. Neste sentido, o século XXI começou em Seattle

(Morin, 1999 grifo meu)

Esclarecer como a agricultura, e nela os transgênicos, se encontram na origem deste *círculo vicioso*, e como isso se relaciona com a reorganização da esquerda mundial frente às particularidades do capitalismo ‘globalizado’ do século XXI, é o ponto de partida deste trabalho.

Para ilustrar como o discurso contra os transgênicos pode revelar sua eficácia de mobilização e servir de fio condutor para expor esta problemática, destaco a seguir a relevância dos sujeitos e epistemes do campo e do rural na genealogia e no protagonismo da mobilização internacional que gerou o movimento antiglobalização.

Na origem, o processo de construção de resistências mundiais à globalização remonta ao ano de 1994, em Chiapas, no México. O levante do movimento Zapatista em 01 de janeiro daquele ano se dá na mesma data que entra em vigor o acordo sobre a *Área de Livre Comércio da América do Norte* (NAFTA, por sua sigla em inglês), integrando as economias do México, Canadá e Estados Unidos. Alguns anos antes a organização de coalizões e de redes da sociedade civil no Canadá como objetivo de articular formas de ação conjunta na crítica ao tratado e seus impactos nas economias nacionais foi um fator catalisador na sociedade mexicana. Nesse sentido, ‘os zapatistas refletem, também, um movimento mais amplo e uma experiência já em andamento de novas formas e práticas políticas organizativas

²⁹ Vale lembrar que ainda na fase dos ajustes estruturais dos anos 80 que, criaram as condições na estrutura dos Estados para a globalização, o objetivo de acabar com a fome e a pobreza através do desenvolvimento sustentável tinha como objeto principal melhorar as condições de vida dos ‘pobres do campo’ (Cf. Bruntland Report, 1987).

que se manifestavam no continente americano, frente à expansão do domínio norte americano e, na região, dos preceitos da doutrina Monroe' (Alimonda, 2004).

Em fins de julho de 1996 os zapatistas promovem no território de Chiapas o *Primer Encuentro Intergaláctico por la Humanidad y contra el Neoliberalismo*. Com o primado da oposição ao neoliberalismo, o zapatismo surge como o primeiro movimento social de envergadura e a primeira reação coletiva à 'nova ordem mundial' desde a queda da muro de Berlim em 1989 (Seoane & Taddei 2001). Após este primeiro encontro, que contou com a participação massiva de europeus muito mais do que latinoamericanos em geral e de brasileiros em específico, seguiram-se vários outros que rapidamente foram construindo uma frente comum para a esquerda internacional em torno da oposição crítica aos efeitos gerais das políticas neoliberais. Desta forma foi incorporado um objetivo comum mas que ao mesmo tempo mantinha os pontos de vista específicos e as divergências, na defesa de '*um mundo onde caibam muitos mundos*'.

O movimento antiglobalização iniciou propositivamente um processo internacional de discussão e construção de alternativas sobre '*um outro mundo possível*', consolidado no espaço do FSM, inaugurado em Porto Alegre, Brasil, em janeiro de 2001, e que será discutido na seqüência.

Assim, o episódio de Seattle que inaugura este contexto de surgimento de um novo internacionalismo 'é o resultado de um longo processo de experiências de convergência que teve sua jornada mais difundida, e de maior repercussão midiática, naquela ocasião' (Löwy, 2001), mas que em suas raízes, que interessa ressaltar aqui, remete concretamente à *defesa armada da autonomia de um território pelos zapatistas contra a nova ordem do comércio mundial expressa na entrada em vigor do acordo NAFTA*.

A ressurgência dos movimentos camponeses foi apontada como 'o principal efeito dos programas de ajuste estrutural (dos Estados nacionais) nos países da periferia capitalistas, e como consequência direta, em escala global, das políticas neoliberais e seus efeitos na reconfiguração do campo e da agricultura'(Moyo & Yeros, 2005). Este efeito foi particularmente sentido na América Latina (Brass 2002, Petras 2005), com o surgimento de vários movimentos do campo entre os quais, a maior referência internacional é o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, o MST, em 1984 no Brasil. O MST surge e se consolida, assim como refina ao longo dos anos e das lutas sua concepção de reforma agrária, proporcionalmente aos efeitos da Revolução Verde e ao acirramento das contradições do

capitalismo no campo e se expandindo para além da reforma agrária, para demandas que exigem uma reforma integral da sociedade, rural e urbana.

Várias outras experiências na região, especialmente na América Central contribuíram para o caldo do ‘novo campesinato revolucionário’ (Petras 1997, 1998):

Fui invitado a dar unas de las charlas inaugurales en el Segundo Congreso del CLOC (Confederación Latinoamericana de Organizaciones del Campo) que se celebró en Brasil del 3 al 7 de Noviembre del año 1997. Había aproximadamente 350 delegados de prácticamente todos los países latinoamericanos (solo estaban ausentes Uruguay y El Salvador). *El Congreso marcó un punto de inflexión en la política revolucionaria latinoamericana al destacar el resurgimiento y el dinámico crecimiento de movimientos independientes, de base popular, dedicados a derrocar los regímenes neo-liberales y crear una alternativa humana e igualitaria.*

[...]Los movimientos campesinos contemporáneos no son comparables a los del pasado, y tampoco encajan con el estereotipo de campesinos analfabetos, locales y tradicionales luchando con la consigna “la tierra para el que la trabaja”. Muchos de los delegados campesinos e indígenas en el congreso de la CLOC eran personas instruidas (ya sea autodidactas o con al menos seis años de escolarización formal) y tenían conocimientos de asuntos nacionales e internacionales. Los nuevos movimientos rurales tienen una agenda nacional: no solo se preocupan de las cuestiones rurales. Más específicamente, saben que las políticas de redistribución de tierras solo tendrán éxito con créditos, asistencia técnica, y mercados protegidos. Reconocen que la alianza política con clases y organizaciones urbanas es necesaria para transformar el régimen. No son simplemente “organizaciones económicas”. Son movimientos socio-políticos, que combaten las políticas privatizadoras de libre mercado, desreguladoras, y promotoras de la exportación. Los movimientos rurales han formado alianzas políticas con sindicatos y han contribuido a la organización de los habitantes de los barrios pobres de las ciudades. (Petras, 2000, grifo meu)

Do levante de camponeses-indígenas latinoamericanos na raiz da convocatória de convergência ‘intergaláctica’ dos zapatistas (desde o interior das selvas mexicanas) até o protagonismo político e midiático de um agricultor francês em Seattle (até então mais conhecido como militante anti-McDonalds) representando o movimento camponês internacional, *La Via Campesina*, a voz do campo pode ser tomada como o fator aglutinador e elemento de coesão na configuração da nova esquerda internacional e da crítica ao capitalismo, que se declara e vem organizando forças ao redor do eixo de *oposição e resistência ao neoliberalismo*.

O histórico de constituição da *Via Campesina* aponta que o surgimento desta articulação, em 1992, foi resultado direto da crescente liberalização do comércio agrícola mundial, do impacto dos acordos de liberalização nos preços das *commodities* agrícolas (e na crescente *pauperização* dos camponeses e das populações rurais), da concentração de poder e

tecnologia das empresas transnacionais que controlam as cadeias do setor agroindustrial e da percepção compartilhada de agricultores do norte e do sul dos problemas comuns e relacionados e na necessidade de juntar forças para resistir.

Neste sentido, ‘foram os impactos das políticas neoliberais na agricultura, *sobretudo na América Latina*, que levaram ao reconhecimento da necessidade de construir uma agenda de lutas comum’, na origem de constituição da Via Campesina (Desmarais 2002).

Considerada então como ator político que se constitui *no cenário de discussão e negociação dos impactos do livre comércio sobre as negociações agrícolas*, ‘o movimento camponês internacional se dá a conhecer ao mundo (e se consolida para si mesmo) no contexto do ativismo antiglobalização, em particular na agenda de protesto às rodadas ministeriais da OMC (em Seattle 1999, Doha 2001, Cancún 2003 e Hong Kong 2005), e no âmbito propositivo e de formulação de alternativas do FSM. Nestes contextos, os movimentos camponeses aparecem na vanguarda das mobilizações e unificados sob um espaço de articulação política e representação, a Via Campesina’ (Alegria, 2004).

Na formação da Via Campesina, os movimentos camponeses foram capazes de *articular uma percepção unificada e compartilhada do aprofundamento e da expansão da lógica capitalista a partir das contradições manifestas no sistema agroalimentar mundial*, ‘conjugando causas e efeitos e somando avaliações de camponeses do norte tanto quanto do sul, em função das políticas de alinhamento de preços e de padronização dos cultivos agrícolas sob a integração dos mercados’ (Mazoyer *in* Houtart 2002).

No contexto do movimento antiglobalização, pois, foi a mobilização internacional da Via Campesina que conseguiu colocar o tema da agricultura, e desta forma o campo e o destino dos que trabalham no campo, e a defesa da identidade camponesa, no centro da reflexão e da crítica dos efeitos das políticas neoliberais nas duas últimas décadas do século XX.

Contudo, a referência empírica e a tematização teórica diante *do fato concreto* da existência de um movimento camponês internacional deparam-se com um impasse metodológico inicial.

Na reflexão acadêmica e na problematização teórica a categoria clássica do campesinato foi substituída nas últimas décadas pela abrangência semântica da designação “agricultura familiar”, da mesma forma em que o trabalho camponês foi ressignificado com conceitos como pluriatividade e multifuncionalidade. É importante destacar que o referencial

teórico dos estudos sobre a ‘agricultura familiar’, ‘pluriatividade’ e ‘multifuncionalidade’ são originários de uma matriz de pensamento francesa, contextualizados na posição do Estado francês em defender e subsidiar a sua ruralidade nacional, relevante para uma peculiar identidade nacional, sustentada pela preservação de tradições, cultivos e colheitas, comidas típicas, festas, paisagem, etc (Bourdieu, 1963 Thiesse, 1999, 1997 Champagne, 1977 Segalen,1980).

Tomada em uma métrica maior, a difusão da defesa teórica da agricultura familiar na França como categoria universal e universalizável deve ser cotejada e confrontada com as disputas entre políticas públicas ao redor do mundo e em relação à Política Agrícola Comum Européia (PAC) e seus reflexos em termos da *justificação racional* de subsídios de preços nos acordos internacionais de comércio agrícola no contexto da OMC.

Este tema destaca de forma esquemática o quanto a origem - em nível macro- de conceitos teóricos, tais como a ‘agricultura familiar’, sua justificação epistemológica e não raro sua constatação da ‘inadequação’ das realidades locais ao modelo pode ser melhor compreendida nas disputas de interesses econômicos; neste caso exemplificados na disputa entre Estados Unidos e União Européia (e no interior dessa, da França em relação à PAC), nas negociações sobre agricultura e comércio internacional, e não suposto *no desaparecimento social dos camponeses* (Medras 1984).

O que importa ressaltar é que a ressignificação do trabalho e do trabalhador do campo por meio de designações como ‘agricultor familiar’ em detrimento de ‘camponês’ acarreta importantes conseqüências para a reflexão e compreensão de transformações sociais contemporâneas no que tange a percepção dos sujeitos de políticas públicas, ou seja, *no reconhecimento das atribuições do papel do Estado em relação aos homens e mulheres que trabalham no campo* e que não se encaixam na descrição de ‘agricultor familiar’.

O contexto brasileiro traz um exemplo recente do efeito concreto da relação entre o papel do Estado e o uso dessas categorias teóricas transplantadas. Em importante medida esta relação explicita o grau de responsabilidade acadêmica na disseminação e naturalização de categorias discursivas, mas que, em última instância, atuam incluindo uns e excluindo outros sujeitos na justificação de um projeto nacional e *na reprodução de formas sociais de pensar*.

Reproduzo a seguir a resposta de um dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sobre qual seria, na avaliação desse movimento, a diferença entre agricultura familiar e agricultura camponesa:

Este é um debate mais teórico. Na verdade são visões que existem sobre o futuro do campesinato. Alguns teóricos da academia brasileira desenvolveram este conceito de agricultura familiar como uma forma de salvar a agricultura como um todo, pois eles não acreditam na *viabilidade do campesinato*. A agricultura familiar aparece como uma simbologia moderna de um novo patamar, do camponês que teria de passar por um processo de mudança, *de integração com a agroindústria*.

A saída para o campesinato então seria consolidar esta mudança de uma parte, viabilizar a transição de uma segunda parte e abandonar uma terceira, que restaria como resíduo social. Este debate surgiu no início dos anos 90 na academia brasileira e foi transformado pelo governo Fernando Henrique, através do Raul Jungmann [ex-ministro do desenvolvimento agrário], em política pública por meio do Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Foi criada uma divisão econômica dentro do campesinato brasileiro. O Pronaf B para aqueles que já estivessem consolidados e inseridos no mercado, o que seria uma minoria de 500 mil produtores. Uma outra parte, beneficiários do Pronaf C, seriam os produtores em processo de transição, que ou poderiam se consolidar ou virar periferia. E o Pronaf A ficou voltado ao campesinato mais pobre, num financiamento assistencialista que concebia aqueles produtores como inviáveis de se viabilizar como alternativa produtiva. Nós [MPA] não concordamos com este conceito, com esta segregação. Achamos que tem um outro debate que precisa ser considerado pois existe toda uma diversidade e especificidades econômicas e sociais que precisam ser consideradas. *Discordamos do conceito [agricultura familiar] pela carga ideológica que ele traz e por isso trabalhamos com o conceito de agricultura camponesa, que não foi criado pela academia mas sim pela luta histórica. É um conceito que une todos.* Este conceito de agricultura familiar se fortaleceu pelas políticas operadas pela gestão de Fernando Henrique. Agricultura camponesa participa do mercado mas de forma diferenciada, não integrada totalmente. *Outro problema do conceito de agricultura familiar é que ele a insere uma lógica de inviabilidade do campesinato que compromete a própria idéia de reforma agrária, pois se o camponês não dá certo para que fazer reforma agrária?*

(Altacir Bunde, entrevista à Agência Carta Maior³⁰, 10/11/2005, grifos meus)

Em outras palavras, mediante esta torção conceitual, recupera-se a designação ‘camponês’, incorporando também a unidade política e a identidade histórica das lutas camponesas (além de ilustrar de forma contundente o discurso como campo de poder e espaço de disputa). Sem esta torção, os sujeitos camponeses e seu discurso permanecem *invisíveis à teoria*. Além disso, ao relacionar *a viabilidade social do campesinato* como elemento definidor para a reforma agrária, e das ações do Estado para este fim, os movimentos também recuperam uma trajetória histórica de análise, referida à Questão Agrária e camponesa na tradição marxista e que, de modo geral, também informa os movimentos camponeses contemporâneos. Remetendo esta tarefa ao campo acadêmico, a sociologia e a antropologia poderiam também ‘refundar uma trajetória de análise teórica de questões conexas,

³⁰ www.agenciartamaior.com.br, acesso em 11/11/2005.

incorporando da mesma forma o longo processo de lutas políticas e de afirmação da identidade do camponês como sujeito da história' (Wanderley 2004).

Esta invisibilidade pode ser compreendida porque, talvez, *no mundo globalizado das novas ruralidades e da expansão do agronegócio*, os camponeses de fato tenham desaparecido. Neste mundo, ou melhor dito, nesse 'discurso sobre o mundo', parece não haver lugar para o tipo ideal do camponês imaculado pelo mercado global, hoje substituído, como ilustrado acima, por agricultores familiares pluriativos, ou seja, *integrados à agroindústria ou buscando 'um nicho no mercado', em sua lógica de produção e em seu discurso*. Como no caso do campesinato, a racionalidade e as condições de estabelecimento da sociabilidade definidas hoje pelo mercado global, mas que se constitui historicamente com o capitalismo, são pressupostas na maioria dos discursos, em especial no referencial teórico e acadêmico da sociologia.

Contudo, para o âmbito deste trabalho, a recuperação teórica dos sujeitos empíricos *do campo*, portadores de um discurso à globalização que se apresenta como *camponês*, será problematizado aqui em um nível anterior.

A subestimação do conteúdo ideológico das categorias discursivas do mundo globalizado pode explicar porque a existência e o protagonismo de um movimento camponês internacional, a Via Campesina, criado em 1992 (ainda no contexto pré OMC das negociações agrícolas do GATT) e que defende e representa uma *plataforma de interesses comuns* entre camponeses do norte e do sul, tem estado praticamente *invisível à teoria social em geral, e à teoria crítica, de filiação marxista em particular*.

Em especial, assim me parece, *se na origem entendemos a constituição de um movimento camponês internacional como resultado do processo contraditório do capitalismo*, pois, *além* da intensificação da integração do mercado global de alimentos e dos impactos locais dos acordos de livre comércio internacionais, *é a tecnificação e a industrialização crescente da agricultura*, que substitui as práticas e conhecimentos agrícolas tradicionais, que libera mão de obra e desocupa o campo, *gerando como resultado, não a proletarianização, mas justamente a resistência e a defesa de uma identidade política global camponesa*.

A invisibilidade teórica do campesinato sob o neoliberalismo, e poderíamos expandir, do discurso camponês à globalização e ao capitalismo, é ilustrativa dos efeitos do que Bourdieu & Wacquant (1999) apontam como a 'mistificação da globalização como cosmovisão' e das *consequências práticas e epistemológicas* que esta mistificação acarreta,

ocultando, através do ‘ardil da razão imperialista’, de fato, o que está realmente em questão, mas também impossibilitando a articulação na linguagem destes conteúdos.

Bourdieu (1998) identificou este suposto epistemológico no discurso da globalização e referiu-se a este fenômeno como ‘a vulgata neoliberal’ e o neoliberalismo como ‘utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites’. A linguagem, aprisionada na forma do discurso neoliberal, seria o campo de configuração do poder, do domínio da *doxa neoliberal*, onde se revelaria o que Bourdieu (1999) chama de “ardil da razão imperialista”. O esvaziamento da política ocorreria desta forma através da dupla determinação entre a extinção do campo do político em função da incapacidade da linguagem, no contexto da globalização, de politizar os conteúdos e, da despolitização da linguagem que se verifica incapaz de apreender e dar forma à dimensão política dos conteúdos.

O movimento antiglobalização, ainda segundo Bourdieu, teria portanto como principal função desafiar a ‘razão imperialista’, compreendida como a universalização e naturalização de esquemas de pensamento que tornam racionais determinadas estruturas sociais, em relação a sua lógica de funcionamento específica, identificada com o conjunto de pressupostos que constituem o neoliberalismo; esses foram definidos inicialmente, e não por acaso, como o *Consenso* de Washington, em expressão lapidar.

No plano epistemológico, pois, o neoliberalismo, imposto enquanto cosmovisão, estaria acima de tudo aprisionando as categorias da linguagem e impossibilitando um discurso transformador, ‘onde estariam marcadamente ausentes vocábulos tais como capitalismo, classe, exploração, dominação e outros, revogados sob o pretexto da obsolescência ou impertinência presumidas’(Bourdieu 2000a). Vocábulos obsoletos, presume-se, frente à falência política e teórica do marxismo, e impertinentes, portanto, porque invocam Marx e seus espectros.

O problema que foi colocado desde o início é que os contextos empírico e teórico se implicam mutuamente. O concreto e a dinâmica de inteligência e produção de conhecimento perfazem uma via dupla e interdependente, materializada na linguagem e através da linguagem como teia onde a racionalidade se apresenta sob a forma de jogos de linguagem, estabelecidos nas práticas sociais contingentes a cada comunidade, e não mais na crença em um fundamento último.

Enquanto a globalização das práticas e dos referentes de sociabilidade de mercado unifica também a racionalidade dos fenômenos (e os jogos de linguagem que a instauram e

mantém), a ausência de conceitos ou a incapacidade da linguagem para exprimir a percepção das contradições é sinal de que o conteúdo vivido, experienciado, destas contradições não é apreensível nem pode ser articulado no discurso. E, tomando a estrutura das proposições – do discurso – como a estrutura do mundo, diante ‘daquilo que não se pode falar, deve-se calar’, na formulação de Wittgenstein ([1921] 1994) sobre as tarefas e os limites ao qual ficou reduzida a filosofia a partir do século XX.

Todavia, as contradições, a violência e a exploração seguem sendo sofridas e acirradas nas lutas cotidianas e diante disso os movimentos sociais seguem *mostrando em suas ações concretas e diretas* os conteúdos efetivos, mas não elaborados de um contradiscurso... *Ya Basta !*, como resumem os zapatistas que abrem o contexto geral de sujeitos e *epistemes* do campo no discurso à globalização.

Tomando esta concepção para criticar a crise da racionalidade moderna, uma vez que estes dois níveis estão permanentemente imbricando-se, da mesma forma que o discurso e o sujeito do discurso, *o neoliberalismo representaria a exacerbação dessa dissociação ou ainda ruptura epistemológica entre o concreto da experiência e a possibilidade da teoria.*

Diante disso, como pensar e construir um discurso inteligível sobre *um outro mundo* ? A oposição à estratégia da razão neoliberal, e da uniformização do pensar evocado na idéia de ‘*consenso*’, dependeria da eficácia em apresentar ao mundo e no mundo os conteúdos libertos do ardil da linguagem.

A idéia de que a globalização expressa uma concepção de mundo apresenta de pronto como uma *meta questão*, pois sendo assim define de antemão as condições de (im)possibilidade de constituir uma ciência ‘do social’ e um discurso crítico, uma vez que a globalização do mercado, como visão de mundo que é, já supõe as categorias da sociabilidade capitalista.

Para uma crítica da sociabilidade e do mundo capitalista pois, é preciso tomar um ponto de partida anterior, na narrativa histórica de constituição deste mundo. Na introdução deste trabalho justifiquei a escolha do tema das sementes transgênicas e seu papel na cosmologia do mundo capitalista para tratar da racionalidade própria do capitalismo.

Isso porque, historicamente, a construção do sentido prático e teórico do que seja ‘esquerda’ - inextricavelmente dependente de como a entendemos ou referenciamos hoje - é relacional à Marx e, a partir dele, à constituição do marxismo, e a partir do caminho apontado por Marx, ainda no século XIX, a esquerda em relação ao capitalismo tem inicialmente uma

tarefa crítica, epistemológica: compreender, com vistas a transformar e superar, a lógica estrutural à razão capitalista – a forma mercadoria

Em O Capital, Volume I, Livro Primeiro (O processo de produção do capital), os dois conceitos iniciais para compreender o capitalismo são mercadoria e dinheiro. Marx abre O Capital com uma análise da *forma mercadoria*:

A riqueza das sociedades nas quais domina o modo de produção capitalista se apresenta como um enorme acúmulo de mercadorias, e a mercadoria individual como a forma elementar desta riqueza. Nossa investigação, por conseguinte, se inicia com a análise da mercadoria (p.153).

E segue com a análise do duplo ponto de vista sob o qual a mercadoria se apresenta: valor de uso e valor de troca. ‘O valor de troca, que é uma relação entre pessoas, mas que é preciso acrescentar, uma relação encoberta por coisas’ Por trás dos preços estão sempre relações de produção e de trabalho e *é na troca entre os produtos*, mediadas pelo dinheiro e o preço, que se equivalem – ou são exploradas - estas relações, e nelas também o trabalho e aqueles sujeitos que o executam, como colocou Marx, ‘a economia apenas expressa em sua forma as leis morais’.

Ainda segundo Marx,

A troca das mercadorias é o processo no qual o *metabolismo social*, isto é, a troca dos produtos particulares dos indivíduos privados, é, ao mesmo tempo, a geração de relações de produção sociais determinadas que os indivíduos contraem neste metabolismo. As relações recíprocas das mercadorias em processo se cristalizam como determinações diferenciadas do equivalente geral, e assim o processo de troca é simultaneamente processo de formação de dinheiro. A totalidade deste processo, que se apresenta com o decorrer de processos distintos, é a circulação. (p.154 grifo meu).

Neste percurso de naturalização, cotidianamente a lógica de produção (e logo, a lógica social) do capital se materializa e se incorpora em produtos – as mercadorias – e através do comércio destas mercadorias, em práticas e noções socialmente aceitas.

Mas tomando esta classe muito específica de mercadorias (as sementes) o metabolismo social referido por Marx precisa hoje ser *hipermaterializado*, uma vez que as sementes transgênicas são transformadas em alimentos (direta ou indiretamente, como no caso da soja para a criação industrial de proteínas animais), e assim *metabolizadas na reprodução dos nossos próprios organismos e força vital* (e portanto de força de trabalho). Além disso, através do risco de contaminação genética que os transgênicos introduzem nos

ecossistemas e na alteração de outras espécies, reduzindo a biodiversidade para garantir um padrão industrial na natureza e também de Natureza, este metabolismo é social e também ambiental.

Para tanto proponho tomar, no interior do FSM um objeto de discurso que manifeste a apreensão e a leitura mais próxima a uma crítica sistêmica ao capitalismo. Este objeto será identificado na oposição ao transgênicos, contextualizados na configuração do atual sistema agroalimentar mundial. Este objeto será ainda complexificado uma vez que ele é enunciado por um sujeito de natureza *sui generis* para o século XXI, o movimento camponês internacional, a Via Campesina.

O exemplo midiático e que cristalizou-se como a imagem internacional de ‘um outro mundo possível’ foi a destruição de uma lavoura experimental de soja transgênica da empresa Monsanto por integrantes da Via Campesina (liderados pelo MST do Brasil e José Bové da França) no I FSM, em 2001³¹.

3. A Doxa Neoliberal

O discurso da esquerda contemporânea se reconhece e se identifica na referência à ‘*globalização neoliberal*’, em oposição a qual se definem as posições políticas e os discursos. Neste sentido este termo caracteriza um esquema de interpretação da realidade através do qual se dá a economização das questões sociais e das categorias de percepção sobre o mundo. Na visão de mundo imposta pela *omni* referência à globalização, o mercado global passa a ser ‘o’ referente de naturalização para todas as relações sociais, bem como da forma de apreender e falar sobre estas relações: ‘o mercado’ condiciona a forma de ser e de estar no mundo e assume *a unidade discursiva elementar sobre a sociedade* (Bourdieu, 2000).

Assim como para a razão capitalista o ser é dito em relação ao mercado (sob a forma lógica da mercadoria), em tempos de globalização, quem ou aquilo que (*transformado em mercadoria*) não está integrado ao mercado global, não está no mundo.

A *globalização* seria a noção que designa o contexto institucional internacional (cujos principais atores e elementos foram esquematizados no início deste capítulo), mas que

³¹ Cf. Reuters, Davos e Anti-Davos 2001

também, segundo Bourdieu (1998), tem a função de naturalizar *esquemas de pensamento neoliberal*. Embora estes os dois termos apareçam quase sempre juntos, eles estão para fenômenos que operam em planos distintos, mas relacionados. Ou seja: para fins de análise, a *globalização* designa sobremaneira o quadro empírico e institucional de funcionamento do capitalismo e do imperialismo hoje, enquanto o *neoliberalismo* representaria o marco epistemológico no qual o capitalismo se racionaliza e se pretende universal, ou seja, na *sobredeterminação da linguagem e do discurso*, que Bourdieu (2000) denominou ‘*La nouvelle vulgate planétaire*’.

Desde os anos 80, ainda na fase dos ajustes estruturais e da reestruturação dos Estados nacionais para preparar a liberalização do comércio no marco da OMC, o principal desafio teórico e prático da esquerda constituiu-se em combater o neoliberalismo político e econômico como única alternativa: *There Is No Alternative*, no acrônimo TINA, como imortalizou Margareth Thatcher, justificando a imbatível competência técnica neoliberal; daí até os dias de hoje, e especialmente após o caída dos regimes socialistas, ‘o neoliberalismo vem sendo identificado como o macro-contexto e o paradigma a ser superado pelo pensamento e a ação transformadores’ (George, 2004).

Mas da mesma forma que o *neoliberalismo* se impôs com uma evidência universal desprovida de qualquer alternativa, Bourdieu lembra, assim foi com o *tatcherismo* (para usar uma analogia pertinente) que não foi inventado pela Sra. Thatcher, mas sim

[...]longamente preparado por um grupo de intelectuais que dispunham, em sua maioria, de espaço nos grades jornais³². [...] Essa espécie de gota-a-gota simbólico, onde os jornais escritos e televisionados contribuem muito fortemente – em grande parte inconscientemente, porque a maioria das pessoas que repetem as declarações o fazem de boa fé, produz efeitos muito profundos. É assim que o neoliberalismo se apresenta sob a aparência da inevitabilidade (Bourdieu 1998: 43-44)

Partindo da idéia central de ‘fim da história’, como definiu o filósofo neoliberal Fukuyama (1992), o *neoliberalismo pode ser tomado como fenômeno que atua particularmente na ordem do discurso e que teria, como principal característica, a eliminação dos referentes de memória, esvaziando e dessignificando sobremaneira os conceitos e categorias da tradição crítica*.

³² Sobre um estudo crítico deste processo Bourdieu refere a K. Dixon, “Les Evangélistes du Marche”, *Líber*, 32, setembro de 1997.

O principal efeito do ‘discurso neoliberal’ é marcar um corte epistemológico com a história e com a genealogia das questões; *expropriado das referências históricas, o mundo empírico se torna invisível à teoria crítica* e ao mesmo tempo faz com que a experiência concreta não se identifique e não se reconheça em conceitos teóricos que dependam de uma genealogia. Desta forma, uma estratégia discursiva acarreta conseqüências da maior relevância prática, como no caso do desprezo acadêmico da categoria ‘campesinato’ e da designação de sujeitos camponeses.

Isso se traduz na *descontinuidade histórica e na despolitização de um amplo leque de fenômenos da história recente*, como o protagonismo de um movimento camponês internacional e, no que toca ao fio condutor desta reflexão, da introdução dos transgênicos na agricultura como um desdobramento de uma etapa anterior, a Revolução Verde, e nela a função central da tecnologia para revestir uma estratégia política (Cleaver, 1972). Mas isso será retomado em detalhe adiante.

Tomado para além de qualquer definição reducionista, Lander (2003) argumenta que o neoliberalismo pode ser equacionado a uma cosmovisão. Como *visão de mundo é também um modo sob o qual se vê e se constitui um discurso articulado sobre o mundo*. Esta cosmovisão é naturalizada através da economia enquanto disciplina científica e imposta como *discurso hegemônico de um modelo civilizatório* que encarna a síntese dos supostos e valores básicos da sociedade liberal moderna, que, para o projeto neoliberal, expressa um modo e um padrão de vida (e de consumo) originário e localizado no Atlântico Norte e que se pretende universalizável.

Com esta abrangência, o neoliberalismo assume o referente de existência e inteligibilidade de todos os fenômenos sociais. Falar de qualquer coisa em relação ao neoliberalismo significa situar esta coisa em relação a sua inserção (ou resistência) à inexorável incorporação ao mercado mundial e sua lógica. Assim a estratégia neoliberal pode reformatar o mundo a sua imagem e semelhança.

A implementação operacional da lógica neoliberal requereu mudanças profundas na estrutura dos Estados nacionais, que se adequaram também ao melhor funcionamento do capitalismo e dos mecanismos de acumulação sob essa fase. Assim, quando um fenômeno social é dito em relação ao neoliberalismo, ele é dito também em relação a uma postura ou função do Estado que visa garantir e assegurar a *cosmovisão* que ele engendra – os pressupostos do discurso e da ordem social correspondente.

As reformas neoliberais no Estado tiveram como principal resultado o esvaziamento da política, do sentido dos meios que devem ser arquitetados em vista de fins coletivos, ou seja, do âmbito e da natureza do ‘público’, daquilo que deve ser decidido em função do bem comum e que não é redutível à esfera das trocas no mercado entre indivíduos particulares. Este efeito se revela tanto na blindagem da ‘política econômica’ como algo social e logicamente distinto das estruturas sociais de produção que lhes são ontologicamente constitutivas, bem como, no plano epistemológico, da possibilidade de conceber e falar sobre o mundo, portanto de constituir um discurso, o campo da razão, onde esta clivagem se justifique e se legitime socialmente.

Em paralelo ao desmonte semântico sobre a esfera da política produzido com a implantação do neoliberalismo (e seus esquemas discursivos), ainda nos ajustes da década de 80, toma corpo um sentido de ‘bem comum global’ – e logo de um espaço de política – na proteção do “meio ambiente” e na busca de um desenvolvimento sustentável (do capitalismo). A politização da questão ambiental se alimenta da mobilização social do movimento ambientalista que surge no início dos anos 60.

Uma ressalva importante. Estou usando a definição cronológica de Kirkpatrick Sale (1993) sobre a constituição do movimento ambientalista *nos EUA*, que ele chama de *Green Revolution*. O marco que ele toma para inaugurar esta era é a publicação de *Silent Spring* (primavera silenciosa), em 1962, por Rachel Carsons, uma bióloga marinha com vários livros publicados já à época e que abre seu livro manifesto com as seguintes palavras :

*No que o homem avança em direção ao seu objetivo anunciado de conquistar a Natureza, vem escrevendo um triste roteiro de destruição não apenas contra a Terra que ele habita, mas também contra toda a Vida que partilha o planeta consigo. A história dos séculos recentes tem passagens sombrias – a dizimação dos búfalos nas pradarias do oeste americano, o massacre das aves marinhas por caçadores de mercado, a quase extinção dos *egrets* [um tipo de pelicano] por sua plumagem... Agora, por estes e por outros como estes, estamos incluindo um novo estrago – a matança direta de pássaros, mamíferos, peixes, e praticamente toda a forma de vida silvestre através dos inseticidas indiscriminadamente espargidos e fumigados sobre as terras.... A questão é se alguma civilização pode suportar [tal] incansável guerra contra a vida (*war on life*), sem destruir com isso a si mesma, e sem perder o direito a ser chamada civilizada.*

(tradução livre, Carsons *apud* Sale, op.cit : 1, grifo meu)

Se a percepção ambientalista inicial é sobre os *efeitos*, nos animais e na vida silvestre, e também por isso foi tão criticada no início pela despolitização (baleias, micos leões, etc), a *causa* é anterior: nos inseticidas do modelo agroquímico industrial implantado em larga escala e universalizado com a Revolução Verde que submeteu ecossistemas, territórios, camponeses.

Mas por hora estou apenas expondo o histórico da idéia geral. A relação com a Revolução Verde será explorada no próximo capítulo.

Remontando às origens do debate global que demarca os impasses ambientais da manutenção do capitalismo, onde crise do capital e crise ecológica se traduzem, a controversa *Tragedy of the Commons* (Hardin, 1968) oferece uma analogia para ilustrar o conflito que expressa a essência do liberalismo (e portanto do *neoliberalismo*). A discussão é sobre o crescimento da população e a disputa sobre o uso dos recursos naturais. O exemplo, não por casualidade, é uma comunidade de pastores, uma pastagem e o mecanismo de *enclosure*, já conhecido como etapa lógica da acumulação primitiva desde Marx.

Aqui, contudo, a *enclosure se justifica retoricamente para regular o uso e o acesso à natureza, assegurando a preservação dos “bens comuns”*, garantindo assim o horizonte democrático da possibilidade e da continuidade da acumulação como um direito universal. Ou, na versão do informe *Nosso Futuro Comum* (Bruntland 1987), o desenvolvimento sustentável (do capitalismo) ‘é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades’. Desde o inventário exaustivo de questões trazidas pelo relatório Bruntland, mostrou-se que não se podem dissociar os problemas ambientais mundiais de um modelo de crescimento e industrialização, e logo, ‘falar de desenvolvimento sem levar em conta o meio ambiente’. Este seria o *consenso Bruntland* que põe em marcha a preparação da Rio 92 e o discurso oficial da *sustentabilidade do capitalismo*, o qual, dependerá, de encontrar os mecanismos legais internacionais para privatizar e mercantilizar a natureza e a biodiversidade. Isso se forja junto a um discurso ideológico que justifica idéias – hoje correntes – de “serviços ambientais”, por exemplo, para atribuir um valor calculável em dinheiro ao funcionamento dos ciclos da natureza, e assim poder negociá-lo, ainda que ‘para a preservação’ das áreas locais, dos modos de vida tradicionais, etc. A natureza tem sua ‘força de trabalho’, pois sua força de produção e reprodução da vida, colocada à venda no mercado internacional. Mais grave me parece é que nem se chama trabalho, e sim prestação de serviço, por suposto, a outrem.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (UNCED) Rio-92³³ é o evento que demarca a fusão do discurso político

³³ A Carta da Terra, documento oficial da RIO-92, elaborou três convenções (Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas), uma declaração de princípios e a Agenda 21 (base para que cada país elabore seu plano de preservação do meio ambiente). Da Convenção de biodiversidade saiu o protocolo de biossegurança para regulamentar, entre outros, a rotulagem e as regras de comércio internacional de OGMS. A Convenção de Mudanças Climáticas embasou a conferência em Kyoto, em 1997, sobre a camada de ozônio e o aquecimento

internacional com a crise ecológica. Os conflitos políticos mais cruciais da sociedade industrial urbana e moderna – no sentido de tratarem do que é de fato comum a todos os seres humanos, cidadãos do planeta, como o clima, a terra e os territórios, a água e a biodiversidade - se fundiram no discurso da causa ecológica e da defesa do ‘meio ambiente’, sem que essa fusão, contudo, fosse acompanhada consistentemente da oposição política, partidária, ao modo de produção capitalista.

O ponto é somente apontar que ao esvaziamento dos conteúdos políticos dos partidos socialistas, comunistas e que se filiam à tradição marxista (com a falência do socialismo real) não foi incorporada a dimensão ambiental e as lutas concretas contra o modelo de produção e seus efeitos que estavam tomando corpo na sociedade, em nível global³⁴.

A ‘sociedade civil global’, a visibilidade e a legitimidade das ONGs na atuação e representação política mundial pode ter sua origem pontuada aí, em especial no papel das organizações brasileiras que prepararam o fórum paralelo da sociedade civil. Talvez se possa marcar aí um protagonismo internacional e uma legitimidade das ONGs e movimentos sociais e ambientais do Brasil, às origens do FSM uma década depois. A reconstrução do processo de formação e politização do movimento ambiental não é o tema nem o alcance deste trabalho. De certa forma estou reconstruindo o avesso deste movimento.

O que é importante recuperar aqui é a perspectiva de uma estrutura relacional entre a incapacidade dos partidos da esquerda marxista incorporarem este novo eixo da política internacional (ambiental ecológica) e a paralela fragmentação e segmentação das lutas sociais, dissociando efeito de causa, com a criação da militância social temática; esse fenômeno da cultura política contemporânea culmina com a profissionalização, através das ONGs, da representação de interesses setorializados da ‘sociedade civil’.

Na perspectiva histórica desta dinâmica de esvaziamento do conteúdo político dos programas partidários, que sob o neoliberalismo disputam a competência técnica para gerenciar e executar um programa que já está dado, pode ser retraçada acompanhando o histórico de percepção da crise ecológica (que é a crise de reprodução do próprio capitalismo) e o surgimento de uma “consciência comum” sobre o destino do planeta, bem como dos

global que institui, art. 12, os mecanismos de desenvolvimento limpo para promover o mercado de carbono. Antecedentes relevantes foram: *Tragedy of the Commons* (1968); o relatório *Limits to Growth*, do Clube de Roma (1972), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972); o fim do padrão dólar-ouro por decreto unilateral do então presidente dos EUA Richard Nixon (1971); crise do petróleo e o embargo da soja (1973).

³⁴ Não irei discutir aqui a formação do Partido Verde, nem sua relação com este fenômeno na Europa.

“sujeitos globais” – a ‘sociedade civil’- portadores desta consciência e deste discurso, e sobretudo da legitimidade *e dos fundos* para representar as causas sociais que respectivamente envolvam seus interesses³⁵.

No horizonte macro, a saída de cena do sentido de classe, como define Wood (retreat from class) e a despolitização e desideologização dos programas partidários de filiação marxista sob o neoliberalismo é um processo relacional à constituição do sentido de uma sociedade civil global (lembrando o caráter burguês da ‘sociedade civil’ já apontado por Marx) e a identificação desta na militância em causas específicas, temáticas. Esse desdobramento não é linear, mas remontando ao estado que se encontra a esquerda internacional quando começa a tomar corpo o movimento antiglobalização, a criação de um espaço com as características específicas do Fórum Social Mundial localiza-o como um resultado produtivo mas que também revela o esgotamento de um ciclo anterior.

O espaço propositivo do movimento antiglobalização é o Fórum Social Mundial, primeiramente organizado para fazer oposição ao fórum anual da elite empresarial do mundo, que se reúne em janeiro de cada ano em *Davos* na Suíça. Na primeira edição o FSM tomou as páginas da mídia internacional como o encontro *Anti-Davos*, especialmente porque houve um ‘debate’ entre representantes dos dois encontros através de uma teleconferência, que alternou perguntas e respostas por 1:45 minutos, com a ‘interlocução’, ao vivo, em 30/01/2001 de personagens tão díspares como George Soros e Hebe de Bonafini, pelas *Madres de la Plaza de Mayo* da Argentina.

O debate entre Davos e o primeiro FSM estava sendo organizado para ser um diálogo oficial havia meses, mas, no que deveria ser uma reunião para acertar os termos, ao final de dezembro de 2000, o lado Davos desistiu, pois queria ter direito à veto e, sobretudo, porque o FSM estava tomando cores muito ‘Anti-Davos’. Mas o debate ao vivo foi realizado, não no local oficial da reunião de Davos, mas em uma soturna igreja protestante que aceitou servir de palco para a transmissão. Nada mais simbólico, eu diria. O *vis à vis* foi chamado ‘*Les 2 mondialisations*’ e ‘*The globalization divide*’ e enquanto foi transmitido parou, literalmente, toda a assistência do FSM³⁶. Cada réplica e tréplica, se é que esta alusão a contra-‘argumentos’ se aplica, os representantes do lado FSM eram ovacionados como gols em final

³⁵ Um ponto importante é o papel das fundações filantrópicas como a Rockfeller, Ford, MacArthur e agora mais recentemente a Gates, na arquitetura internacional da sociedade civil e das formas de produção do discurso . Cf. Bourdieu & Wacquant, 1999.

³⁶ Transcrição da videoconferência em <http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-0102/msg00106.html>
A versão quase integral está nos anais on-line do FSM, na língua original de cada intervenção.

de copa do mundo, aos urros. Mas de fato o que houve foi a transmissão televisiva deste ‘debate’, mas que não pode ser chamado de diálogo. A grande questão era porque a ONU estava presente em Davos e, mesmo convidada, preferiu não ir a Porto Alegre. A transcrição do debate, com as falas de todos os participantes de ambos os lados (uma dúzia de ativistas do lado FSM e dois consultores da ONU, um megaespeculador internacional, Soros, um executivo sueco, e uma ‘mulher’ não identificada do lado Davos). Reproduzo abaixo, com tradução minha, algumas das falas para expor o caminho do *globalization divide*:

Eu sou George Soros, sou um diretor semi-aposentado de um fundo de investimento internacional. Eu também sou o fundador de uma rede de fundações dedicada ao que chamo de ‘sociedade aberta’ [Open Society é o nome da Fundação que ele dirige]. *E estou feliz em participar deste debate porque estou interessado em reformar mas não destruir o capitalismo global.* [grifos meus]

Bom dia, sou francês, me chamo Bernard Cassen. Sou jornalista e diretor geral do *Le Monde Diplomatique* e também presidente da ATTAC na França. Estou aqui em Porto Alegre no FSM com todos os meus amigos e camaradas para mostrar que *outro mundo é possível*

Cassen é reconhecido como o autor original da frase famosa ‘um outro mundo é possível’, que virou mote do FSM (em analogia à mundialização como os franceses chamam a globalização, e por isso o movimento se auto refere como *altermundista*). A ATTAC, organização cuja principal bandeira é a taxação das operações financeiras e o fim dos paraísos fiscais, teve um papel muito destacado nas primeiras edições do FSM com a campanha pela implementação da Taxa Tobin. Assim, entende-se que Soros está “feliz” de participar no debate, afinal, ele – assim como a proposta da Taxa Tobin (!) – quer reformar e não destruir o capitalismo. Idealizada pelo norte-americano James Tobin em 1972, prêmio Nobel de Economia, mas nunca aplicada de fato, a Taxa Tobin propõe que 1% do valor das transações financeiras sejam taxadas e o dinheiro arrecadado seja remetido para um fundo mundial de *combate à pobreza*. Os números mostrados por James Tobin estimam que esse fundo poderia conseguir cerca de US\$ 170 bilhões por ano.

Mais adiante no debatem quando Cassen sugere passar um abaixo assinado sobre esta proposta em Davos, e pergunta o que Soros acha de levar a idéia, este último responde: ‘eu concordo com a taxa Tobin, *is written on my book...* mas eu não acho que iria recolher muitas assinaturas’, responde o megaespeculador ironicamente.

O primeiro *divide* do embate dos mundos, representado aqui não por sínteses das palestras teóricas, mas no enfrentamento do discurso e das racionalidades. *Tobin or not Tobin*

(Chesnais 1998). Não parece que seja revolucionário sobretaxar uma produção e um lucro que já está dado, ainda mais que os fundos seriam revertidos para ‘acabar com a pobreza’, efeitos, não causas. Que estrutura de produção que seria de fato atingida com a Taxa Tobin ? que natureza de proposta é esta que (em 2001) parecia uma grande bandeira contra a globalização ? Que concepção de capitalismo alimenta este discurso do diretor do *Le Monde Diplomatique* e da nata da intelectualidade de esquerda francesa ? Como já adiantei não irei reproduzir os discursos temáticos por razões óbvias de espaço e ênfase restrita deste trabalho, que se propõe a seguir um fio condutor, mas que neste capítulo precisa ser contextualizado na conjuntura na qual se destaca. Por isso, os próximos personagens são da ONU:

[sobre o comércio atender as necessidades do desenvolvimento e não o contrário]
Agora sobre desenvolvimento sustentável: o *desenvolvimento sustentável tem muitas dimensões*. Requer equidade, precisa de atenção sobre seus impactos em recursos não-renováveis, mas também precisa crescimento. *Nós temos quase a metade da população mundial vivendo com menos de 2 dólares por dia*. Eu não preciso lhe contar isso. *E no contexto da prescrição para reduzir a pobreza deve haver a devida atenção ao crescimento*.

(Mark Malloch, britânico, egresso do Banco Mundial, administrador geral do PNUD, representando a ONU em Davos, grifos meus)

Nós aqui em Davos estamos reunidos em uma pequena cidadezinha suíça. *Um século atrás a Suíça era um país pobre e agrícola. Hoje, é tão integrado à economia global como qualquer outro país pode ser*, e ainda, a Suíça transformou a si mesma para ser extraordinariamente bem sucedida na distribuição da riqueza e na proteção dos direitos das minorias. Existe um dialeto alemão falado nesta parte da Suíça em que estamos que é arcaico e que os falantes da língua alemã em nenhum outro lugar do mundo entendem. Então, é possível estar, se você quiser, integrado à economia global, e ser bem sucedido domesticamente como um sistema de *justiça social*, com um sistema que protege os direitos das minorias, protege e apóia a diferenciação cultural. Como e por que ?... *Nós estamos aqui para trabalhar com eles* [a elite empresarial mundial reunida em Davos] porque é isso que a ONU faz. Estamos aqui para lutar contra a pobreza, proteger os direitos humanos, proteger o meio ambiente. *Nós queremos trabalhar com eles*. Vamos falar em como fazer essas coisas, que nós todos concordamos que precisam ser feitas.

(John Ruggie, consultor da ONU e braço direito de Koffi Annan, grifos meus)

Hoje (2005), Ruggie é o Relator Especial sobre Transnacionais e Direitos Humanos da ONU, ou seja continua trabalhando com ‘eles’ e segue como professor da *Kennedy School of Government*, na Universidade de Harvard, ensinando *global governance*, para ‘eles’ serem cada vez mais ‘eles’³⁷.

A capacidade de escolher justamente a transformação da Suíça durante o contexto europeu do século XX e entre duas guerras mundiais, de *paisinho agrícola* em paraíso do

³⁷ Cf. Profile em: http://ksgfaculty.harvard.edu/john_ruggie

capital financeiro internacional, e de toda a sordidez especulativa das contas secretas, de grandes remessas de dinheiro público desviado, etc, trazida *como exemplo do que todo país pode ser com a globalização*, realmente, supera qualquer esforço de caricatura do que possa ser o discurso Davos/ONU em sua mais franca essência. Quanto ao dialeto arcaico, que mesmo os *germano hablantes* não entendem mais, a referência também é muito reveladora... Acrescento a fala da Via Campesina, na voz do secretário geral à época, o hondurenho Rafael Alegria que nos trás de volta ao mundo real:

Efectivamente en Porto Alegre hemos analizado y hemos coincidido todos y todas de los desastres que ocasiona la Globalización y el Neoliberalismo. Creo que es necesario actuar con responsabilidad. Por ejemplo, los efectos en la economía para los grandes sectores de la sociedad civil, de campesinos, obreros, trabajadores, es terrible. Por ejemplo, las privatizaciones han desplazado a millones de trabajadores que realmente hoy deambulan por las calles buscando un empleo y no lo encuentran. En el campo hay una desatirculación total de los servicios estatales, en marcos jurídicos que no les permiten a los campesinos acceder a la tierra. Porque está privatizada, la tierra. E igualmente la tecnología, los mercados. Nos hablan de Libre Mercado, pero nosotros no entendemos ese Libre Mercado porque los pequeños y medianos agricultores no entramos al mercado. Es un mercado controlado y manejado por las grandes Multinacionales. Entonces, es una situación trágica la que estamos viviendo. Millones y millones de personas en el mundo cada día aguantan hambre y miséria. La misma FAO, en 1996 reportó 800 millones de personas hambrientas en el mundo, y ahora se están reportando 845 millones. Eso significa que de no parar esta situación del modelo Neoliberal el 2005 vamos a estar en una situación terriblemente difícil para estas grandes mayorías.

La pobreza se incrementa cada día más. Se privatiza todo. No hay acceso para nada de los sectores populares como tal. El Estado ahora es indiferente a los aspectos sociales como educación, salud, vivienda, infraestructura, porque, según los teóricos, en este caso ustedes, creen y dicen de que eso lo va a resolver el mercado, el Libre Mercado. Entonces el Estado ya no se interesa por estos problemas sociales de su ciudadanía. Entonces, señores, hay una situación muy difícil, trágica. De no parar este modelo injusto, excluyente, antihumano, la situación va a ser muy delicada. La inestabilidad social y política va a crecer. Seattle, Bangkok, Washington, Praga, y ahora que estamos en Porto Alegre, es un sentimiento total de repúdio y rechazo a estas políticas de exclusión del modelo Neoliberal. Este mundo hay que cambiarlo. Hay que cambiar estas políticas. Y el señor de Naciones Unidas, que está haí, debería estar aquí, con nosotros. Es decir, y no con ustedes. Naciones Unidas tiene que tener una responsabilidad más grande de buscar un equilibrio entre un mundo mejor para estas grandes mayorías. De manera, señores, que es necesario cambiar. Esos organismos internacionales como el Banco Mundial, Fondo Monetario Internacional, Organización Mundial del Comercio, no tienen razón de ser. Son ellos los responsables directos de que haya tanta pobreza y tanta exclusión. Nunca habíamos estado en una situación tan dramática como ahora. El mundo está dividido entre muchos, pero muchos que no tenemos nada, pobres, millones de pobres, y pocos ricos que acumulan cada vez más ganancias. Eso no puede ser, no puede ser. Definitivamente, nuestro llamado es ferviente y firme, de que tenemos que cambiar esta situación o nos exponemos a una confrontación. Que ya no será la Globalización de la economía sino la confrontación global entre los pueblos y los que dirigen el mundo como ustedes

Ao que segue, imediatamente, a resposta à Alegria de um CEO (*chief executive officer*) sueco o seguinte:

Gostaria de dizer algumas palavras sobre aquilo que nós, *in business*, poderíamos fazer para ajudar. Primeiro, penso que é uma questão de examinarmos nosso próprio comportamento, porque *a única coisa que podemos influenciar é o comportamento das pessoas que trabalham para nós*. E o comportamento daquelas pessoas que dependem de nós, tais como os nossos fornecedores, e, em uma certa medida, nossos clientes e consumidores. **Assim o que devemos encontrar é um código de conduta que nasça com o Global Compact da ONU**, e que inclua desenvolvimento sustentável que é o balanço do econômico, do ambiental e das responsabilidades sociais para um negócio. O marco desta conduta é realmente um modo de encaminhar as preocupações e os problemas reais que estão ai fora, parcialmente através do que o *business* pode fazer. *Business cannot be government* [não pode ser governo], *business* não pode ser mais do que meramente um player econômico, mas acho que pode exercer seu papel para ajudar os outros que dependem dele [do *business*]. E isso é, penso, algo que deve ser considerado no debate, e ao invés de tentar atacar uns aos outros, nós deveríamos encontrar maneiras de trabalhar juntos, porque eu penso que [sic] *‘mi amigo de Honduras que está ahí hablando tán fuerte sobre la globalización tiene que escuchar también’*. (Bjorn Edlung, empresário sueco³⁸, grifos meus)

A resposta do empresário sueco (com requintes coloniais, ao mostrar que *sí, habla español* para mostrar o poder, “*que mi amigo... tiene que escuchar también*”), e o domínio da linguagem, traz a referência às entidades corporativas que detém o poder transnacional do capitalismo ‘globalizado’. A frase reveladora *Business não pode ser governo*, mas *business* quer ajudar os outros que dependem *dele*; não pode ser governo mas quer governar, então entendemos melhor o sentido do *Global Compact* da ONU³⁹.

Lamento, mas o Século XXI não começou em Seattle. Conforme o website oficial do *Global Compact* da ONU a história é a seguinte (tradução e grifos meus):

Em um discurso durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, em 31 de janeiro de 1999, o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, desafiou os líderes empresariais para juntarem-se em uma iniciativa internacional – *the Global Compact* – [com este nome de sugestivo], a idéia era trazer as empresas (corporações) junto às agências da ONU, a sociedade civil e os sindicatos para apoiarem princípios sociais e ambientais universais.

A fase operacional do *Global Compact* foi lançada na sede da ONU em Nova York em 26 de julho de 2000. Hoje, milhares de corporações de todas as regiões do mundo, sindicatos e a sociedade civil internacional estão engajadas no *Global Compact*, trabalhando para avançar 10 princípios universais [qualquer semelhança com os 10 mandamentos é mera coincidência] nas áreas de direitos humanos, trabalho, o meio ambiente e anti-corrupção.

³⁸ Este personagem representa a corporação ABB, que trabalha com automação de sistemas de energia (www.abb.com) a empresa está presente em mais de cem países, com 160 mil empregados, sendo que destes 45 mil estão nos países do sul.

³⁹ Para saber mais: <http://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/index.html>

Através do *poder da ação coletiva*, o *Global Compact* busca promover a *cidadania corporativa responsável*, de modo que *Business* possa ser parte da solução aos desafios da globalização. Neste sentido, o setor privado – em parceria com outros atores sociais – pode ajudar a realizar a *visão do Secretário Geral da ONU*: um economia global mais sustentável e inclusiva.

5. O Impasse da Esquerda: Um ‘Outro Mundo’ é Possível ?

Em que termos o discurso de *oposição ao neoliberalismo*, nas sucessivas edições do Fórum, vem traduzindo-se como anticapitalismo é o contexto geral que abre esta seção. Dada a importância e a centralidade no sentido de ser ‘de esquerda’ hoje em dia, em que consiste e implica afinal ser ‘contra o neoliberalismo’ ?

Propositivamente o movimento antiglobalização traduz-se na mobilização e reorganização da esquerda mundial na construção de alternativas ao neoliberalismo, tomado aqui como determinação concreta a partir da qual precisa ser pensado o que seja o sentido político, mas também teórico, da ‘esquerda’ no século XXI. Na prática e na análise teórica, como estão sendo de fato elaboradas propostas efetivamente alternativas à globalização neoliberal, e o que isso significa para além da retórica ativista, na direção de elaborar um projeto de sociedade alternativo, ‘*um outro mundo possível*’? O conjunto de críticas e alternativas à globalização arquitetadas no FSM *não produziu todavia uma alternativa de ação que se oponha ao sistema-mundo capitalista*.

Enquanto espaço primordial de debates e de formulações que a esquerda internacional possui hoje, a coalizão de alternativas sob o espaço do FSM, *em seu conjunto*, não constitui *per se* um projeto alternativo, socialista ou o que seja⁴⁰.

A articulação da esquerda internacional neste espaço vem se dando a partir de uma metodologia baseada em eixos temáticos e eixos transversais, que contemplariam a miríade de complexidades do mundo globalizado e dos desafios da sociedade para além da luta de classes do século XXI. Na construção de alternativas ao ‘pensamento único’ imposto pela

⁴⁰ Com a sucessiva repetição dos encontros e a ampliação cada vez maior das ‘alternativas’ e da diversidade, a consequência propositiva do movimento altemundista vem sendo criticada desde dentro com a defesa do espaço de ‘laboratório social’ permanente do FSM de um lado e outros que demandam hierarquias de ações e bandeiras concretas, como a lista de pontos elaboradas por alguns intelectuais ao final da V edição, em janeiro de 2005 em Porto Alegre. Não irei aqui reproduzir este debate porque ele é justamente decorrência do que gostaria de apontar aqui.

globalização, dos quatro eixos temáticos da primeira edição o FSM chegou a VI edição com 18 eixos⁴¹. Contudo, a contrapartida desta fragmentação não significa uma totalidade.

Do ponto de vista teórico do argumento apresentado aqui, este percurso demonstra muito mais a fragmentação e a incapacidade de *sistematizar as relações de causa e consequência* do que a promoção da ‘diversidade’.

Na prática, ao longo das cinco edições do FSM já realizadas (2001-2005)⁴² contemporizaram-se no interior da esquerda internacional pós-muro os distintos graus de radicalidade e o reformismo, em função da constituição de uma unidade coerente de discurso, no esforço de superar a pretensão à verdade única sobre um modelo alternativo à sociedade dominante, abarcando desta forma as demandas de movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs) e a sociedade civil organizada, do campo e da cidade, de distintas classes sociais, com o recorte de gênero e raça, orientação sexual, religiosa, etc.

Em comum, na recomposição da esquerda no processo do FSM, a oposição ao universo semântico e simbólico identificado com o ‘neoliberalismo’. No FSM todos são, no mínimo, ‘contra a globalização neoliberal’ e defendem ‘um outro mundo possível’.

Um ponto central apontado por Lander (2005 ?) em relação à ‘(frágil) arquitetura do FSM’, da perspectiva latinoamericana e portanto da esquerda internacional do século XXI, reside exatamente em ‘como preservar a ação conjunta entre aqueles que definem sua luta como uma luta contra o neoliberalismo, o imperialismo e a guerra, e aqueles que reivindicam uma definição diretamente anti-capitalista ou incluso, socialista’?

No plano teórico, mas sobretudo no prático, este dilema de ação conjunta se depreende, supõe-se, da possibilidade de separar a oposição “ao neoliberalismo, ao imperialismo e à guerra” da oposição “ao modus operandi” do capitalismo. Em que forma esta distinção seja exequível no plano epistemológico (já que esta pseudo distinção não é problematizada nos debates do FSM) pode ser atribuída ao próprio paradoxo neoliberal de representar, na capacidade discursiva, o momento histórico de desqualificação de categorias e vocábulos tradicionais da esquerda relacionados ao marxismo.

⁴¹ Cf. website do FSM tem o histórico da programação e dos eixos temáticos. <http://www.forumsocialmundial.org.br>

⁴² Na verdade já são VII. Esta dissertação foi defendida em dezembro de 2005. Em janeiro realizou-se a VI edição policêntrica (em 3 lugares ao mesmo tempo) na América Latina foi simultâneo ao II Foro Social das Américas, m Caracas na Venezuela. Em janeiro de 2007, realizou-se pela primeira vez na África, em Nairobi, no Quênia.

O neoliberalismo pode ser compreendido em toda a abrangência política, social e econômica da forma e da fase do capitalismo contemporâneo, mas também o momento histórico ao qual a teoria e a prática política identificada com, ou de filiação ‘marxista’, não foi capaz de apreender e ou dar respostas; neste sentido, o neoliberalismo traduz-se também como o fenômeno mundial de inércia epistemológica diante do acirramento da ordem capitalista no mundo e na esterilidade teórica e política da esquerda. Qualificado nesses termos fica mais compreensível que a esquerda se organize ‘contra o neoliberalismo’. Propositivamente, porém, em que termos será construído ‘*o outro mundo possível*’, resta a saber.

Em termos de lógica, é possível que elementos contrários coexistam no mesmo mundo. *Mas o capitalismo não opõe contrários, ele opera, ensinou Marx, através de contradições, onde a existência de um termo inviabiliza a de outro, não admitindo a coexistência de projetos ou de ‘mundos possíveis’, ou ainda de ‘um mundo onde caibam muitos mundos’.* Mas ao mesmo tempo, compreender - para superar - o capitalismo, só seria possível através de experimentar a contradição até o limite, desafio que Marx propõe com o método dialético para pensar o mundo.

Como indiquei aqui na introdução, é uma disputa de mundos que está em jogo, na qual as sementes transgênicas, enquanto ferramentas tecnológicas de um projeto político, têm um papel central. Um exemplo concreto é a impossível conciliação *na realidade* entre o modelo de monocultivos industriais de exportação, e nele os transgênicos, com outros modelos de agricultura; ponto que será explorado mais adiante.⁴³ Enquanto isso, no plano do discurso, ocorre um fenômeno interessante: é exatamente buscando um *nicho de racionalidade em relação ao mercado* que as agriculturas ‘alternativas’ (a que ?) se identificam, distinguem, adquirem valor e preço e, acima de tudo, sentido no mundo, nesse mundo de hoje. Antes do surgimento histórico da agricultura industrial, toda a agricultura praticada pela humanidade era por essência ‘orgânica’ no sentido *latu* como a entendemos hoje.

⁴³ Um exemplo prático e no tema que toca este trabalho é a insistência, no discurso oficial do governo brasileiro, da possível coexistência do agronegócio (e dos transgênicos) com outros modelos de agricultura (como por exemplo a agroecologia). Citando o exemplo do agronegócio sojero, as análises críticas sobre os impactos são unânimes em indicar, além da voraz devastação ambiental, pela dinâmica de territorialização (tema do capítulo II) a inviabilização de outras atividades econômicas (pequena agricultura, criação de animais em pastoreio, extrativismo). Schlesinger, 2006, além dos efeitos das fumigações nas periferias das cidades médias e pequenas, em geral habitada por indivíduos já expulsos do campo por esta mesma dinâmica, e que já foi comparada a uma ‘estratégia de guerra de baixa intensidade’.

Ou seja, é a imposição de uma outra cosmovisão que obriga a esta distinção na linguagem. Se a linguagem reflete esta cisão, também pode indicar o percurso de volta, ao recuperar os termos que nos permitem referir aos conteúdos do mundo sob as contradições do capitalismo.

Retomando o mote do movimento antiglobalização, '*o mundo não é uma mercadoria*', esta fase do capitalismo precisa ser pensada a partir da mercadoria-mundo da globalização e exige uma resposta planetária: a crise ecológica expressa de forma cabal e inequívoca no aquecimento global e suas conseqüências *sistêmicas* (substanciadas na mudança *do clima*) não deixa dúvida de que no século XXI um projeto de transformação radical da sociedade será ecológico ou não será... como também não será a continuidade de qualquer vida na Terra.

Hoje, a percepção e os efeitos da crise ecológica crescente e generalizada sobredetermina qualquer discurso político, e na mesma medida, a politização de qualquer discurso depende de como está incorporada aí a dimensão ambiental. As conseqüências da consideração ecológica referida em termos de 'impactos ambientais' reafirmam o descentramento do eixo de fato do âmbito verdadeiramente político: *considerando os efeitos e não as causas*. Esta perda de eixo político, *mas que é também semântico*, aparece nas concepções distintas de *segurança* e *soberania* alimentar, que alinham os discursos dos Estados (*segurança*) e àquele reivindicado pelos movimentos camponeses (*soberania*) que serão tratados adiante⁴⁴. Pensada nestes termos, a questão agrária hoje reflete em essência a questão nacional, uma vez que *soberania alimentar* e *soberania política* se interdefinem, como será caracterizado aqui, no próximo capítulo. Como então pensar a configuração do Poder considerando a dimensão territorial, o controle dos 'recursos' naturais, e o 'ambiental' como novo eixo do político, especialmente na América Latina ?

Em relação às propostas do FSM, a soma das partes não é igual ao todo. Este postulado da teoria dos sistemas aplica-se também à busca de um novo paradigma teórico para pensar a realidade do mundo hoje, como condição de produzir respostas que alcancem a totalidade do sistema e não apenas as suas partes. Se entendemos, como coloca Marx ainda no século XIX, que o capital é uma relação social global, é através da identificação de seus *mecanismos sistêmicos e globais de funcionamento* que reside sua possibilidade de superação - do que dependerá da instauração de um sistema social global oposto. E por onde começar ?

⁴⁴ A análise dessa distinção abre a seção 3 do capítulo II deste trabalho.

A perspectiva que eu gostaria de provocar aqui é que frente à ameaça sobredeterminante do aquecimento global e dos impactos planetários da mudança do clima, não há sentido buscar outra “super estrutura” que não essa; por isso, para recuperar a dimensão ambiental e a consciência ecológica urgente e necessária para a continuidade de qualquer vida no planeta é preciso inaugurar um *hipermaterialismo histórico*, para o qual, as sementes (e as transgênicas em especial) são, por excelência, o primeiro passo.

6. *Marxismo e Socialismo no Século XXI: Ecologia e Política*

“Ser marxista seria acima de tudo um modo de situar-se diante da realidade, um momento de ruptura com a convenção intelectual ou com a inércia política”.

(Aricó, Marx y América Latina, 1983)

A formação de um discurso político de superação do capitalismo, e de construção de bases ao menos teóricas para um projeto socialista no século XXI, prescinde da compreensão organizada das contradições do capitalismo e de categorias adequadas para expressá-las. Mas como viabilizar esta tarefa urgente frente à falência teórica e política do marxismo, o referente histórico de toda a esquerda internacional ?

O que isso têm a ver com o foi feito de Marx pelo marxismo, e onde estariam os herdeiros legítimos da atitude de pensamento transformador de Marx é a pergunta que está na origem desta leitura, proposta aqui no recorte concreto da Questão Agrária, seguindo o rumo apontado por elaborações de escopo muito mais abrangentes, de buscar ler ‘*Marx sem ismos*’ (Buey 2004) e relacionar problemáticas atuais ‘embebidas pelo espectro de Marx e suas apropriações contemporâneas’ (Zizeck 1996,1998).

No plano teórico os maiores esforços de ultrapassar os dogmas da *tradição marxista* procuram relacionar Marx com as problemáticas centrais do capitalismo atual: a crise ambiental e a informalidade do trabalho. O macrocontexto é a dinâmica entrópica geral do sistema: a expropriação crescente gera o desaparecimento do trabalho e forja contradições como o movimento de aposentados, de piqueteiros, e também catalisa os indígenas, sem terra, sem teto, etc.

No contexto nacional, marxistas tradicionais justificam a esterilidade do pensamento crítico e de formulações teóricas à altura do acirramento das contradições sociais com a

necessidade urgente de ‘uma *nova Economia Política do capital* sobre o desenvolvimento das forças produtivas’, como sugere Chico de Oliveira (2004), enquanto outros radicalizam esta tarefa, ‘retomando o elo entre capitalismo e crise ambiental para a defesa de um eco-socialismo’, como Michel Löwy (2005). A associação entre ecologia e socialismo representaria hoje o maior desafio para testar a atualidade e pertinência das categorias de Marx (depurado do marxismo) e da força do método dialético para compreender, *com vistas a superar*, o capitalismo.

Na caracterização da esquerda mundial atual este ponto é relevante porque se hoje ‘a ausência de teorias satisfatórias conduz à impasses políticos diante do capitalismo’(de Oliveira 2004), a formação histórica da esquerda fundada no *marxismo*, mostrou-se dependente, senão constituída por impasses teóricos. O exemplo clássico e de maiores conseqüências para o rumo da história mundial no século XX e que é *par excellence* o impasse teórico e político fundamental – introduzido como estrutura geral deste argumento – ficou conhecido como a *Questão Agrária*. Em tanto que configurou-se e persiste como nó ideológico à esquerda, no sentido epistemológico que será explorado ao longo deste trabalho, a questão agrária pode ser tomada como constitutiva do marxismo em si.

Em paralelo à esterilidade das tradições políticas de filiação marxista frente ao avanço do capitalismo durante o século XX, cresceu e tomou corpo o movimento ambientalista, diretamente ligado à percepção das conseqüências ecológicas da universalização da produção e do padrão de consumo capitalistas⁴⁵.

Na tradição acadêmica, um campo que vem tomando corpo é aquele do marxismo ecológico. Neste espaço, o “ambiental” como tema de convergência indica que teoricamente, na opacidade da tradição política marxista para incorporar a dimensão ambiental, as análises mais abrangentes sobre o capitalismo hoje e que reivindicam a ‘herança marxista’ (Alimonda 2001, 2004) vêm incorporando a ótica da história ambiental assim como a perspectiva da *Ecologia Política*, e desta como ‘espaço de confluência de interrogações que surgem de outros campos de conhecimento e que, enquanto perspectiva e ponto de vista, transcende as distinções formais entre as disciplinas’.

⁴⁵ Desde o início a crítica ecológica apontava *os efeitos* destrutivos e insustentáveis da racionalidade capitalista, mas no geral partindo de uma percepção fragmentada e politicamente desarticulada sobre os mecanismos da acumulação. Na esterilidade teórica da esquerda para incorporar a dimensão ecológica, o acúmulo do movimento ambientalista, entretanto, foi responsável pelas as tentativas mais abrangentes de articular a crítica ao capital a sua dimensão irracional, politizando crescentemente os embates sobre seus efeitos ambientais.

As problematizações e discussões levantadas nestes campos por autores como Altvater (1996) Leff (1996, 1998) e Lipietz (2000), reivindicam a herança marxista, como o instrumental teórico hoje capaz de incorporar – frente à crise ecológica real - aquilo que seria a *racionalidade ambiental*, que estaria ausente da crítica realizada por Marx. No sentido em que a racionalidade ambiental pressupõe uma consciência ecológica, segundo Leff (2001), a *Ecologia Política* supõe uma nova epistemologia política.

Se a crise ambiental e a dimensão ecológica impõem uma ‘revisão crítica entre a crise política e teórica do marxismo face ao capitalismo de hoje’ (Löwy 2005), da mesma forma os efeitos da *colonialidade* do saber sobre as ciências sociais e o pensamento crítico latinoamericano incluem a perspectiva crítica *inclusive sobre o histórico da recepção das idéias de Marx*, como via de depurar-se do marxismo, mas também, ‘da especificidade e das limitações da visão de Marx em relação à América Latina’, como a visão de Bolívar por Marx, na dimensão de leitura aberta por Aricó (1983). Estes dilemas teóricos talvez estejam impedindo a esquerda de auscultar onde estariam as ‘vias abertas’⁴⁶ que os sujeitos do campo com coerência e a consistência apontam em suas lutas cotidianas.

Pensando a partir das contradições, aquela que se apresenta, em pleno século XXI, de forma mais pungente é pois o protagonismo da Via Campesina, ressaltando que vivissecar a natureza deste movimento propriamente dito não é o objeto deste estudo. A mera existência de uma força política que se auto identifica e se apresenta como tal, um movimento camponês internacional hoje, materializa questões teóricas e atualiza problemas históricos à tradição crítica marxista, como já foi dito, imbricados na *Questão Agrária*.

No plano prático da resistência e das lutas, os movimentos sociais contemporâneos convergem sobre um denominador comum: hoje, a questão agrária é indissociável da questão ambiental e da crise ecológica, que é a crise de reprodução do próprio capitalismo, e não apenas a subordinação da agricultura à indústria.

Mas a complexidade e a gravidade do momento histórico enfrentam a esterilidade teórica e prática da esquerda em compreender *a crise ambiental decorrente dos padrões de produção e de consumo do capitalismo* que se apresenta como horizonte concreto indiscutível de ameaça às condições básicas de vida de todos os seres no planeta. Contudo isso requer uma nova epistemologia política do ‘modelo econômico’, como aponta Leff (2001), uma vez que a

⁴⁶ Respondendo à pergunta título do artigo de Chico de Oliveira (2004), se *Hay ‘vias abertas’ para a América Latina hoy?*

dimensão ambiental, a natureza transformada através do trabalho humano, está imbricada na materialidade cotidiana da vida, no acesso universal às mercadorias e 'serviços' da ideologia do progresso, do crescimento, do desenvolvimento, do conforto e enfim, da felicidade capitalista.

A tomada de consciência sobre a realidade desta crise (a partir de episódios trágicos cada vez mais freqüentes) incorporada ao plano de transformação política aponta que o sentido atual da revolução e da superação do capitalismo - e da construção do socialismo - seja entendido como indissociável da transformação urgente e radical da relação entre humanidade e natureza, tanto quanto das relações entre homens e mulheres entre si.

Este sentido atual da revolução, contudo, *impõe-se em escala planetária*, especialmente diante dos efeitos sistêmicos da crise ambiental na mudança climática do globo. Ou seja: mesmo que um país decida fazer uma revolução social e experimentar um modelo não-capitalista de organização do trabalho e da produção, respeitoso e harmônico com o ecossistema de seu território, *ainda assim estaria igualmente vulnerável aos efeitos da mudança do clima, do aquecimento global, da contaminação genética, da poluição e da rarefação das reservas subterrâneas de água.*

Este é o ponto irreduzível da incorporação da dimensão ecológica a um projeto político transformador: os ecossistemas ultrapassam fronteiras de estados nacionais, povos e territórios. *A natureza impõe a unidade de percepção e de resposta.* Este impasse inicial é o ponto de partida deste trabalho.

II O SISTEMA AGROALIMENTAR MUNDIAL E AS QUESTÕES AGRÁRIAS NACIONAIS

A agricultura foi apontada como o *calcanhar de Aquiles da globalização* em função dos impasses que as negociações agrícolas enfrentam no contexto da OMC e no que isso representa para a efetivação da ordem comercial e institucional global que ela assegura (Berthelot 2001). Estes impasses seriam reveladores de disputas entre a Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia e a lei agrícola dos Estados Unidos; na justificação de subsídios para proteger as importações; na prática de *dumping*; e, dessa forma, **na manutenção artificial dos preços das *commodities* agrícolas** e das distorções resultantes no contexto de países do norte e do sul, submetidos a um *sistema agroalimentar mundial* controlado por algumas poucas empresas transnacionais.

Partindo do fato que as políticas agrícolas são negociadas internacionalmente através da representação dos Estados Nacionais, a análise da dinâmica apreendida na lógica de controle da produção de alimentos hoje no mundo seria esclarecedora sobre *a natureza essencialmente política dos impasses de manutenção do sistema agroalimentar internacional*.

No âmago da compreensão *teórica* das disputas que caracterizam o sistema agroalimentar mundial, na medida em que pode ser apontado como o ponto vulnerável da globalização (e da conclusão da Rodada de Doha de negociações, *da qual depende o futuro da OMC*), estaria ‘a percepção do desenho internacional de *arranjo de poder* nas relações entre produtores-proprietários de terra, as grandes empresas transnacionais da cadeia agroindustrial e, na manutenção de subsídios, o papel dos Estados nacionais na intermediação deste processo’ (Friedmann 2003).

No macro-contexto econômico de endividamento externo dos países do Sul que condiciona o espaço de políticas econômicas nacionais, a agricultura e nela a questão agrária, traduzem, sobretudo, a questão nacional. Por isso, *o conceito de soberania política precisaria ser redefinido em termos de soberania alimentar*, uma vez que a soberania de fato dos Estados estaria hoje condicionada à sobre-determinação fiscal, e ao modelo agrícola originado nas políticas internacionais e nos mecanismos que controlam os preços globais dos alimentos.

Em outras palavras, ‘os países que não possuem soberania fiscal, no contexto macro-político condicionado à lógica da dívida externa, não teriam também soberania alimentar, pois uma condicionaria a outra’ (Chonchol *in* Houtart, 2002 : 45-57).

Relacionada às transformações sociais causadas à partir do modelo de agricultura (Revolução Verde e revolução agrícola contemporânea da biotecnologia) e caracterizada como fator social catalizador e de impactos sistêmicos, a questão agrária hoje seria fruto da integração dos mercados, da política de preços mundiais e da ação dos Estados Nacionais, subordinados à *lógica do endividamento*, que justifica políticas de agroexportação a qualquer custo (social e ambiental). Este marco básico de justificação das políticas de estado à expansão dos monocultivos industriais de exportação – a dívida – é circular; dentro destas premissas não há saída, senão aprofundar o modelo agroexportador e suas conseqüências sociais e ambientais .

1. Questão Agrária e Globalização

A *Questão Agrária* aparece sob a ótica de vários autores ‘ao centro das aberrações e contradições da globalização’⁴⁷.

As contradições são resumidas no seguinte: as políticas de livre comércio impostas sobre condições de extrema desigualdade entre as economias, resultariam em superprodução de um lado e desnutrição do outro, *crise alimentar no norte* (obesidade epidêmica, questões sanitárias decorrentes da criação industrial de animais: mal da vaca louca, gripe aviária, *Ecoli*, etc) e *fome recorrente no sul*⁴⁸. A consolidação do modelo agrícola-tecnológico altamente intensificado estaria beneficiando a concentração e os lucros sem precedentes das empresas transnacionais indústria agroalimentar, generalizando a baixa dos preços agrícolas reais e provocando impasses sociais e efeitos no meio-ambiente, na origem do êxodo rural massivo e da *pauperização camponesa*.

Já a problemática do *acesso à terra* remete, no contexto da globalização, à concepção de reforma agrária em curso, em adequação ao esquema geral neoliberal, destacando os impactos dos projetos de reforma agrária de mercado, patrocinados pelo Banco Mundial no contexto dos ajustes estruturais do e ao funcionamento do Estado.

⁴⁷ Cf. coletânea organizada por Houtart (2002).

⁴⁸ Sobre as contradições norte sul, ver também os argumento de Patel, Raj (no prelo) *Stuffed and Starved : Behind the scenes of world's food systems*. Canada: HarperCollins

Face à globalização ainda, ‘a articulação no plano internacional de numerosos movimentos camponeses locais - *La Via Campesina* - recoloca a questão das alternativas no centro dos debates, *na necessidade de reorganizar as trocas agrícolas internacionais*, idéia central expressa no princípio de Soberania Alimentar (cf. seção 4), ‘que permitiria aos camponeses viverem dignamente de seu trabalho, frear o êxodo rural, reduzir o desemprego e aumentar os baixos salários’; neste sentido, ‘tanto a revolução agrícola contemporânea como antes a Revolução Verde causaram o aprofundamento das diferenças entre as agriculturas do norte e do sul’. As razões da ‘pauperização camponesa’ são associadas às desigualdades do acesso e uso de aparatos tecnológicos, decorrentes das revoluções agrícolas no século XX, entre elas os efeitos da Revolução Verde na generalização da baixa de preços agrícolas reais (*em dólares constantes*), resultando ‘na crise massiva das agriculturas camponesas que teria obstaculizado o desenvolvimento, ocasionado a descapitalização, a subalimentação, a crise ecológica e sanitária, o endividamento, o êxodo rural e a fome’ em escala global (Houtart, op. cit.: 8-25).

Todas estas *conseqüências econômicas globais do empobrecimento do campesinato* alimentariam a espiral crescente de miséria urbana e gerariam “o sub-consumo gigante que constitui o maior fator limitante da economia global e como tal à expansão da própria globalização” (Mazoyer in Houtart, op cit: 26).

Sem proletários assalariados, sem poder de compra, não pode haver consumo de mercadorias. Esta contradição é elementar à natureza do capitalismo já identificada por Marx, pois a lógica do sistema é entrópica e como tal corrói as bases de sua própria reprodução social, excluindo suas *condições de produção* (o trabalho e os trabalhadores). Concomitantemente, e esta seria a segunda contradição intrínseca e simultânea ao sistema, o capitalismo também aniquila a base de *produção de condições*, destruindo as fontes renováveis e não renováveis da natureza, como formulou O’Connor (2001), pontuando a perspectiva fundacional dos argumentos que se identificam sob a rubrica do *marxismo ecológico*.

Dita em relação à globalização, pois, a *questão agrária* hoje articula-se para muito além do campo e dos camponeses, relacionando seus impactos ao longo das cadeias produtivas integradas do sistema agroalimentar, e daí para o conjunto do sistema social de produção e consumo. Por isso a *questão agrária* está na origem da relação de causalidade das principais *questões urbanas* (desemprego, violência, moradia, saneamento, transporte, saúde, educação e os demais problemas dos bolsões de miséria das megalópoles do terceiro mundo)

e da *questão ambiental* (impactos da agricultura industrial no desmatamento progressivo, aquecimento global, perda da biodiversidade, deterioração do solo, contaminação lençóis freáticos por resíduos agrotóxicos, etc).

A percepção da causalidade social e econômica da agricultura, ou desde a agricultura, seria ‘*o círculo vicioso se fechando em si mesmo*’, que já havia sido mencionado aqui com relação à presença ‘catalítica’ do agricultor francês e dirigente da Via Campesina José Bové nos protestos contra a OMC em Seattle, que marcam a primeira aparição concreta do movimento antiglobalização. O que esta circularidade tem a ver com o capitalismo no século XXI e com a reorganização da esquerda é o que vem conduzindo a linha geral deste argumento.

A questão agrária ‘globalizada’ contemporânea, assim como em sua formulação original na tradição marxista⁴⁹, revela-se de natureza híbrida: política, mas também teórica. O conceito (pseudo) teórico central às análises dos efeitos sociais da questão agrária é o fenômeno da *pauperização dos camponeses* e, insistindo no eixo de identificar as dinâmicas estruturais de funcionamento do capitalismo, *é no sistema agroalimentar mundial onde a “questão” agrária hoje deve ser formulada*. E se é assim, recuperar o histórico de formação deste sistema tem um papel central⁵⁰. Mas para os limites deste trabalho vou destacar aqui um episódio central no século XX, a universalização do modelo agroquímico-industrial de agricultura com a Revolução Verde.

1.1 Antecedentes: a Revolução Verde na origem do discurso à sustentabilidade e à mercantilização da natureza

Ainda na fase dos ajustes estruturais dos anos 80 que, criaram as condições na estrutura dos Estados para a *globalização* (no sentido das *especificidades operacionais para garantir a acumulação no marco da propriedade intelectual* tratadas aqui no capítulo I), o objetivo de acabar com a ‘fome’ e a ‘pobreza’ através do ‘desenvolvimento sustentável’ (do capitalismo) tinha como principal objetivo declarado, melhorar as condições de vida dos ‘pobres do campo’.

⁴⁹ Cf. Introdução

⁵⁰ Contudo, as principais transnacionais que controlam o sistema agroalimentar foram criadas ainda no século XIX e recontar esta trajetória extrapola em muito o esboço inicial de uma problemática que é este. Por exemplo a Bunge, a mais antiga, surgiu em 1818 na Holanda.

O combate à ‘pobreza rural’ é central à constituição do discurso oficial sobre a ‘sustentabilidade’ (do capitalismo), bem como, na mesma medida a ‘pobreza’ é a razão atribuída à degradação ambiental e à destruição dos ‘nossos recursos comuns’ cuja tese foi sintetizada no Relatório Bruntland (1987). “*Nossos*” quem, cara pálida⁵¹?

O consenso sobre a necessidade de um regime global para garantir e regular o acesso aos “recursos comuns” para a reprodução sustentável do capitalismo é consequência do diagnóstico da degradação ambiental, do êxodo rural massivo e da pobreza (e com isso do sub-consumo), *cujo antecedente direto pode ser apontado* justamente na industrialização massiva da agricultura no terceiro mundo, e *dos impactos no desmatamento e destruição de ecossistemas, através da Revolução Verde* e do pacote tecnológico sustentado no uso intensivo de agroquímicos (insumos fertilizantes, herbicidas, fungicidas, inseticidas e toda sorte de agro-tóxicos)⁵².

Do ponto de vista da justificação ideológica, o conteúdo essencialmente político da tecnologia transgênica aplicada à agricultura e aos camponeses tem seu antecedente histórico direto na Revolução Verde. Agora como antes o respaldo da ‘ciência’ para acabar com a ‘fome’ e a “pobreza” eram objetivos indiscutíveis e inatacáveis, como se fossem um supra-programa, mais além das diferenças programáticas dos partidos e governos.

Hoje, além disso, *e sobre isso*, impõe-se a preservação do meio ambiente e da *sustentabilidade*, em tempos de crise ecológica generalizada. Uma linha importante de defesa dos transgênicos é, nessa linha, o recurso ao plantio direto, que agrediria menos o solo, evitando o assoreamento, erosão, compactação, etc. O glifosato, argumentam seus defensores (lembrando que a maioria dos transgênicos é modificada para resistir a sua ação herbicida), seria praticamente ‘biodegradável’ se comparado aos agrotóxicos pesados utilizados durante a Revolução Verde como, entre tantos, o 2,4-D (ou Agente Laranja), desfolhante e secante utilizado como arma química durante a guerra do Vietnã, e na época produzido pela Monsanto que era fornecedora do exército dos EUA (Warwick 1998).

⁵¹ Essa visão ideológica é exemplarmente contraposta por Martinez Allier (2005) nos termos do que ele denomina ecologismo dos pobres, no marco de análise economia ecológica: ‘o preço zero para a extração de recursos naturais ou para despejar o lixo pode significar uma relação histórica de poder e não uma não-escassez’.

⁵² Lembrando, que sob a ‘agricultura’ está a produção de alimentos mas também de fibras (têxteis, celulose, madeira para construção e energia, etc) e que são, ambas, a base material de grande parte da indústria. Por isso os impactos da Revolução Verde precisam ser conectados à base material ampliada de consumo urbano, e com a era dos plásticos (e das dioxinas) na vida cotidiana, nos utensílios domésticos, nas embalagens, etc, cuja indústria cresce junto à produção de petroquímicos que são a base do modelo.

Como propus aqui de início, é preciso identificar e relacionar as premissas e a natureza circular das justificativas com as quais se reproduz a racionalidade capitalista em sua lógica corrosiva. Para isso, é fundamental relacionar quão estreitamente dependente é o surgimento do discurso à sustentabilidade (e todo o arcabouço conceitual e jurídico que daí decorre de privatização e mercantilização da natureza) como resultado direto das conseqüências da Revolução Verde sobre os ecossistemas e as populações dos países do sul. Por partes, começo com um resumo de uma leitura crítica da Revolução Verde⁵³.

A Revolução Verde pode ser lida como exemplo fundamental, quanto ao alcance social e ambiental global, da fusão de ideologia, tecnologia e poder no contexto da estratégia de expansão e consolidação da hegemonia política e econômica norte-americana no pós-guerra. Uma análise precursora *na aplicação do instrumental de análise marxista* sobre questões que hoje são formuladas no campo da ecologia política foi publicada por Harry Cleaver (1972), no artigo intitulado '*As contradições da revolução verde*' e foi uma proposta pioneira na linhagem de leitura autônoma, que, partindo de Marx, estabelece uma relação entre insurgência camponesa no terceiro mundo, agricultura, temas ambientais e mecanismos de hegemonia do capitalismo. Retomo a seguir em resumo a análise das contradições.

A argumentação e os fatos elencados no artigo de Cleaver mostram como a revolução 'verde' foi um projeto político e ideológico norte-americano para os países do sul, levado a cabo durante a guerra fria, em especial na Ásia e no México, que associava a produção agrícola ao controle populacional como arma para contrapor-se à revolução 'vermelha': para conter e debelar a 'fome', da qual se originaria a insurgência camponesa e a ameaça da expansão do comunismo no terceiro mundo. Além disso, chama a atenção (e no contexto intelectual da escola de sub-desenvolvimento que dominava o debate na década de 70) que a Revolução Verde é costurada no tecido da política externa norte americana, e é por isso parte integral do esforço no pós guerra de conter a revolta social e 'tornar o mundo seguro para o lucro'. Aí que entram as sementes híbridas que mencionei na introdução.

O início formal da execução da Revolução Verde poderia ser datado ainda em 1943 quando a Fundação Rockefeller envia um time de cientistas ao México para um projeto de melhoramento de trigo. Para o alcance deste trabalho não irei aqui reconstruir todo o

⁵³ A perspectiva crítica sobre a Revolução Verde (RV) é hoje um traço geral, mesmo entre seus defensores. Contudo, entre a bibliografia, interessa aqui destacar a aplicação do instrumental de análise marxista, por razões evidentes. Além disso, de um modo geral, as 'críticas' à RV hoje servem para justamente justificar o avanço em relação à ela que são os transgênicos e a biotecnologia (como a glorificação do plantio direto e do glifosato, que chegam às raias do absurdo de ser chamada 'agricultura de conservação ou conservacionista').

argumento, apenas balisar seus pontos principais. Este projeto para garantir as condições de hegemonia da política externa dos EUA foi arquitetado intencionalmente pelo governo e fundações filantrópicas norte americanas Rockefeller e Ford, entre outras, como é reconstruído na análise de Cleaver, e disseminado através do discurso científico e de um pacote tecnológico, fomentado como alternativa econômica e ‘produtiva’ em função da qual milhares de sistemas agrícolas tradicionais do terceiro mundo foram reformatados e *submetidos ao capital financeiro através do crédito que estava incluído no pacote para a compra de equipamentos, sementes e agrotóxicos*. Sob esta ótica, a Revolução Verde teria a função deliberada de instalar e integrar as bases produtivas materiais de um novo estágio de acumulação e exploração visando garantir a hegemonia econômica dos Estados Unidos.

Mas sob os argumentos malthusianos da época, a Revolução Verde também tinha a função de introduzir os mecanismos de controle populacional. A distribuição de contraceptivos e o financiamento de programas de saúde pública para este fim, foram largamente utilizados na Ásia e na América Latina, com capítulos obscuros que envolvem programas de esterilização massiva de mulheres camponesas. Mas esta é uma dimensão deste projeto que não será tratada aqui⁵⁴; as pílulas anticoncepcionais que provocaram a ‘revolução sexual’ das mulheres urbanas e de classe média do primeiro mundo, foram primeiro amplamente testadas em campo para controlar e submeter à capacidade reprodutiva perigosa das mulheres camponesas do terceiro mundo. A Revolução Verde, com estas tintas, se revela um projeto bem mais profundo no qual o controle da *capacidade reprodutiva* tanto da terra, com a massificação dos fertilizantes químicos, como das mulheres pobres do campo, foi tomada pelo capital e pela ciência como uma tarefa conjunta e que servia aos mesmos propósitos: controle social estrutural sobre a produção e a reprodução da vida para garantir a acumulação e o lucro e o acesso de alguns (poucos) aos “nossos” recursos finitos comuns.

Os resultados da Revolução Verde são bem conhecidos: a destruição de sistemas tradicionais fortaleceu o êxodo rural, a contaminação ambiental, a degradação de áreas, desmatamento, etc; o uso massivo de agrotóxicos com a vinculação ao crédito para a aquisição da tecnologia vendida como sinônimo de modernização e desenvolvimento, os híbridos, acabou acelerando a concentração de terras e o avanço do capital financeiro sobre o campo e a agricultura; e esta dinâmica acarretou na criação ou no incremento da dívida externa de países da periferia do capitalismo. Este ponto é particularmente relevante porque é

⁵⁴ Nesta linha, para uma reflexão mais integral da racionalidade patriarcal e capitalista intrínseca ao discurso científico do ocidente ver Mies & Shiva (1998) *Ecofemenismo*.

exatamente a lógica do pagamento da dívida hoje que justifica o apoio do Estado à expansão do agronegócio, sua justificação social, e com ele os transgênicos. O círculo novamente.

A promessa de desenvolvimento rural embutida na venda casada do pacote tecnológico dos híbridos, que revelou-se de alto risco econômico e ambiental, não acabou com a “fome” e empenhou as condições estruturais do que hoje se entende por segurança, ou ainda, soberania alimentar dos países. Neste processo, contou com a participação ativa dos Estados nacionais que atuaram no condicionamento dos mecanismos de crédito (público) e na subjugação da pesquisa científica nacional às soluções tecnológicas importadas. Outra consequência importante foi *a dissociação dos sistemas produtivos e dos ecossistemas locais da cultura alimentar tradicional com a imposição das variedades industriais de exportação*.

Ainda, seguindo a análise proposta por Cleaver, outros fatores na compreensão da Revolução Verde para a expansão e aprofundamento do capitalismo enquanto sistema global seriam: a relação à indústria bélica mundial, na dependência de insumos químicos e do maquinário (tanques) excedentes da I e II guerras mundiais; a política externa de consolidação do imperialismo dos Estados Unidos no pós guerra no Plano Marshall de reconstrução da Europa (fundado na ajuda alimentar e na exportação dos excedentes agrícolas americanos subsidiados); a formação de um sistema de preços e de um mercado mundial de alimentos ancorado na convertibilidade do dólar ao padrão ouro no marco das instituições de *Bretton Woods*, incluídas aí a Organização Mundial para a Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI); a criação da ideologia *desenvolvimentista* e de ajuda filantrópica de *think tanks* norte americanos, como por exemplo o apoio financeiro e intelectual para pesquisa científica concedido pelas fundações Ford e Rockefeller em programas de desenvolvimento agrícola e controle populacional – sob o manto da ‘saúde pública’- aos centros de pesquisa locais e universidades públicas na Ásia e no México nos anos da Revolução Verde. Outro ponto interessante é que estas mesmas fundações, a fim de comprovar ‘cientificamente’ os resultados sociais obtidos com este programa e assim justificar o projeto político foi o apoio a criação de centros universitários de ‘ciências sociais’ e institutos de pesquisa e estatística, para produzir dados rigorosos e incorporar ao discurso oficial, *critérios ‘científicos’, isto é, estatísticos e quantificáveis, de legitimação do modelo econômico e do controle social*⁵⁵.

⁵⁵ Em um outro patamar de elaboração deste processo, a quantificação e a possibilidade de exprimir numericamente o mundo, os fatos da vida social e as contradições da realidade é por essência a marca da mentalidade burguesa e calculadora. Este ponto será retomado no capítulo III.

No contexto esboçado acima se produzia tanto a degradação social e ambiental (além do elemento importante do incremento das dívidas externas) que iria respaldar mais adiante o discurso da “sustentabilidade”, como, concomitantemente, a consolidação das bases para o novo paradigma da acumulação a propriedade intelectual e a biotecnologia (e do biopoder):

Desde a década de 60 os programas de agricultura dos países do norte realizaram coleções sistemáticas de sementes de soja, milho, arroz, trigo, batatas, mandioca, entre outros. A ênfase na importância da Revolução Verde para enfrentar a fome e o crescimento populacional contribuiu para um esforço internacional na criação de grandes centros de pesquisa localizados nos países do sul onde a ciência ocidental ‘revolucionou’ as sementes, estimulando transformações de práticas históricas de produção e reprodução camponesas *e inspirando uma rede institucional para a extração de germoplasma*.

Quase todas as companhias de sementes dos Estados Unidos, como o caso da Monsanto, formam parte da elite industrial do mundo, junto às grandes empresas petrolíferas transnacionais e firmas farmacêuticas com interesse em agricultura (afinal sementes e medicamentos são as chamadas indústrias da Vida) e têm compromissos para a comercialização da biotecnologia em vários setores. Estas empresas hoje são o produto da associação entre a academia e o capital e se dedicam a mercantilizar os resultados das investigações, assim como também incidir sobre – e fomentar através de instituições financeiras internacionais- as políticas de ciência e tecnologia orientadas a agricultura e ao desenvolvimento na área de fármacos (Clacso 2005).

A partir dos anos 80 o acesso ao uso e ao controle dos recursos genéticos adquiriu importância fundamental. Surgiram novas leis e regulações para orientar a comercialização e a produção das sementes geneticamente ‘melhoradas’, como por exemplo, a Convenção de Biodiversidade (1992), a Conferência Mundial sobre Alimentação realizada em Roma em 1996 e os tratados de livre comércio no rumo da OMC que pretendem consolidar a apropriação das sementes e do conhecimento ancestral das comunidades indígenas e camponesas locais, assim como também garantir a propriedade intelectual da informação genética e os lucros das grandes empresas (Clacso 2005).

O outro lado dos dilemas pontuados desde a percepção da *The Tragedy of the Commons*, do surgimento do Clube de Roma, do informe *Limits to Growth*, da Conferência de Estocolmo, etc, até o relatório sobre ‘*Nosso Futuro Comum*’, que vai desembocar na Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro,

em 1992 – a Rio 92 - *é a destruição ambiental causada pelo modelo industrial, mas sobretudo de sua base material no campo, a produção em escala industrial de produtos agrícolas* (alimentos, fibras, madeira) para serem transformados nas mercadorias consumidas.

Neste sentido, o movimento ambientalista e a contestação ecológica global que têm início nos anos 60 do século XX é uma percepção inicialmente desarticulada e despolitizada dos efeitos da acumulação capitalista e do modo de produção industrial, racionalizado através da autoridade do discurso científico, como no caso do modelo agroquímico. Neste período o bloco socialista competia em destruição ambiental e industrialização com o capitalismo, assim como também competia na corrida armamentista e nuclear.

Hoje, o discurso ideológico da ‘sustentabilidade’ do capitalismo, como se a lógica de reprodução do sistema, que Marx já apontara como corrosiva de suas próprias bases, traduz o marco geral desta etapa específica da acumulação: a privatização e mercantilização da natureza.

Como apontei antes, o discurso sobre a sustentabilidade foi constituído principalmente em função de melhorar as condições de vida e a ‘fome’ dos ‘pobres do campo’. É preciso esclarecer primeiro como se articulam estes termos da equação para o ‘desenvolvimento sustentável’ (do capitalismo).

1.2 Pressupostos (ideológicos) do discurso à ‘pobreza rural’

A ‘pobreza’ é hoje o elemento central do discurso social da maioria dos programas políticos partidários pós-ideológicos. Ou seja, na ausência de uma aparente referência ideológica para orientar os programas políticos, o ‘combate à fome’ e o ‘alívio’ ou a ‘redução da pobreza’ é o denominador comum do discurso político neoliberal da globalização; os programas ‘progressistas’ mais radicais defendem a ‘erradicação da pobreza’ e a ‘justiça social’, propõem combater a ‘desigualdade’, promovendo a ‘distribuição de renda’ e o ‘crescimento econômico’. A questão que se coloca é como é compatível, ou não, com o capitalismo.

Na tradução da *doxa neoliberal*, estes termos-jargão significam políticas compensatórias e de amortecimento, que não alteram as dinâmicas de reprodução do capital nem questionam as estruturas de aprofundamento da acumulação capitalista em sua fase

‘globalizada’, como o TRIPS, por exemplo. Basta pensar, no caso do Brasil durante o primeiro governo Lula (quando o carro chefe dos programas sociais era o “Fome Zero”), na coerência e alcance das políticas públicas em relação à reforma agrária e ao fortalecimento da agricultura ‘familiar’ (que foram mínimas) frente ao que foi o apoio do Estado ao avanço do agronegócio, para o qual, a legalização da soja transgênica será tratada a seguir⁵⁶.

Na função de mito justificador de uma certa cosmovisão, um dos principais efeitos da globalização é a força com que universaliza a estratégia discursiva identificada com o neoliberalismo e seu esquema de pensamento – e de linguagem – único. A globalização e o neoliberalismo representam o universo discursivo no qual se processa a economização crescente da vida, consolidando a cosmovisão correspondente (onde à relação ao mercado *global* é o referente da linguagem e da existência de todos os sujeitos, coisas e fenômenos) e em relação à qual, toda a dinâmica social nesta etapa do capitalismo se encontra justificada⁵⁷.

A divisão do trabalho no meio acadêmico, e na produção científica em geral, descolou o pensamento e a teorização econômica de todos os processos sociais concretos e sociais de produção de valor. Neste contexto, as ciências sociais, de um modo geral, acabaram por recolher-se a um ascetismo entrópico, em nome da suposta neutralidade axiológica do conhecimento, privilegiando análises que relativizam o essencial, tachado de ideológico, e invertem categorias de causa e efeito, atribuindo ao fenômeno aquilo que é condição de possibilidade dele, como já atentava Marx. Um exemplo constrangedor é a incorporação, na produção acadêmica, de algum sentido comunicável para teorizações sobre concepções de ‘pobreza’ e estratégias para ‘combatê-la’ ou ‘aliviá-la’, entre outras, do dialeto que expressa o senso comum globalizado; ou seja, como noção com a qual se argumenta mas sobre a qual não se argumenta.

Uma vez que o fenômeno da pauperização dos camponeses é central às análises dos efeitos sociais da questão agrária, e de sua formulação hoje no sistema agroalimentar mundial, para identificar o senso comum globalizado e desinfetar seu conteúdo ideológico, em primeiro lugar é preciso desconstruir os termos da conjunção que importa aqui: ‘pobres’ do ‘campo’, que serão tratados, respectivamente, nas próximas seções.

⁵⁶ Fazendo um prognóstico paralelo ao que venha a ser o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) nos projetos de infraestrutura, aprofundando o modelo e a expansão do agronegócio.

⁵⁷ Esta referência é de Bourdieu e foi detalhada no primeiro capítulo.

1.3 Pobreza, alimentos e dinâmicas do capitalismo

A definição de *linhas de pobreza*⁵⁸ utilizada nas *políticas públicas* segue uma classificação metodológica do Banco Mundial estabelecida em 1 dólar norte-americano por dia, utilizada para comparações internacionais.

Segundo o manual operativo do Banco⁵⁹, a política operacional de número 1 (OP 1.00, 24/10/2004) define em que consiste a ‘redução de pobreza’, uma vez que a missão do Banco Mundial consiste na ‘redução sustentável da pobreza’ (*sustainable poverty reduction*)” e, a ação global do Banco, segundo o próprio, consiste em: ‘apoiar os países tomadores [de crédito] em articular sua visão e estratégia para reduzir a pobreza e atingir resultados de desenvolvimento’ e esta ‘visão’ em geral forma o fundamento da assistência do Banco aos países’.

Isso parece grave uma vez que na origem do empréstimo e do crédito obtido junto ao BM, já que não é um banco comum e sim um banco com as particularidades de garantir uma certa ordem internacional, a linha estruturante do cálculo do “desenvolvimento” é medida com a redução da pobreza, numérica e quantitativamente traduzida em última análise sobre o *preço dos alimentos*.

As linhas de pobreza podem ser relativas ou absolutas. Neste caso ‘*para medidas monetárias*, linhas de pobreza absolutas são em geral baseadas no custo das necessidades alimentares básicas (i.e. o custo de uma cesta nutricional considerada mínima) em relação ao que comumente representa o mínimo, o salário mínimo ou o benéfico social que o equivalha. Para as linhas de pobreza nacionais, os países ‘em desenvolvimento’ utilizam, geralmente, o método da pobreza alimentar, indicando a insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as *necessidades básicas mínimas de alimentação*; sob este aspecto, então, *fome e pobreza se interdefinem*.

⁵⁸ A linha de pobreza baseia-se no consumo de bens e serviços e é sugerida proporcionalmente: América Latina e Caribe uma linha de pobreza de 2 dólares norte-americanos por dia. Europa do Leste e repúblicas da antiga União Soviética, tem sido usada uma linha de pobreza de 4 dólares norte-americanos por dia; e na comparação entre países industrializados, tem sido usada uma linha de pobreza correspondente à dos Estados Unidos, que é de 14,4 dólares por pessoa por dia. Fonte UNDP, 1997. <http://www.undp.org.br/HDR/Hdr97/rdh7-1.html>

⁵⁹ <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTPA/0>

Em *Salário, Preço e Lucro* Marx explica sua teoria racional do salário, ou, como ‘o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força do trabalho’. Estes artigos de primeira necessidade se resumem para a grande maioria da população mundial aos alimentos necessários para continuar subsistindo, *as necessidades básicas mínimas de alimentação*.

De acordo com esta relação estabelecida por Marx, o salário mínimo hoje se define, para os países do sul ao menos, no poder de compra da cesta básica e os itens que compõem a cesta básica, estão cada vez mais dependentes dos alimentos *commodity*, os alimentos-mercadoria, ou seja, dos alimentos que, mesmo que produzidos localmente têm o preço fixado no mercado internacional, cotado na bolsa de grãos de Chicago, em dólares. Ou seja: a cotação em dólar define o preço dos alimentos *commodity*, ao mesmo tempo em que o poder de compra de mercadorias em função do câmbio para o dólar (sobretudo as *mercadorias comestíveis*) é o referente da ‘pobreza’. O controle de preços - *em dólares* - dos alimentos é estrutural à própria definição de pobreza, e desta forma condiciona também o salário (e a renda) em nível global. Para tomar um exemplo, no caso brasileiro, o senso comum da discussão sobre o valor do salário mínimo sempre remete sua equivalência em dólares.

Na dinâmica de funcionamento do sistema capitalista, os alimentos, ou ainda, o preço internacional dos alimentos, tem uma função central. E a agricultura, justificadamente, está ao centro dos impasses das negociações sobre a liberalização do comércio mundial sob a OMC.

Para insistir aqui na apreensão sistêmica dos fenômenos, a crescente introdução de alimentos *commodity* no conteúdo das dietas globalizadas por isso, pode ser pensada como um mecanismo de atrelamento do poder de compra dos alimentos, e do valor do salário-mínimo, ao câmbio do dólar.

A cesta básica é uma unidade de referência econômica nada desprezível em seu conteúdo ideológico se pensarmos, por exemplo, que é uma medida de equivalência a danos sociais, no caso das condenações jurídicas onde o Estado determina que uma violação ao ordenamento legal, civil ou criminal seja compensada com o pagamento de X *cestas* básicas. Até o advento do *Fome Zero*, a cesta básica é um componente central na moeda de troca eleitoral e as cestas básicas distribuídas pelo poder público são compradas, obrigatoriamente através de licitações, ou seja pelo Estado.

Portanto o conteúdo destas compras, os itens específicos que a compõe (se é farinha de soja, trigo ou milho, ou quinoa, por exemplo) têm relevância crucial, assim como quem

consegue oferecer o menor preço quando, por exemplo, uma empresa como a Cargill entra como competidora; e por esta razão nas discussões agrícolas da OMC a cláusula de acesso a mercados, os 5% no mínimo do mercado interno que os Estados membro são obrigados aceitar tem relação com a participação de empresas estrangeiras nas compras e licitações públicas para bens e serviços.

Com a inovação dos cartões magnéticos, na base da descentralização das políticas públicas de ‘transferência de renda’ que se alastram pela região latinoamericana, as compras de alimentos pela população – em geral, nos estabelecimentos credenciados para processar o cartão - os alimentos disponíveis e mais baratos são os industrializados. Por exemplo: a arquitetura destes programas torna muito mais fácil através do cartão-benefício comprar uma lata de leite em pó da Nestlé do que adquirir inhames produzidos localmente na feira livre direto do produtor⁶⁰.

Um ponto central nesta discussão é o critério que define as necessidades mínimas da alimentação, que compõe os itens *da cesta básica*.

É importante esclarecer que estou considerando a cesta básica como uma unidade econômica de equivalência, em um argumento estrutural, na qual seu conteúdo é definido de antemão pelo Estado (e que obviamente varia ao longo dos anos refletindo o padrão mais geral da alimentação no meio social) mas que não está à mercê de todas as ponderações e motivações subjetivas e do universo de conflitos do consumidor das classes médias. A composição global da ração alimentar mínima dos trabalhadores, neste sentido, é resultado concreto das cadeias de integração da agroindústria atreladas ao abastecimento do mercado global, mas também ‘da padronização cultural da dieta global reduzida a alguns cereais e proteínas básicas transformados pela indústria (Friedmann 2003)’.

Ou seja, em paralelo à ‘comodificação’ dos alimentos, a integração das cadeias da agroindústria alimentar global estabelece um padrão alimentar cultural hegemônico.

A partir da dinâmica de ‘integração’ na agricultura como emblemática ao estágio atual de produção capitalista, se destaca também o papel das mercadorias comestíveis como elucidadoras de uma dinâmica social mais abrangente, a ampliando a perspectiva com

⁶⁰ Isso apenas considerando o aspecto objetivo e operacional, sem entrar aqui nas motivações de outras ordens, das estratégias de propaganda dos alimentos mercadorias, diferenciação, ainda que mínima no caso das classes beneficiadas com o programa, através do consumo simbólico e distintivo, etc.

destaque à centralidade do exame *desde a produção* como contraponto às análises mais frequentes, baseadas fundamentalmente no consumo.

No verão europeu de 2000, em 30 de julho, na cidade de Millau, França, vários ativistas antiglobalização, liderados por José Bové, da *Confederación Paysanne* e Via Campesina, junto a ambientalistas, estudantes, consumidores, etc, ‘desmontaram’ uma filial da rede McDonalds’s que estava em construção, fato que deu origem a um longo processo judicial, campanha internacional de apoio, etc. Após o ‘desmonte’ houve uma assembléia na qual o próprio Bourdieu estava presente e que junto com Bové (no verão “BB” como ficou conhecido) denunciaram, mais uma vez “une société qui se macdo-ise” (uma sociedade que se macdonaldiza)⁶¹. O episódio teve repercussão midiática internacional, e entre as várias críticas à globalização, destacou-se na mídia a rivalidade cultural (e por que não, da ótica latinoamericana, *colonial*) entre França e EUA na globalização na disputa entre o melhor “gosto” da globalização⁶².

Para uma ‘crítica social do juízo’ de gosto, podemos situar uma dimensão política do cotidiano, que Bové, contra a globalização do padrão *fast food* do Mc Donalds, insistia no fato de que “comer é o mais político dos atos”:

A ideologia do gosto natural deve sua plausibilidade e eficácia ao fato que, como todas as estratégias ideológicas geradas na luta de classes cotidiana [everyday class struggle], ela *naturaliza* diferenças reais, convertendo diferenças no modo de aquisição da cultura, em diferenças de natureza; [esta ideologia] somente reconhece como legítima a relação à cultura (ou à linguagem) que carrega as marcas visíveis de sua gênese, o que não tem nada de ‘acadêmico’, ‘afetado’, ou ‘estudado’ sobre si, mas manifeste através de sua facilidade e naturalidade a relação que a verdadeira cultura é natureza – um novo mistério da imaculada concepção.

A comensalidade pode ser caracterizada como dimensão central à análise das transformações na sociabilidade em função, especialmente, da natureza reiterada e cotidiana, sob os seguintes aspectos: o compartilhar dos alimentos reforça os laços sociais, *valores e normas*, isto é, *o que comestível e o que não é*⁶³, e neste sentido é também *civilizacional*; pensemos em o *cru e o cozido* que abrem as Mitológicas de Lévi-Strauss (1964). Além disso,

⁶¹ Cf. registro de áudio: www.bibliotheque-sonore.net/bourdieu/index.html

⁶² Millau seria a região originária de Bové onde fabrica-se um certo tipo de queijo tradicional, exportado e que entre outros estaria ameaçado pela abertura do mercado

⁶³ Neste aspecto a relação com o alimento, *o que é alimento* tem implicações civilizacionais: pense-se na Ásia e nas dietas camponesas onde em alguns países a maior parte da proteína vem de insetos, como na Tailândia.

os rituais da alimentação estimulam e justificam a reunião regular e rotineira dos grupos e também, na dinâmica da vida cotidiana proporciona à coletividade um tempo para comunicação durante as refeições. A ritualidade do preparo e do consumo inclui também o gosto por determinados alimentos, (disponibilizados no mercado e naturalizados nas dietas) e neste se aprofunda um *habitus* internalizado e socialmente estruturado que também afeta a ‘construção de gostos culturais, que são também políticos’, que defende Bourdieu (1979). Exemplo disso é o papel central da comensalidade relacionado à figuração política associada às maneiras à mesa e explorado por Lévi-Strauss (1968) e também por Norbert Elias (1993).

Em *The McDonaldisation of Society*, Ritzer (1996), em síntese, populariza a teoria de Max Weber sobre a racionalização (e o desencantamento) do mundo, aplicando-a ao estudo do processo produtivo na cadeia McDonald’s. O conteúdo padronizado dos alimentos globais expressaria na dieta industrial a indissociável homogeneização das culturas, através da colonização simbólica efetuada na ritualidade cotidiana da alimentação.

Na etapa contemporânea de racionalização da produção, o padrão de qualidade e uniformidade, inclusive estética, ‘McDonald’s’, caracteriza a integração desde a produção padronizada dos alimentos nas lavouras e nos laboratórios de biotecnologia até o consumidor final (ele também cada vez mais homogeneizado em seus valores, crenças, visão de mundo, juízos). A dinâmica de ‘macdonalização’ da produção seria o equivalente atual de outros estágios de racionalização da produção sob o capitalismo, designados a partir de processos emblemáticos, impactos da transposição de processos industriais para a economização de outras dimensões da vida social, como o *taylorismo* e o *fordismo*, como já tratou Harvey (1993), mas que pensados e transpostos a partir dos alimentos, incorporam o modo de produção integral (full mode of production) a dimensão territorial e ecossistêmicas e a redução da dieta global a alguns poucos itens.

Sob esta ótica, Ritzer situa a comensalidade global contemporânea sendo subordinada ao esquema McDonald’s de produção e de consumo, e as características desta fase, assim como o fordismo, se aplicariam para designar e referir uma etapa social da produção, *mas que engloba o conjunto de fenômenos abarcados sob a racionalidade social vigente*. A

macdonaldização da sociedade⁶⁴ se definiria pela crescente ‘eficiência’, ‘calculabilidade’, ‘previsibilidade’ e controle e substituição da força de trabalho humana por tecnologia.

Friedmann (2005) também propõe tomar o hambúrguer (em sua constituição histórica como ícone da dieta globalizada) como ‘lente da modernidade’ para recontar a história de como o trigo e a carne bovina se transformaram na base da dieta imposta pelo padrão *fastfood* global bem com a história ambiental desta dieta gravada nos impactos sobre os territórios e na biodiversidade, em outras palavras, ‘a aparente obviedade do hamburguer contém profundezas ocultas’. Como esta ‘lente’ que um alimento ícone do mundo global pode ser, a popularização e naturalização do hambúrguer nos hábitos de alimentação em todo o mundo, alerta Sidney Mintz (2001), pode servir também para construir e especular cenários futuros, como os impactos ‘da expansão do padrão industrial de proteína para a dieta da China’, por exemplo, e ‘o que isso representaria nas perspectivas do aumento dos monocultivos de soja’.

Nos processos de apreensão social coletiva, a efetivação plena do mundo globalizado, ou seja, adequado às necessidades de acumulação do capitalismo, precisa, além de transformar as condições sociais e políticas locais em função do contexto global, também ‘transformar e incorporar-se à dimensão cultural de cada realidade nacional, naturalizando a cultura dominante’, pois as dimensões se determinam sistemicamente, no sentido de instaurar-se como *poder simbólico*, nos termos que o define Bourdieu (1989).

O poder simbólico expresso na padronização da dieta industrial e na substituição de hábitos alimentares locais através da produção e consumo agroindustrial de alimentos *commodity* seria um exemplo concreto e tangível de como a dominação simbólica se processa socialmente, na ‘macdonaldização do mundo’.

A comensalidade sob estes aspectos serve de eixo determinante para apreensão das transformações que resultam da homogeneização e padronização na dimensão simbólica de cada sociedade e também da relação entre o padrão hegemônico da alimentação mas que

⁶⁴ A escolha das lanchonetes do McDonald's como exemplo para definir a problemática caracterizadora de vários aspectos do mundo contemporâneo é fértil porque permite reunir tanto o consumo como a produção e aplica-se aos mecanismos políticos, econômicos, sociais e de produção de artefatos culturais. Por abarcar um campo tão diverso de tópicos a *macdonaldização* pode ser aplicada a fenômenos sociais que vão do trabalho ao lazer, da alimentação à mídia, educação e política porque exemplifica o momento sociológico de ‘iluminação abstrata’, de gerar um conceito tão amplo como capaz de abarcar e interpretar uma riqueza de dados em um modo que teoriza traços definidores e constitutivos do momento presente. Este modo de teorizar, sob ataque da teoria pós-moderna, permitiria perceber dinâmicas sociais chave, instituições e problemas, exemplificando a maior força da teoria social clássica .

também é a hegemonia de um modelo de produção e de sua base tecnológica (e as relações econômicas e políticas globais que o sustentam), encapsulada em cada alimento e na forma como ele vem a ser. Com esta perspectiva se pode pensar os EUA, como argumenta Schlosser (2004), como a “*Fast Food Nation*” e no que “a comida norte americana está causando ao mundo”, que fazendo a genealogia do fenômeno específico da *fast food* americana, e da hegemonia dos valores sociais e ambientais que ela materializa e reproduz, nos deixa com a imperiosa necessidade de politizar cada mordida.

O controle de preços dos alimentos e de preços dos salários – e as estratégias de dominação cultural e simbólica que padronizam as dietas – são mecanismos de hegemonia, que também atrelam o universo de práticas cotidianas ao redor da comensalidade a uma ideologia alimentar que seria parâmetro de progresso e de ‘desenvolvimento’, identificada com a sociedade do norte em geral, e da sociedade norte americana em particular: o *american way of life*, e em sua moeda como referente universal de valor, medida de riqueza e de ‘pobreza’: o dólar.

Na perspectiva de abstrair a dinâmica geral de funcionamento do capitalismo, a disseminação da agricultura de transgênicos pode ser pensada, especulativamente, como *uma progressiva indexação*, que inclui no gene patenteado o mecanismo de cobrança de *royalties* (o pagamento que é devido ao rei) e cuja cobrança é assegurada, no marco jurídico internacional da propriedade intelectual (TRIPS), pelo aparato estatal do poder judiciário de cada país. Encadeando assim os alimentos, os salários (através da composição padronizada da cesta básica, resultado da dieta globalizada), o poder de compra dos salários nas moedas nacionais, inclusive para os alimentos, que por sua vez definem a ‘pobreza’ para o Banco Mundial e suas ações.

Identificando uma dinâmica estrutural, o surgimento de um mercado global de força de trabalho assalariada precisa ser considerado enquanto interdependente do surgimento de um mercado global de alimentos, ontologicamente inseridos no contexto colonial (na origem histórica) e colonizante (em tanto que este processo é contínuo): alimentos, preços e salários são por isso uma só e mesma dinâmica. Essa seria a lógica do processo que dá inteligibilidade ao sistema, e onde mais uma vez reaparece a circularidade que sustenta o capitalismo: o fato (histórico) de sua existência se transforma em justificativa para sua manutenção; na forma contemporânea, que o discurso sobre a “pobreza” e a “fome” sirvam justificar as políticas e os instrumentos que sustentam a atualização do sistema.

1.4 A nova (e cada vez mais urbana) Questão Agrária

Em *Capitalismo e a Nova Questão Agrária*, Samir Amin (2003) discute a problematização conceitual de categorias centrais para compreender a crescente pobreza mundial, em especial a relação entre ‘pauperização e acumulação do capital’. Estas categorias, que estariam, ‘naturalizadas inclusive no discurso militante’, devem ser problematizadas teoricamente, uma vez que ‘o discurso sobre a *pobreza* e a necessidade de reduzi-la, senão de erradicá-la está na moda hoje em dia. É [contudo] um discurso de caridade, no estilo do século XIX, o qual não procura compreender *os mecanismos* sociais e econômicos *que geram a pobreza*’.

A “nova” questão agrária estaria centrada nas disputas entre ‘a agricultura capitalista moderna, representada na agricultura ‘familiar’ de larga escala [dos EUA] e das corporações [transnacionais] do agronegócio, e a produção da agricultura camponesa, sob ataque massivo no âmbito das negociações da OMC’. A pauperização ‘deveria ser vista como fenômeno inseparável da polarização do capital em escala mundial, resultado *inerente da expansão do capitalismo realmente existente, no qual a ‘pobreza’ nas classes populares urbanas está estreitamente ligada aos desenvolvimentos que vitimizam as sociedades camponesas do terceiro mundo, que ainda constituem metade da população mundial.*

No argumento de Amim, a dificuldade de compreensão da teoria econômica (e social) convencional diante das questões reais colocadas pela expansão do capitalismo seria resultado destas preterirem

a análise do capitalismo realmente existente, por uma teoria de um capitalismo imaginário, concebido como uma extensão simples e contínua das relações de troca (o mercado), apesar de o sistema funcionar e reproduzir-se na base da produção capitalista e das relações de troca (não simplesmente relações de mercado).

Como define Marx, na *relação social global que é o capital*, as relações de troca são relações entre pessoas encobertas por coisas, mediadas pelas mercadorias, mas que por serem relações ‘entre pessoas’ tem uma dimensão ética fundamental; até estabelecer a natureza de suas formulações como um projeto de *crítica à economia política*, a tradição teórica das questões com as quais dialoga Marx estavam no campo da *Filosofia Moral*. No caso do comércio das *commodities* agrícolas, controlado pelas cadeias do sistema agroalimentar

mundial, esta *questão moral* está na base das decisões políticas que sustentam este mesmo sistema e que se coloca, diretamente, *em relação à (no mínimo) metade da população mundial*.

Esta substituição [de analisar o capitalismo realmente existente por um imaginário] é facilmente emparelhada com uma noção a priori, que não é confirmada nem pela história nem por argumentos racionais, de que o mercado é auto-regulador e produz um ótimo social. A pobreza assim só pode ser explicada por causas que se decreta serem externas à lógica econômica, tal como o crescimento populacional ou erros políticos. A relação da pobreza com o próprio processo de acumulação é afastada pela teoria econômica convencional.

O resultante vírus liberal, que polui o pensamento social contemporâneo e aniquila a capacidade de entender o mundo, para não falar em transformá-lo, penetrou profundamente as várias esquerdas constituídas desde a Segunda Guerra Mundial. Os movimentos atualmente envolvidos em lutas sociais por "um outro mundo" e uma globalização alternativa [onde os movimentos camponeses são protagonistas] só serão capazes de produzir avanços sociais significativos se livrarem deste vírus a fim de construir um debate teórico autêntico. *Enquanto não se livrarem deste vírus*, os movimentos sociais, mesmo os mais bem intencionados, *permanecerão presos nas algemas do pensamento convencional e portanto prisioneiros de propostas corretivas ineficazes* — aquelas que são alimentadas pela retórica referente à redução da pobreza. Marx indicou, há 150 anos atrás, a pertinência da ligação entre acumulação de capital por um lado e o fenômeno da pauperização social por outro e a análise dos mecanismos por trás desta ligação, a qual a duras penas foi prosseguida desde então — e de maneira nenhuma a uma escala global (Amin, op.cit. grifo meu).

A identificação do pensamento aprisionado da esquerda hoje (o qual se mostra particularmente no discurso militante altermundista, explicitamente referido acima ao espaço do FSM) impede a apreensão da *relação entre pobreza e acumulação do capital* (e, pode-se acrescentar, a relação entre destruição ambiental e aquecimento global e acumulação do capital) e portanto, condiciona as propostas ‘corretivas’ que seriam *eficazes*. E, vale dizer, antes disso, também os diagnósticos que seriam conseqüentes.

Esta dificuldade, segundo o argumento de Amin, seria fruto do *vírus liberal* que ‘polui o pensamento social contemporâneo e aniquila a capacidade de compreender o mundo’, como também já havia identificado Bourdieu nos efeitos da *doxa neoliberal* e do neoliberalismo (também) como fenômeno discursivo, ressaltando assim, mais uma vez, a dimensão epistemológica e a necessidade urgente de superar as contradições do capitalismo (também) a partir daí. Faço estas ressalvas [também] porque no plano concreto do avanço das lutas, em especial dos movimentos camponeses, as ações diretas *contra*, ou *chamando atenção para*, as empresas que expressam o poder transnacional (como a cadeia de *fast food* McDonald’s, a Monsanto, a Cargill, a Aracruz, etc.) *bem como* as ocupações de terra, ultrapassam a limitação e o aprisionamento da linguagem, cortando as contradições na carne do tecido social e

expondo a violência estrutural do sistema que não é limitável ou apreensível nas categorias da linguagem⁶⁵.

A proposta de voltar à Marx, em consonância com a justificativa explicitada aqui de início, decorre ‘da necessidade de inocular este vírus liberal, que polui o pensamento social contemporâneo e aniquila a capacidade de entender o mundo’⁶⁶. Partindo desta indicação, estabelecer a relação teórica e prática entre pobreza (e destruição ambiental) e acumulação do capital, no discurso da esquerda, depende de um programa sanitário para despoluir o pensamento dos esquemas de pensamento neoliberal.

2. Terra, Território e Dimensões do poder

No sentido de constituir-se em objeto de investigação, o conteúdo da questão agrária contemporânea pode ser estruturado na geração da pobreza – e fome - e a espiral crescente de miséria rural *e urbana*.

Estatísticas da ONU apontam que em 2001, mais da metade da população mundial era rural (53%); apesar desta distribuição ser desigual segundo continentes, regiões e países, instiga o fato de que mesmo depois de 200 anos de intenso desenvolvimento capitalista e da ideologia urbano-industrial eurocêntrica, mais da metade da população mundial viva na área rural. Chama a atenção que tanto a mídia como a academia pensa o destino da humanidade ignorando estes dados, como se a população mundial fosse simplesmente ainda rural, com ênfase no *ainda*. Do ponto de vista geográfico, *territorial*, 2/3 dos habitantes urbanos do planeta vivem na periferia do sistema capitalista mundial, em favelas e vilas de miséria nos bolsões urbanos da América Latina, Ásia e África. Neste sentido, ‘e ao contrário da velha cantilena do fim do campesinato e dos preconceitos à esquerda e à direita, o que vemos hoje é, quem diria, a invenção de uma internacional camponesa, a Via Campesina, impensável nos marcos teóricos-políticos até aqui dominantes’ (Gonçalves 2004).

A dimensão cada vez mais urbana que tem a questão agrária hoje e com isso o protagonismo global do campesinato como sujeito político tem sido enfatizado no campo da geografia, onde o eixo da *territorialização dos movimentos camponeses*, imbricando as reivindicações do campo com a reconfiguração do espaço, dos Estados, dos territórios e do

⁶⁵ Este ponto foi sublinhado no contexto geral da globalização que abre este trabalho.

⁶⁶ Amin, op. cit.

acesso e controle aos recursos naturais em escala global, colocam a luta pela terra em outra dimensão (Gonçalves 2004, Fernandes 2005).

A concepção de *terra como território*⁶⁷, e logo, *da dimensão de poder e soberania sobre estes espaços*, foi apropriada pelos movimentos do campo bebendo nas experiências e no acúmulo da luta pela autonomia dos territórios indígenas na região latinoamericana, emblematicamente representados no levante do movimento zapatista que deflagra (do ponto de vista justificado aqui) a resistência ao neoliberalismo e o movimento antiglobalização, a partir do qual se constitui o FSM e, ao redor ou em relação a este processo, a configuração da nova esquerda internacional.

Retomo a seguir *o eixo territorial* para compreender porque a questão agrária é cada vez mais a origem da pauperização urbana.

Um fundamento real objetivo que justifica o recurso à territorialidade para compreender as contradições da definição de rural, é, no caso brasileiro, exemplificado na tese sustentada por Veiga (2002) sobre as *idades imaginárias*⁶⁸. Esta tese demonstra que o Brasil é ‘menos urbano do que se imagina’, graças a um decreto-lei ‘entulho do getulismo’, de metodologia obsoleta, que mantém a ‘ficção de urbanidade’.

Esquemáticamente isso se deve porque, à época de criação do Estado Novo, interessava a criação territorial de municípios para fins de tributação (com a criação das estruturas legítimas para cobrar impostos e garantir uma fonte de recursos para a manutenção do poder local, lembrando que nas áreas rurais o regime de impostos é federal, ITR) mas sobretudo, esta urbanização ficcional seria crucial para a constituição e *representação do novo Estado brasileiro*.

Considerando esta ponderação, então, contra a proporção de 80% para 20% entre população urbana e rural que o censo do IBGE (2000) define, Veiga propõe que o verossímil seria a proporção 57% urbana e 43% rural para o total da população. Este ponto ilustra os

⁶⁷ Um exemplo recente de como a dimensão territorial da reforma agrária e da luta pela terra foi incorporado pelos movimentos camponeses (tomados aqui no sentido amplo já definido oficialmente pela Via Campesina) foi durante a *Conferência da FAO sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Territorial Rural*, (CIRARD), realizada em março de 2006 em Porto Alegre depois de um lapso de 30 anos sem que o tema da reforma agrária estivesse na agenda global de debates do sistema ONU – com exceção é claro das políticas de reforma agrária de mercado e do Banco da Terra nesta ocasião os movimentos do campo organizaram o fórum paralelo *Terra, Território e Dignidade*

⁶⁸ Veiga 2002

mecanismos ideológicos e tecnocráticos dos índices da economia capitalista em geral, emblemáticos no caso da definição de pobreza (a seguir).

A tese sobre as cidades imaginárias, e a invisibilidade do campo, levanta o ponto crucial e óbvio a partir da constatação da origem e vício metodológico deste dados: o suposto desaparecimento social dos camponeses e sua relação com as (des) obrigações do Estado:

O difícil de explicar, e eu não tenho uma explicação para isso, é por que isso passou por todas as mudanças constitucionais sem nenhuma alteração... Não se trata de uma crítica ao IBGE, que considero uma instituição seriíssima, invejável no mundo inteiro — é muito raro um país que tenha estatísticas e geografia numa mesma instituição. Só que o IBGE, justamente por ser um bom instituto, cumpre a lei. O que eu coloco em questão é a lei e não o IBGE⁶⁹.

No contexto brasileiro esta ponderação estrutural é pré condição de qualquer análise sobre ‘o rural’. Além disso coloca em xeque toda a produção teórica e acadêmica anterior que baseia-se acriticamente nestes dados oficiais, e que por sua vez fundamentam análises e conclusões sobre o campo e o ‘desenvolvimento rural’ (mais grave ainda se informam de alguma maneira políticas públicas ou pronunciamentos oficiais das agências e órgãos do Estado), uma vez que “o rural” estaria fadado, segundo estes números, a desconstituir-se enquanto tal já que a projeção das estatísticas deste mesmo censo apontam que essa porcentagem (80% - 20%) passaria para 90% - 10% em 2010 e, antes de 2030, a população rural estaria extinta, sendo o Brasil um país 100% urbanizado!

O problema grave para o qual Veiga chama a atenção está na consequência política dessas análises equivocadas, baseadas em metodologias viciadas, e que fundamentam as ações (e omissões) do Estado:

Quando se encontra um ambiente como esse, em que as pessoas imaginam que a população rural é muito pequena e ainda tende a se extinguir num futuro próximo, fica muito difícil justificar [ao conjunto da sociedade] políticas que não sejam voltadas para as ditas cidades e para o urbano. Educação rural, por exemplo: por que vamos gastar dinheiro com educação rural se há um déficit educacional tão grande nas cidades e eu sei que a população rural está em declínio?⁷⁰

⁶⁹ http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/Disciplinas/cid_imag_artigo_jusp_livro.htm acesso em 20/07/2002

⁷⁰ *ibid*

Com seu discurso típico fundado neste tipo de pseudo competência ‘técnica’, a ideologia neoliberal se pretende imbatível desde a formulação da máxima nos anos 80, ‘à qual (política e teoricamente) não há alternativa’ (TINA)⁷¹. Por isso, identificar os pressupostos ideológicos opacionados no discurso neoliberal são pré condição para opor uma alternativa à cosmovisão globalizada e representa o maior desafio para a coerência e viabilidade de ser e estar à esquerda em relação ao capitalismo de hoje.

Como estou insistindo e procurando ilustrar aqui, a *doxa* neoliberal como estratégia discursiva oculta e dissimula seu conteúdo eminentemente ideológico, exemplificado nas metodologias “científicas” na origem dos critérios oficiais - que justificam, orientam e expressam as razões do Estado em suas ações - e que definem o que é pobreza e o que é rural, por exemplo

Neste sentido, a *especialização territorial* para pensar e complexificar as nuances e níveis envolvidos na definição do “rural” tem uma função metodológica que serve para considerar criticamente as metodologias e critérios que pretendem delimitá-lo. Esta tangente geo-gráfica para identificar o rural (e o campo) também exige, neste caso, a discussão acerca de categorias transplantadas, como seria o “campesinato”, na especulação sobre a existência ou não desta forma social na realidade histórica brasileira.

Em relação à possibilidade de defender e sustentar o discurso de uma agricultura tipicamente ‘camponesa’ no contexto histórico e social do Brasil, que talvez jamais a tenha experimentado de fato, diferentemente de outros países latinoamericanos, este suposto **não** será problematizado, pois a discussão sobre a ‘aldeia ausente’⁷² na formação social do Brasil, e a legitimidade – ou não - de evocar uma identidade camponesa no contexto histórico nacional, remete a um universo de questões originadas exatamente nos impasses, teóricos e políticos, produzidas pela transposição de teorias sociais exógenas acerca de um tipo ideal de “campesinato” na realidade e nas contradições domésticas.

Esta marca se mostra de forma contundente no movimento de recepção dos esquemas importados de interpretação e racionalização da ordem social, onde o caso paradigmático e que serve de exemplo e meio geral de todo este trabalho é a recepção das teorias marxistas, inclusive porque o *nó ideológico do marxismo identificado na questão agrária* toma forma, historicamente, frente a impasses políticos concretos, e nessa medida, o conjunto de temas e

⁷¹ Cf. Capítulo I, p. TINA, *There Is No Alternative*

⁷² Este termo é utilizado por Maestri (2004)

problemas que aparecem imbricados na questão agrária pode ser tomado como constitutivo do marxismo *tout court*⁷³.

Da mesma forma que a assimilação da doxa neoliberal e seus efeitos limitantes e condicionantes foi apontada aqui no fenômeno da invisibilidade do campesinato no contexto da globalização, e, mais gravemente na *invisibilidade de um movimento camponês internacional à reflexão teórica*⁷⁴, estes exemplos alertam para a possível invisibilidade de outros fenômenos globais, que ao mesmo tempo representam forças políticas de uma magnitude equiparável e têm também sua irreduzível dimensão territorial.

Com relação ao universo de questões que está sendo tratado aqui, a maior presença espectral é a *natureza do poder transnacional, tal como ele se materializa e toma corpo nas cadeias do sistema agroalimentar*, incorporado nestas empresas e na lógica de produção global que elas impõem, a quintessência do capitalismo no século XXI. O caso do ‘gigante invisível Cargill’ (Kneen 2005), que tem este suposto como estratégia empresarial, dá uma bem concreta desta idéia:

A Cargill, fundada há 140 anos é a segunda maior empresa privada do mundo; trabalham para Cargill 149 mil empregados em 72 países e segundo a revista *Fortune* está entre as 20 empresas mais importantes do planeta. Se dedica à compra, processamento e distribuição de grãos e outros produtos agropecuários.

Segundo um folheto publicitário a Cargill se apresenta nos seguintes termos :

Somos la harina em su pan, el trigo em sus tallarines, la sal en sus frituras. Somos el maíz de sus tortillas, el chocolate de su poste, el edulcorante de su gaseosa. Somos el aceite de su aderezo y la carne, cerdo o pollo que usted come en la cena. Somos el algodón de su ropa, la terminación de su alfombra y el fertilizante de su campo.⁷⁵

⁷³ O exemplo clássico de análise das vicissitudes de recepção das teses e obras marxistas no contexto brasileiro encontra-se na obra de Palmeira (1971) que nesta tese sobre o latifúndio e o capitalismo analisa a existência do debate sobre a questão agrária como problemática cujo viés obedece um sistema classificatório local pautado por adesões políticas e ideológicas divergentes.

⁷⁴ Tematizando o histórico factual de composição da Via Campesina a obra de referência é Desmarais (2002, 2003). A mesma autora, que trabalhou durante um tempo como assessora da Via, hoje está escrevendo uma ‘história oficial’ do movimento a ser publicada em breve. A discutível natureza ‘transnacional’ da Via é trabalhada por Borrás (2004).

⁷⁵ Citado por Navarro (2007) Cargill: “el maíz de sus tortillas”, jornal La Jornada, México 30/01. Na oportunidade de inserir as sugestões da banca para a versão definitiva desta dissertação, encontrei esta referência recente que ilustra perfeitamente meu ponto sobre a Cargill.

Embora ao adquirir cada um destes produtos a marca e a ação da empresa Cargill não esteja *visível* ao consumidor desavisado, ela pode ser visibilizada na circulação global das principais *commodities* cujas cadeias controla. Como processadora e *trading* a Cargill tem uma estrutura de armazenagem (silos, armazéns, etc) e infra-estrutura de distribuição (elevadores de grãos, terminais portuários), mas que de fato controla também a maior parte da logística do transporte de grãos em hidrovias, ferrovias e estradas em todos estes países (72) nos quais opera, atingindo assim gigantescas *dimensões territoriais sob seu poder* em cujas vias logísticas de dá a circulação destas mercadorias e que também são matéria prima para tantas outras. Além disso, controla grandes jazidas de insumos minerais para a produção de fertilizantes e atua no sistema financeiro através de crédito e *leasing* para seus integrados.

Como venho insistindo ao longo deste trabalho, a compreensão das especificidades do capitalismo no século XXI e os impasses práticos da esquerda estão relacionados à falta de um paradigma epistemológico que dê conta das questões mais urgentes para a humanidade hoje, as quais engendram a dimensão política e ecológica, como o aquecimento global e os transgênicos, e, ainda, como estes dois exemplos estão inextricavelmente relacionados. Seguindo esta pista também apontei na urgência de recuperar uma matriz de pensamento originada no século XIX e expressa, de forma correlata, por Marx e por Darwin.

A natureza sistêmica do capitalismo permite apreender suas contradições exatamente nos momentos que o sistema expande para acumular. O *locus* sistêmico que hoje se nos apresenta mais evidente quanto ameaçador, no sentido da concentração de poder sobre um tema vital para todos, a produção e distribuição da comida no mundo, é o *Sistema Agroalimentar Mundial* (SAI).

Para fins de conceituação ‘teórica’ deste fenômeno, segundo seus autores clássicos, Goldberg (1957) e Malassis (1979), *é a natureza sistêmica das atividades agropecuária e florestal*, às quais inicialmente o conceito foi elaborado, *que se reveste de principal ferramenta analítica para pensar seus arranjos*; no conjunto de atividades do SAI, estão diversos ‘atores’ que incluem: agricultura, pecuária e pesca⁷⁶; indústrias agroalimentares, distribuição agrícola e alimentar, comércio internacional, consumidor, indústrias (maquinário agrícola, etc) e serviços de apoio.

⁷⁶ Somando a dimensão territorial do poder que estou enfatizando, pode-se considerar, por exemplo, a mineração química de rocha fosfatada, fundamental para a produção de glifosato, entre outros, e toda a base mineral e química dos insumos agrícolas.

Outro aporte teórico que reflete de forma mais contemporânea sobre o campo de questões geradas em função exatamente da dita natureza sistêmica (estrutural) do SAI seria a elaboração do conceito de regimes alimentares por Friedmann & McMichael (1989).

Este conceito procura ressaltar ‘as relações sistêmicas entre as dietas alimentares os fenômenos econômicos e políticos, no nível global, que resultaram na formação dos Estados Nacionais no século XIX e na expansão mundial das relações capitalistas, com a conseqüente construção de um sistema agroalimentar mundial’. Através da idéia de “regimes” o fundamental é que se pontua a idéia de que as dietas alimentares são profundamente determinadas por fenômenos políticos, sociais e econômicos mais gerais, e representam uma das mais importantes esferas de regulação dos Estados, o que aliás, os impasses atuais da agricultura na OMC demonstram.

Em suma este conceito propõe uma história política do capitalismo, entendida a partir da perspectiva da alimentação. A divisão dos regimes alimentares identifica três períodos (Friedmann 2001) que correspondem a diferentes regimes de acumulação e regulação social, delineados em periodizações amplas:

1. O chamado primeiro regime alimentar, constituído no período final da hegemonia britânica (1870 - 1914);
2. O segundo regime alimentar, correspondendo ao período “fordista” centrado na hegemonia americana no pós – Segunda Guerra Mundial (1947 - 1973).
3. O terceiro regime alimentar que seria o período do modelo “liberal produtivista” correspondendo ao momento atual da globalização financeira, a partir do final da década de 1980.

A discussão teórica sobre a possibilidade de chamar o atual regime de acumulação, a partir dos anos 80, como período de pós-fordista ou não, se divide entre várias tendências e críticas. Na perspectiva deste trabalho isso não é relevante. Já aponte aqui o fenômeno da *macdonaldização* que a partir do desenvolvimento inicial por Ritzer (1996), as ações diretas do movimento antiglobalização e por Bourdieu (*une société qui se macdo-ise*) e mais recentemente na análise histórica e sistêmica da *Fast Food Nation* de Schlosser (2004) dão conta de imbricar impactos socioambientais, políticos e territoriais na configuração de um sistema-mundo *macdonalizado*. Inclusive Friedmann, co-autora do conceito de “regimes”, tem incorporado mais recentemente análises nesta linha (2005, 2004).

Considerando o sistema agroalimentar mundial em seu caráter histórico; de como este processo de dá *par i passo* ao desenvolvimento do sistema mundo capitalista; que este sistema dirigido por algumas transnacionais controla hoje a produção e circulação de praticamente todos os alimentos, fibras e demais matérias primas produzidas agroindustrialmente no mundo; que a necessidade de produzir energias limpas e reduzir emissões de carbono para mitigar o aquecimento global (resultado da atividade industrial e do modelo de produção e sociedade capitalista) inaugurou a ofensiva ideológica da agroenergia, ‘energia que se planta’ como panacéia; que a era dos biocombustíveis para a reprodução do próprio capitalismo irá representar uma pressão ainda maior sobre as terras agriculturáveis; que na origem, é a territorialização da agricultura industrial, através de seus mecanismos de poder e de submissão, que produz a espiral de pauperização, miséria e degradação ambiental gerada a partir da expropriação dos ‘pobres do campo’, mas que configura uma dinâmica social muito mais abrangente; e que esta dinâmica de territorialização explica também porque a nova questão agrária ‘é cada vez mais urbana’; por todas estas razões, as dinâmicas que produzem a ‘pobreza camponesa’ estariam, sob esta ótica, *na raiz de praticamente toda a espiral de questões sociais demandantes de políticas públicas e da ação dos Estados*. Como pensar esta dimensão essencialmente política em relação aos agronegócios que são a face visível do sistema ?

Sob este aspecto o conceito de *agronegócio* como discurso hegemônico que domina a maior parte da produção brasileira (i.e. aquela que se legitima socialmente sobre todas as atividades agrícolas, a de exportação) precisa ter urgentemente outra compreensão, tornando visível a dimensão de poder e materializando o que é, um projeto político de natureza colonial e colonizante.

2.1 A territorialização produtiva

O conceito de *processo de territorialização* vem sendo enfatizado como recurso metodológico nos debates contemporâneos e aparece como *eixo epistemológico estrutural* de fato ‘tanto na geografia econômica e na ecologia política’ (Gonçalves 2002), como na antropologia, ‘em especial no contexto de situar os processos de autonomia de povos e populações *em relação ao Estado*’ (Oliveira 1998). E é exatamente neste sentido, da idéia de

que a territorialização é relacional ao Estado na construção de poder que eu gostaria de retomar este conceito para pensar o agronegócio como um projeto maior.

Sob o amparo acadêmico e conceitual da geografia (área de estudos no Brasil legitimada por nomes do porte de Josué de Castro e Milton Santos), a dimensão espacial, visível e palpável dos processos de apropriação concreta, efeitos do capitalismo *realmente existente* sobre as populações e os ecossistemas, assume o fio condutor da reflexão e o ponto de partida do discurso que se pretende científico. Sem entrar aqui no mérito da consistência teórica da Geografia como disciplina científica, a noção de *territorialização* é um recurso muito ilustrativo, especialmente para fazer uma analogia com o ponto central que estou insistindo aqui: *da agricultura como meio privilegiado para apreender a racionalidade capitalista, e, com os transgênicos, suas especificidades no século XXI*. Esta noção recupera o espaço geográfico - e nele a natureza - para uma teoria social crítica.

As paisagens inscritas nos territórios têm uma dimensão eminentemente política, se as pensarmos enquanto ‘referentes de memória coletiva e de história’ (Schama 1986), evocando um repertório de questões que remete à construção das identidades locais, regionais e nacionais, rurais (mas também urbanas). A expansão dos monocultivos industriais, além do impacto concreto na biodiversidade, deve ser pensada também no impacto sobre um bem imaterial e coletivo, a memória inscrita na paisagem, e nela a dimensão ambiental da identidade e o referente de cultura de um povo sobre um determinado território e seus limites⁷⁷.

Como no caso extremo dos maciços territoriais de florestas artificiais, *a imposição dos monocultivos industriais* atua na transformação do simbólico, engendrando também, com a destruição das paisagens, da mesma forma a memória e a história pessoal e coletiva inscrita

⁷⁷ A imbricação entre *paisagem e memória* e sua dimensão política, tomando um exemplo forte no contexto doméstico, é a ameaça das plantações de árvores para celulose sobre o bioma pampa, no Rio Grande do Sul. Se pensarmos o bioma pampa como unidade de referência perceptiva, e sua abrangência sobre territórios da Argentina e do Uruguai – esta referência compartilhada de natureza, cultura e história produtiva comum (basicamente a criação extensiva de gado para exportação), neste sentido, *a paisagem pampeana* é o universo simbólico e discursivo central em relação ao qual se forja a identidade “gaúcha”. Ainda, em outro nível de complexificação, esta relação da *paisagem do pampa como território*, e de suas relações de poder e soberania, ajuda a pensar, no caso brasileiro, as decorrências e implicações políticas da identidade “gaúcha” na expansão da fronteira agrícola (e destruição ambiental) emblemáticas no caso da soja. Este vetor é indispensável para compreender historicamente o fator “gaúcho” no avanço da soja no cerrado e na Amazônia como materialização de uma cultura produtiva própria, forjada na relação com a paisagem extensiva do pampa, onde a biodiversidade de mais de 400 espécies de gramíneas, por exemplo, se dissolve do ponto de vista da percepção visual na unidade do horizonte plano e infinito de pastagens.

na natureza e nos territórios. Este é o caso dos chamados “*desertos verdes*”⁷⁸ de plantações de árvores para celulose (e seus impactos especialmente dramáticos sobre o modo de vida dos povos indígenas e quilombolas) que também fazem uma analogia com as monoculturas da mentes. O lema da campanha internacional é justamente um esclarecimento conceitual sobre uma percepção que se naturaliza equivocadamente: *Plantations are not Forests* (Plantações não são Florestas). E porque a FAO, apesar da insistência sobre esta terminologia, continua denominado plantações industriais de ‘florestas’.

Fazendo o elo com o modo de *plantation*, a historicidade crítica do processo de transformação da natureza (e da atividade agrícola) permite visualizar a complexidade dos processos sociais que relacionam as atividades humanas à transformação dos ecossistemas, da interação entre paisagem e memória, mas também *da formação histórica colonial das bases naturais que alimentam e condicionam os sistemas produtivos, como no caso das economias extrativas e agroexportadoras da maioria dos países do sul.*

Se o traço colonial aparece assim gravado no território e na memória, na dinâmica de transposição de teorias, ou ainda das idéias fora do lugar, revela-se outra dinâmica macro e meta-teórica, mencionada anteriormente, a qual seria constitutiva à reflexão latinoamericana, à *colonialidade do saber*⁷⁹. O *lastro colonial*, como pode ser denominando este traço distintivo, seria a marca indelével do pensamento desde a experiência latinoamericana uma vez que é também marca indelével de nossa experiência histórica e de constituição do momento que nos dá uma identidade comum: *a Conquista*. E por essa mesma razão, é o aporte específico para uma “epistemologia da diferença”, onde a colonialidade qualifique a reflexão gerada na América Latina para pensar as questões globais (Escobar 2005).

Se pensarmos que a criação de um mercado de força de trabalho é paralela e indissociável da criação de um mercado global de alimentos, que por sua vez é incrustado na transformação dos ecossistemas e destinação dos territórios das colônias para atender o provimento da base material da economia das metrópoles, e da constituição do sistema-mundo, no sentido de Walerstein; nesse *sentido, da colonização também da própria natureza pelo capitalismo*, a perspectiva teórica da ecologia política contribui para pensar a dimensão do *imperialismo ecológico*, compondo a idéia de lastro colonial que eu referi aqui.

A dinâmica da racionalidade capitalista, enfatizada aqui desde o início como fio condutor para pensar *a partir dos transgênicos*, é a forma mercadoria e a lógica do processo

⁷⁸ nat Brasil, wrm et etc t

⁷⁹ Lander 2004

produtivo industrial, e é em relação e adequação a este mesmo processo industrial – somente ele - que a tecnologia transgênica produz variedades ‘melhoradas’.

O termo “monoculturas da mente” foi cunhado por Shiva (1993) para estabelecer um paralelo muito pertinente entre modelos biotecnológicos e biodiversidade. Fazendo uma analogia com as mesmas práticas agrícolas e ‘florestais’ (na verdade, plantações), a racionalização da monocultura como uma prática ‘produtiva’, amparada por um discurso científico que separa o florestal (para madeira) e na agricultura o cultivo de um único produto, nas extensas paisagens das monoculturas industriais, ao promover o desaparecimento da diversidade na nossa percepção, elimina-a do próprio mundo. Utilizo aqui esta analogia para descrever *o sentido da territorialização epistemológica*.

Este cultivos coloniais gera portanto, na interação homem, natureza e paisagem, também as mentalidades coloniais, que se contextualizam como a violência (também) simbólica da Revolução Verde, sobre a cultura e o modo de vida camponês.

Este é o sentido chave a recuperar. Na ideologia do ‘desenvolvimento’ e do ‘progresso histórico’ fundado no conhecimento científico, a tecnologia é uma ferramenta política do *processo de territorialização produtiva* (do capitalismo), noção que eu proponho aqui para enfatizar a irredutível materialidade na dinâmica do processo de transformação e apropriação da natureza pelo capital. A disseminação massiva de organismos transgênicos exemplificaria assim, neste nível de análise que estou propondo, a dinâmica global, geral, de trajetória de racionalização e naturalização da ordem social capitalista, ampliada agora para incluir as condições elementares de produção da natureza (as sementes), re-criada geneticamente sob essa mesma lógica capitalista para perpetuá-la, como na noção de *neo-europas*, cunhada por Crosby (1986) para explicar a idéia e descrever *o processo material do imperialismo ecológico*.

A transformação de relações sociais concretas no campo, na apropriação ‘produtiva’ do território (que vincula a legitimidade da propriedade da terra e o trabalho no campo), bem como da apropriação das formas sociais de percepção desses fenômenos para o conjunto da sociedade permite pensar como o capitalismo se aprofunda, se naturaliza e se mantém como sistema. Esta dinâmica se instaura na ocupação concreta dos territórios e das paisagens (lembrando as imagens dos sojais do Mato Grosso, por exemplo), em paralelo à ocupação das formas de percepção social e dos referentes de memória e de história imbricados e materializados nas paisagens anteriores, territorializando esta concepção de natureza e produção, instaurando as *monoculturas da e na mente*.

A apropriação de fato do território se dá paralelamente à ocupação das formas de percepção social, como a que está na origem do deslocamento de significado de *agricultura* para *agronegócio*, onde o agronegócio é aquele que ‘ produz’ para a economia (de exportação e na lógica da dívida).

Este seria o ponto de partida da idéia de *territorialização produtiva*, que se expressa no discurso de legitimação do agronegócio, e da dimensão política da expansão das monoculturas (e paisagens) industriais. *O campo de efetivação e exercício do poder mundial territorializado na ocupação produtiva do campo* se mostra ‘geo-grafado’ pois afinal, ‘por mais que o capital financeiro, dito volátil, queira impor sua lógica simbólica, matemática e abstrata ao mundo, há uma materialidade que concerne a produção da vida que é irredutível à lógica financeira’(Gonçalves 2004). Ainda, os territórios são a base material dos Estados e dos povos, como bem apontam os movimentos camponeses, definindo sua luta na defesa de autonomia de um território, *que inclui as práticas produtivas de transformação da natureza sobre aquele território*.

Resumo a seguir os principais pontos que introduzem a o ponto seguinte desta seção:

O principal efeito da universalização da lógica do mercado é a naturalidade com a qual o discurso que se pretende ‘político’ estaria operando *o corte e a dissociação entre o ‘econômico’ e o ‘social’*, como se projetos políticos fossem dissociáveis das concepções econômicas que os alimentam, exemplo disso é como o peso político do campo e a centralidade da agricultura promovida pelo *agronegócio* no processo de acumulação não consegue ocupar seu lugar em um discurso de esquerda conseqüente⁸⁰.

Como mencionei aqui a noção *territorialização* na antropologia tem sido central para pensar o processo de autonomia de povos e populações em relação ao Estado (como no caso dos zapatistas, por exemplo), o que também engendra *par force* as dimensões correlatas de poder e soberania. Por analogia, sugeri tomar como eixo, o *processo de territorialização*, para analisar a expansão do agronegócio, incluindo a qualificação ‘*produtiva*’ para incorporar a

⁸⁰Um exemplo, no caso doméstico, é a denominação dos respectivos Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (MAPA) que responde ao agronegócio e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que se ocupa da agricultura familiar integrada em diferentes graus às grandes cadeias, e aos residuais (o lumpesinato ou “lumpedo”, como se diz no interior do Rio Grande do Sul). A carga simbólica é que a designação ‘agricultura’ não pertence mais nem aos pequenos, enquanto o próprio termo agricultura já está sendo substituído por agronegócio que expressa a integração da cadeia, *da semente ao biscoito* (de preferência transgênico) na prateleira do supermercado. É provável que em um futuro próximo o MAPA assuma o Agronegócio no nome, transformando-se em Ministério do Agronegócio, integrando ao discurso e à ossatura estatal, os esquemas de pensamento, a forma social de pensar e a racionalidade do mercado global

estrutura de produção em sua base tecnológica à discussão sobre a legitimidade social do processo de ocupação do território (e dos recursos naturais) com um determinado modelo econômico e social, como no caso o agronegócio e nele, os transgênicos, que se pretende naturalizar como autônomo à dimensão política, e com isso, à parte do debate e da decisão pública.

Esta naturalização depende das estruturas do Estado, tanto no co-financiamento da infraestrutura de circulação e vias escoamento da produção (estradas, hidrovias, portos, etc), como no aparato de violência legítima dos poderes executivo (medidas provisórias, instruções normativas e técnicas), legislativo (leis de biossegurança) e judiciário (liminares, etc), com destaque à importância da esfera dos ‘serviços jurídicos para permitir a circulação das mercadorias’ (Naves, 2000), cuja outra face é *a crescente judicialização dos conflitos sociais*, que se explica também em função do marco jurídico internacional do regime de acumulação - a propriedade intelectual- no caso exemplar resumido adiante da introdução da soja transgênica da Monsanto no Brasil.

O projeto do agronegócio, e nele os transgênicos, determina um condicionante estrutural, impondo, através da tecnologia, um modelo de produção e de ocupação dos territórios com impactos para o conjunto da sociedade. Os transgênicos servem como ferramenta para a o controle, padronização e integração dos cultivos às cadeias agroindustriais; as dinâmicas sociais pensadas através dos alimentos abrem um universo de poder simbólico e cultural amplo. Considerando *o risco* de contaminação genética e a inviabilidade de coexistência deste modelo expansivo com outros modelos de agricultura, no sentido que será tomado aqui, o agronegócio constitui um projeto político hegemônico, *de sociedade e de natureza*.

2.2. O projeto político do agronegócio

No discurso contemporâneo dos movimentos sociais do campo no Brasil, **o agronegócio substituiu o latifúndio como estrutura de manutenção da desigualdade e da**

violência no campo⁸¹, agravado pelas consequências ambientais da promoção do avanço da fronteira agrícola sobre a Amazônia e sobre o Cerrado.

O agronegócio bem como o latifúndio são estruturas historicamente criadas. Assim sendo, em sua justificação, permanência e continuidade dependem, uma vez criados, garantir um certo estado de coisas, uma relação que assegure sua predominância e seu poder sobre *outras formas possíveis* de organizar a produção e a propriedade.

Hoje é o agronegócio que vêm ocupando o universo das relações sociais no campo com sua lógica produtiva própria, onde estão contidas concepções de agricultura, produção, trabalho na agricultura e natureza. Estas relações sociais precisam ser entendidas, por sua vez, sob a indissociabilidade das dimensões econômicas, políticas, ambientais e culturais, na dinâmica através da qual o “agronegócio” configura um universo semântico, onde adquire significado e justifica-se uma concepção de mundo⁸² e de civilização a partir da agricultura.

Para concretizar esta concepção de mundo, cristalizada nas relações sociais, tanto o latifúndio e agora o agronegócio precisam ocupar o Estado, convertendo-se assim em projeto político.

No debate público nacional, a lógica peculiar do agronegócio, converteu-se em ideologia do produtivismo, re-configurando a retórica de legitimação das estruturas de poder no campo (Bruno 2003), na substituição do latifúndio e sua representação política no Estado. Com isso o agronegócio representa o aprofundamento e a expansão no Brasil das relações entre capitalismo e agricultura, tal como essas se apresentam hoje no plano mundial.

Na perspectiva da agricultura capitalista internacional, a composição de interesses do agronegócio brasileiro, exemplificado emblematicamente na incorporação do modelo tecnológico importado das sementes transgênicas (no caso, da soja da empresa Monsanto) é ‘o processo global e de profundas implicações nas dinâmicas locais, entre proprietários e arrendatários de terra, poder público, capital financeiro e empresas transnacionais que constituem a economia política do suporte e da intermediação estatal no controle do sistema agroalimentar mundial por algumas empresas transnacionais’ (Friedmann 2004).

A ocupação da esfera do discurso público do Estado a fim de manter os interesses do agronegócio ocorre paralelamente ao processo de *territorialização produtiva* no campo que legitima, por sua vez, a pretensão à representação política de fato.

⁸¹ Cf. CPT, MST, ABRA

⁸² Para ilustrar esta afirmação campanha de marketing da Monsanto: *Imagine – este é o mundo da Monsanto*.

Esta imbricação através do Estado oferece um novo patamar para pensar a relação entre a questão agrária, produção e território. O governador do estado de Mato Grosso⁸³, Blairo Maggi, por coincidência também o maior exportador individual brasileiro de soja, é um estudo de caso eloqüente desta premissa.

2.3 Configurando a questão a partir da realidade brasileira: a geopolítica da soja transgênica

O agronegócio entre nos últimos dez anos (1994-2004) tem respondido diretamente por uma média de 30% do PIB brasileiro⁸⁴, e representa hoje 43% das exportações nacionais. Quanto à área de cultivo total em 2006, foi estimada em 45,739 milhões de hectares⁸⁵

A soja é hoje o principal produto de exportação do agronegócio no Brasil, e representa 46,4 % da safra total⁸⁶ de grãos, mas é também o grande motor da expansão da fronteira agrícola, do desmatamento, da expulsão e destruição de populações e meios de vida tradicionais, dos danos ambientais e climáticos da monocultura industrial e da justificativa para grandes obras e investimentos estatais em infra-estrutura para escoamento da produção (hidrovias, ferrovias e estradas) que incluem o uso de recursos hídricos e energéticos comuns e constitui, com isso, uma geopolítica de ocupação do território nacional e também das fronteiras com Argentina e Paraguai. Ainda, a soja, em função de sua cotação dolarizada no mercado de *commodities*, atrelada aos dispositivos do câmbio real/dólar, é a razão alegada para a valorização do preço da terra, que encarece e dificulta a oferta e a desapropriação e a compra de terras para fins de reforma agrária, que, por sua vez, constitui-se na maior demanda estrutural à consolidação da democracia no Brasil e em torno do que se aglutina o maior movimento social do país, onde estão trabalhadores rurais, pequenos agricultores, camponeses e sem-terra.

A definição da posição do Estado brasileiro, através das ações e decisões do governo federal com relação à liberação da soja transgênica na agricultura brasileira é emblemática para compreender a lógica que orienta no interior do governo a composição dos interesses em disputa na incorporação e na regulação do uso das sementes de soja com a tecnologia

⁸³ Reeleito em 2006, fica no cargo até o final de 2010.

⁸⁴ Unicamp.

⁸⁵ IBGE 2006

⁸⁶ Prognósticos safra 2006, IBGE, nov. 2005. Exportações, embarque de grão, farelo e óleo.

patenteada pela multinacional Monsanto na matriz crucial (agricultura) para a economia agro-exportadora do país, e na política de superávit comercial, inserida na lógica do pagamento da dívida externa. Cabe lembrar que parte importante da dívida externa nos países da periferia capitalista como o Brasil, foi assumida pelo Estado em função do endividamento da agricultura através do crédito incluído no pacote da Revolução Verde.

No caso brasileiro, a produção a qualquer custo se legitima no contexto de exportação e da dívida externa, onde o horizonte do saldo positivo na balança de pagamentos absolve e redime os custos sociais e ambientais do agronegócio.

Quando o movimento social identifica a empresa Monsanto como alvo na luta contra os transgênicos (que de fato detém o monopólio mundial de 88% de todas as variedades de sementes comerciais de soja⁸⁷, além da patente da soja *Roundup Ready* é em questão) esta objetivação deve ser ampliada e compreendida como estratégia de referência simbólica, de identificação de um campo de inteligibilidade de uma questão eminentemente política: dos mecanismos de dependência e de inserção subordinada, não soberana, no mercado mundial.

O exercício do poder no âmbito do controle do sistema agroalimentar mundial pelas empresas transnacionais, mas que *depende da intermediação dos Estados nacionais* na progressiva e corrosiva alienação das condições estruturais à soberania alimentar (como as sementes) dos países subordinados.

Uma problematização mais complexa do avanço do agronegócio no país, em vista dessa dinâmica, deve inserí-lo como etapa lógica do processo global de dominação (definitiva) da agricultura pelo capital, com o monopólio das empresas de sementes no mundo e as novas biotecnologias produtivas, no marco das normas legais internacionais de proteção das patentes e da propriedade intelectual e os mecanismos de sanção comercial (OMC/TRIPS).

Isso traduz-se no direito internacional de cobrança de royalties em relação à propriedade intelectual e as sanções ao país descumpridor, caso isso aconteça, no painel de arbitragem internacional da OMC. Ponto. O marco legal da nova etapa de acumulação, a *enclosure* dos bens comuns, se processa nesta forma. O direito (do capital) de estabelecer-se e das mercadorias circularem é intermediado pelo Estado de direito, no sentido do termo anglófono *rule of law*: regra, comando, *poder*, império da lei.

E da juridicização dos conflitos sociais; no caso da ‘violação’ do direito de propriedade intelectual isso motiva ação criminal contra os agricultores.

⁸⁷ Boletim 227 Campanha *Por um Brasil Livre de Transgênicos*.

Neste sentido, a liberação do plantio de transgênicos no Brasil oferece um exemplo bem concreto da concepção weberiana de Estado como monopólio da violência legítima e seus dispositivos jurídicos para fazer-se cumprir, que se manifesta paradoxalmente, exercendo a força para fazer cumprir o direito (de propriedade) das transnacionais contra o interesse público. Na aparente arena onde a discussão se coloca como ‘burocrática e técnica’ se mostra uso dos instrumentos de violência física, contando, na época da entrada das sementes transgênicas ilegais no Rio Grande do Sul, com ações da polícia federal e da brigada militar na inspeção das propriedades.

Já outra violência foi a medida provisória assinada pelo vice-presidente em exercício, José de Alencar, em 25/09/2003 para liberação emergencial - dado o fato (criminoso) consumado - levando em consideração às condições nas quais ocorreu, contrariando a proibição legal em vigor, a posição de uma parte do governo (entre eles os ministérios do meio ambiente, da saúde e do desenvolvimento agrário) e a coalizão da sociedade civil organizada (consumidores e ambientalistas) e os movimentos sociais do campo em contrário⁸⁸

Por isso, *as formas de manifestação da violência legítima precisam ser refinadas à luz das reformas estruturais na natureza e atribuições do Estado ocorridas durante a década de 90, na incorporação do neoliberalismo como ideologia oficial e da identificação, em escala mundial, entre política e comércio, estado e mercado.* Neste âmbito, a liberação da soja transgênica no Brasil traz elementos elucidadores para ajudar a compreender a dinâmica deste *estado-mercado* em sua *multifuncionalidade* ao capital.

Sob as condições específicas em que ocorreu, a liberação da soja transgênica no contexto da agricultura brasileira exemplifica as mudanças na natureza do Estado na contradição entre seus poderes constitutivos. Neste caso, uma proibição jurídica, na defesa do princípio de precaução em relação aos direitos coletivos de saúde pública e do meio ambiente é suplantada por uma medida executiva ‘provisória’ e *administrativa*, para garantir a viabilização da atividade econômica de particulares, que haviam plantado, ilegalmente, a soja transgênica. O uso de meios ilegais, como o contrabando à origem da introdução das sementes, na criação da política do *fait accompli*, caracteriza a lógica do fato consumado, que remete, mais uma vez, ao raciocínio circular já mencionado aqui segundo o qual a existência

⁸⁸ No contexto brasileiro, o poder simbólico de aglutinação em torno da campanha “Por um Brasil livre de transgênicos” oferece um fio condutor capaz de percorrer a complexidade das transformações envolvidas na reconfiguração do capitalismo na etapa neoliberal, e daí reconhecer o lugar legítimo das disputas, ampliando a questão agrária em seus efeitos para o conjunto da sociedade e tendo no horizonte o parâmetros do sistema agroalimentar mundial.

do capitalismo é o que justifica sua manutenção. Além disso, ilustra a idéia de esvaziamento da dimensão política pela sobredeterminação da economia e da prerrogativa de atender e garantir os interesses do mercado.

Esta aparente contradição interna na natureza do Estado democrático de direito reflete na escala doméstica o processo bem mais amplo de ocupação da estrutura estatal, em sua violência legítima intrínseca, como meio de execução dos interesses do mercado, personificados pelas transnacionais e constituído em escala global.

Este processo de ocupação da estrutura do Estado tem como objetivo a naturalização de uma certa ordem social internacional, de submissão de povos e ecossistemas para a manutenção da lógica colonial e colonizante, mas que é incorporada e defendida por interesses que se apresentam, na periferia, como nacionalistas e produtivos; no caso brasileiro, a ocupação do Ministério da Agricultura durante o primeiro mandato do governo Lula pelo até então presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), Roberto Rodrigues, é um exemplo disso.

A questão agrária nacional hoje se configura neste impasse. No contexto da globalização e na realidade brasileira, o agronegócio e seu discurso ‘produtivista’ está substituindo o latifúndio ‘improdutivo’ como estrutura de violência e desigualdade, impondo-se no discurso público através da retórica de legitimação produtiva, demarcada na lógica da dívida externa, e definindo sua geopolítica de ocupação do território materializada nos eixos de infraestrutura do país e da região (caso do IIRSA⁸⁹) integralmente pensada para escoar a produção e aumentar o ‘crescimento’ e acelerar o ‘desenvolvimento’, cujos vários projetos estão previstos sob o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no primeiro mês do segundo mandato do presidente Lula.

A lógica de *territorialização produtiva* que esclarece como o agronegócio vêm substituindo o latifúndio como estrutura de desigualdade no campo indica também que a concentração da terra em si hoje *não é a única causa* da expropriação dos trabalhadores do campo, e de sua proletarização. Obviamente, a concentração da propriedade de terra ‘improdutiva’ e a manutenção de enormes extensões persiste, mas, na etapa atual, passa a competir e ser legitimada pela ‘produtividade’, ainda que para produzir monoculturas de exportação, ambientalmente insustentáveis – como tem se mostrado a soja - e de ‘maciços florestais’ de eucalipto para celulose, por exemplo. Este modelo, ainda por cima, dependente de insumos de base tecnológica importada e sob a proteção dos acordos de propriedade

⁸⁹ Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sudamericana (<http://www.iirsa.org>)

industrial e da regulação das patentes. No espaço ao qual foi reduzida a política na cosmovisão neoliberal, na lógica da dívida, e principalmente na manutenção e no aprofundamento deste mecanismo, isto faz perfeito sentido.

A produção, ou ainda *a forma sob a qual à produção vem a ser*, via um pacote tecnológico que a permite integrar-se às cadeias da agroindústria, é que em última análise inserem a produção, qual seja, no sistema e no mercado – dado que as vias de circulação e distribuição também estão integradas à indústria. Neste contexto, a propriedade da terra parece ser acessória à dominação da agricultura pelo capital. Ou seja, o regime de propriedade, a titulação legal que confere a propriedade da terra por si só não garante de fato o controle econômico deste meio fundamental de produção.

A produção agrícola hoje cada vez mais apenas encontra sua justificação social, e intermediação estatal, no modelo ‘integrado’ e aí subentende-se, *integrado ao modelo tecnológico industrial e suas cadeias de circulação e distribuição* (Goodman 1990); uma vez ‘integrada’ à produção ao sistema, e sob esta ótica também, racionalizada e a justificada socialmente no marco da cosmovisão neoliberal.

Por oposição, sempre que alguém é ‘incluído’ e ‘integrado’, se define em relação aos outros (agricultores) que são os ‘excluídos’. A distinção ‘sou integrado’, ‘a vizinha é integrada, mas eu ainda não’ é corrente nas pequenas propriedades do sul⁹⁰. O reiterado ‘ainda’ indica que *a integração é o horizonte mais abarcador da realidade do trabalho no campo*. A adoção de uma tecnologia – como no caso da agricultura de transgênicos - deve ser considerada portanto não apenas como fator técnico, mas em função dos impactos na dinâmica de produção e proletarianização.

O discurso da produtividade em si, esta que só se justifica socialmente em função do atrelamento à indústria (global) e aos preceitos tecnológicos que dela se originam e que para ela convergem, é que se reveste de meio principal de expropriação do trabalho no campo, perversamente qualificada com a invisibilidade e a virtualidade dos mecanismos de poder e opressão opacionados na tecnologia e no discurso científico e na *microfísica do poder* como conceituou Foucault (1979), que significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua.

⁹⁰ Em várias ocasiões a ‘integração’ serviu para identificar, nos relatos, quem sucumbiu ao modelo ou ainda está se mantendo fora, sem entrar no mérito nos aspectos que seriam ‘positivos’ da integração.

Antes de explorar este conceito, proponho recuperar dois discursos distintos que enfatizam a isenção política do projeto tecnológico, visão que contraponho aqui.

3. Discurso e Poder : Segurança e Soberania Alimentar

A questão agrária contemporânea, considerada desde o discurso de oposição à agricultura de transgênicos situa-se ao centro de um grande embate ideológico ao qual convergem movimentos camponeses, ambientalistas, redes de agricultura ecológica, bem como organizações de consumidores ao redor do mundo. O pano de fundo geral deste embate é o contexto internacional de liberalização econômica e o marco da propriedade intelectual dos acordos da OMC, em relação ao qual se forja o movimento antiglobalização, no qual os movimentos camponeses que inspiram este trabalho são protagonistas.

No âmbito *do embate do e no discurso político*, a configuração atual da questão agrária (tal como a defendo aqui) se manifesta no *princípio de soberania alimentar*, formulado pelos movimentos camponeses em distinção à *segurança alimentar* promovido pelos governos e agências internacionais.

Cada uma das formulações é apresentada a seguir.

O termo segurança alimentar, traduzido do termo inglês *Food Security*, está relacionado à oferta, à disponibilidade, ao acesso, às práticas alimentares saudáveis e também à qualidade nutricional dos alimentos. De acordo com a Cúpula Mundial de Alimentação, realizada pela FAO, em 1996,

a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todo o tempo, têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.

No Brasil, a definição adotada pelo CONSEA, a partir da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004, é a seguinte:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o

acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis⁹¹

Importa ressaltar que a realização do direito de todos ao ‘acesso’ no discurso internacional, inclui potencialmente o direito de receber a ‘ajuda alimentar’ de outros países (do norte) e de legitimar as ações dos Estados na importação de alimentos mais baratos que os disponíveis ou que poderiam ser produzidos no âmbito doméstico, que assim se eximem de tratar a fome como um problema político nacional e que deve ser resolvido na estrutura agrícola e agrária de cada país.

Porém, como formulou Josué de Castro (2002[1946] 1951), as relações em essência *coloniais* do capitalismo é que determinam a geopolítica e a geografia da fome. Assim, a defesa da soberania, introduzida a seguir, em contraste com a segurança alimentar, muito mais que apenas introduzir uma nuance retórica, exemplifica a correta identificação do discurso como campo primordial dos embates políticos hoje. Um esclarecimento: como ‘campo primordial’, não que se anteponha ao concreto das lutas e resistências, mas do discurso como dimensão aprisionada pela *doxa* neoliberal e que deve buscar superá-la.

Neste aspecto, segurança e soberania alimentar não seriam sinônimos substituíveis conforme o contexto oficioso ou engajado, nem tampouco podem ser reduzidos a concepções intercambiáveis que exatamente por aparecem reiteradamente lado a lado dissipam seus conteúdos específicos e acabam desgastados e equiparados. Este ponto é especialmente relevante ao tipo de análise proposta aqui uma vez que ambos são princípios que expressam um conteúdo eminentemente ideologizado nos discursos sobre fome e pobreza, campo no qual ‘segurança’ remete a uma visão de mundo bastante distinta de ‘soberania’, termo que invoca uma constelação de significações usualmente atribuídas à figura do Estado, mas também ao exercício do poder constituinte originário de um povo, base do contrato social, e da constituição do Estado moderno desde Rousseau.

O conceito de soberania alimentar apresentado pela Via Campesina durante a referida Conferência Mundial sobre a Alimentação (em comemoração aos 50 anos de criação da FAO), em Roma, 1996 diz o seguinte:

La soberanía alimentaria es el derecho de cada pueblo a definir sus propias políticas agropecuarias y en materia de alimentación, a proteger y reglamentar la producción agropecuaria nacional y el mercado doméstico a fin de alcanzar metas de desarrollo

⁹¹ Fonte: website Embrapa/CONCEA

sustentable, a decidir en qué medida quieren ser autodependientes, a impedir que sus mercados se vean inundados por productos excedentarios de otros países que los vuelcan al mercado internacional mediante la práctica del ‘dumping’, y a darle preferencia a las comunidades locales pescadoras respecto al control del uso y los derechos sobre los recursos acuáticos. La soberanía alimentaria no niega el comercio internacional, más bien defiende la opción de formular aquellas políticas y prácticas comerciales que mejor sirvan a los derechos de la población a disponer de métodos y productos alimentarios inocuos, nutritivos y ecológicamente sustentables. La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos, de sus Países o Uniones de Estados a definir su política agraria y alimentaria, sin dumping frente a países terceros. (VIA CAMPESINA, introdução da DECLARACIÓN SOBERANÍA ALIMENTARIA 1996).

O princípio político da soberania alimentar oferece um ‘mapa cognitivo’⁹² para a apropriação do universo de questões que, tomadas sob seu prisma se revelam unificadas e encadeadas na lógica de um processo. O termo chave aqui é *dumping*, utilizado no comércio internacional sem tradução e que por isso mesmo já atesta, na capacidade da linguagem para exprimir relações sociais, sua origem nas características das estruturas mentais e sociais anglófonas. *Dumping*⁹³ significa : ‘a ação ou expediente de pôr à venda produtos a um preço inferior ao do mercado, especialmente no mercado internacional, para se desfazer de excedentes ou para derrotar a concorrência’.⁹⁴ Na prática, é a *venda exterior* de qualquer produto com preço inferior a seu custo ou ao preço praticado no *mercado interno* do país exportador.

Este termo, embora encontre tradução do que a ação significa de fato, não tem equivalente em outras línguas que designe esta mesma prática. O substantivo *dump* significa ‘lixo ou material inútil acumulado que se descarta’. Um pouco de história sobre a etimologia da palavra mostra que o termo *dumping* aparece em 1857 como gerúndio do verbo *dump*, de 1784, ‘despejar, desfazer-se de, jogar fora, vender em quantidade a baixo preço’. Sua origem, não por casualidade, vem do holandês *dampen* ‘imersão, derrubar’ quando o controle dos preços internacionais ainda passava pela bolsa de cereais de Amsterdã. A genealogia do poder, no caso as práticas coloniais e imperialistas, se mostra assim nas palavras como nas coisas.

⁹² Jameson, citado por Alimona 2001. A noção de ‘mapa cognitivo’ de Jameson que estou aplicando aqui à soberania alimentar é um exemplo da elaboração teórica do marxismo contemporâneo que procura atualizar a materialidade das questões do capitalismo realmente existente frente aos dogmatismos da tradição.

⁹³ Pela definição do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio entre as nações que fazem parte da OMC) *dumping* ocorre quando o preço FOB do produto exportado para o país 2 for menor que o preço do produto similar no país 1, de origem (chamado valor normal). Se a comparação anterior não puder ser feita, *dumping* será definido quando o preço FOB do produto exportado para o país 2 for menor do que uma das seguintes alternativas: (a) o preço do produto similar exportado do país 1 para outros países ou, (b) os custos de produção e venda do produto exportado.

⁹⁴ HOUAISS (2001) Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Historicizada, esta prática, bem como o termo *dumping* que a designa, remete, em grandes ciclos, ao controle do mercado de cereais europeu pela Holanda, ao episódio das *Corn Laws* na Inglaterra sob o embargo Napoleônico, passando pela introdução da produção de cereais dos Estados Unidos no mercado mundial e tem um capítulo definidor com o Plano Marshall de reconstrução da Europa, e de construção da hegemonia do imperialismo norte americano.

Durante o escoamento dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos para a Europa no pós-guerra o Plano Marshall '*dumping was secondary to recovery*' (Friedmann 2001), período em que também se formam e se afirmam as instituições do sistema *Bretton Woods* e uma nova ordem mundial hegemônica sob o padrão dólar/ouro para a conversão do câmbio e com isso *um mecanismo de atrelamento dos preços globais em sua formação histórica*. As exportações agrícolas e a ajuda alimentar dos Estados Unidos neste período foram também definidoras da atual lei agrícola americana e da PAC da UE. Após esta breve digressão etimológica, volto à análise do discurso.

A definição de Soberania e de poder é compreendida pelos movimentos camponeses como relacional ao mecanismo de 'dumping'. Este processo refere à apreensão de uma macro-estrutura, a natureza do sistema agroalimentar mundial em seu conteúdo político, ou seja, no que toca à manutenção de uma certa ordem entre os Estados nacionais que compõem o sistema-mundo, submetido à lógica do comércio global e determinado, neste aspecto, por um mercado mundial de alimentos em sua constituição histórica.

A idéia central é que os Estados nacionais hoje têm o exercício da sua soberania determinada ou limitada pelo sistema agroalimentar mundial, na lógica de integração e verticalização das cadeias produtivas. Esta integração, considerada na submissão da agricultura e do campo à agroindústria, significa também a ocupação produtiva do território e o controle de fato sob os recursos naturais. Como explica Friedmann (2000) com o conceito de sistema-mundo de Wallerstein, a obtenção e a garantia da provisão de alimentos e de territórios (conquistados e submetidos para este fim) é estrutural à constituição dos Estados e das economias modernas.

No diagnóstico da Via Campesina o eixo de poder dos Estados está deslocado. Invocando o contexto epistemológico e a estratégia discursiva que caracterizam o neoliberalismo, 'soberania' opõe-se à 'subjugação' e 'dependência'. Mas como já foi destacado aqui, tudo o que pode ser dito em relação ao arranjo social neoliberal, sempre se refere também à redefinição do papel do Estado e suas atribuições nesta fase do capitalismo

para garantir a acumulação, e o ‘crescimento’ da economia, dissociado de um projeto político e social. A idéia de ‘blindagem’ e ‘estabilidade’ da política econômica como a ‘taxa de juros’ e outras ficções desta cepa (e o próprio sentido de ‘política econômica’ como uma esfera dissociada das relações sociais concretas) expressam isso.

Seguindo essa perspectiva, *uma teoria geral do Estado abrangente das questões próprias ao capitalismo no século XXI deveria levar em consideração a ocupação produtiva dos territórios nacionais e o controle de reservas de recursos naturais à luz da integração do campo sob a lógica produtiva das empresas transnacionais do setor agroalimentar*. Da mesma forma, se soberania dos Estados na indissociável dimensão econômica e política pode ser repensada à luz da integração com as transnacionais, *os mecanismos de dependência e a submissão à lógica colonial podem ser encontrados nas mesmas cadeias produtivas da agricultura integrada ao mercado global*.

No contexto das negociações da OMC, a agricultura foi identificada exatamente como o ponto inflexível de negociação por representar a vulnerabilidade de todo arranjo do sistema agroalimentar mundial e nele esta esfera transnacional de poder.

3.1 Desconstruindo o Debate: Tecnologia e Ideologia

Sempre que algo é dito em relação ao neoliberalismo é dito também em relação ao papel do Estado e às suas atribuições para garantir a ordem social neoliberal. Sendo assim, em contraponto à *soberania* alimentar que defendem os movimentos camponeses, a qual exclui os transgênicos, o discurso oficial é construído sobre a *segurança* e a *precaução*, que invocam universos de significados distintos.

Na dinâmica exposta no caso brasileiro, a opção pela liberação dos transgênicos e sua incorporação na matriz produtiva da agricultura se justificou, em última análise, no contexto das vantagens de mercado para o agronegócio. No contexto brasileiro essas vantagens de mercado significam especialmente garantir a exportação de monoculturas, em que pese a relevância que representam na manutenção de uma balança de comércio ‘favorável’, pensada por sua vez no macro contexto da lógica (circular) da dívida⁹⁵.

⁹⁵ Já apresentei nos antecedentes da configuração da questão o papel da revolução verde em geral, e da expansão do complexo da soja em particular, na etapa de aquisição das dívidas externas nos países do terceiro mundo – e

As vantagens econômicas de inserção e competitividade no mercado internacional e a retórica ideológica da produtividade, sempre atrelada ao câmbio do dólar, justificam e legitimam os custos socioambientais do agronegócio. A possibilidade de dissociar no discurso e na prática o ‘econômico’ da materialidade dos processos é a característica definidora da cosmovisão neoliberal e da fratura epistemológica da racionalidade de mercado. No caso da ‘soja sustentável,’ a estratégia de legitimação já foi denunciada como ‘gatoverdismo’ (Rulli 2004), evocando Gramsci e os mecanismos de legitimação e perpetuação do poder, onde tudo deve mudar para poder permanecer igual.

Nesta circularidade a tecnologia desempenha um papel central para que a existência do capitalismo se revista de justificativa para sua manutenção.

Todavia, como se fosse possível isolar a tecnologia ‘em si’ dos seus usos, o debate público se estrutura em outro eixo. A seguir apresento dois exemplos distintos de discurso que enfatizam que a polêmica sobre os transgênicos está ‘mal focada’. Embora destaquem aspectos diversos, ambos isentam a discussão sobre o caráter ideológico da tecnologia.

Uma vez que a ocupação do Estado (em questão) depende formalmente de um plano da representação eleitoral partidária, onde se apresentariam os conteúdos políticos dos diferentes projetos em disputa (de outro modo, pois a democracia se resumiria à competência técnica de uma ou outra equipe) os exemplos a seguir integram cadernos de discussão teórica e programática de dois partidos que se apresentam como antagônicos.

No caso, é interessante observar que o discurso que seria de esquerda, representado pela posição à esquerda do governo do PT, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, apesar de relacionar a fome com seu caráter político, tem o mesmo suposto irreduzível do discurso exemplarizado no debate de idéias do PSDB. Ao fim, apesar das nuances retóricas, os dois discursos absolvem a tecnologia, e com ela o que está de fato em jogo.

Contudo, na argumentação pública sobre os transgênicos o eixo de oposição é enfatizado com relação aos *riscos* ambientais, à saúde humana e animal e aos direitos dos consumidores (não por acaso, a ação judicial que deu início à batalha judicial contra a liberação dos transgênicos no Brasil foi movida por duas ONGs que representam exatamente estes domínios da sociedade civil: o Greenpeace e o Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC). Uma vez que o traço definidor da sociedade neoliberal segundo a elaboração teórica

da financeirização do campo e da agricultura, onde através do crédito, parte essencial do pacote tecnológico da revolução verde e dos híbridos, acabou embutido o mecanismo da dívida, assumido pelo Estado como dívida pública. A perspectiva crítica sugere que hoje a lógica (econômica) do pagamento da dívida é em suma o alibi (político) do Estado brasileiro para liberar a introdução da tecnologia transgênica

de um de seus mais conhecidos expoentes é o ‘risco’⁹⁶, a economização das relações sociais é mediada pela incorporação deste risco, associado à sobredeterminante ação do mercado.

De acordo com essa lógica geral, a defesa do *Princípio de Precaução* é o eixo principal em torno do qual se orienta o discurso público – do Estado- de oposição, senão de resistência aos transgênicos. Entretanto, a defesa (vaga) da biossegurança, acaba por deslocar e eximir uma discussão sobre o teor ideológico dessa tecnologia, que relações sociais ela encarna, confundindo efeito com sua causa. Além disso a precaução é definida na legislação, onde voltamos aqui ao ponto que já levantei anteriormente sobre os mecanismos de mediação e regulamentação (e violência) do Estado. No exemplo de discurso a seguir estes pontos são evidentes. Gostaria de destacar a forma como as premissas e o primado do econômico são afirmados e em seguida matizados ou incrementados com a nuance social, como se fossem domínios distintos.

A seqüência esclarece o que seria a doxa neoliberal e a estratégia discursiva do neoliberalismo ao qual está presa a esquerda hoje e que dá a medida do discurso como campo de embate político:

Avançar na liberação indiscriminada no meio ambiente de produtos resultantes da engenharia genética *sem as devidas precauções, já previstas na legislação*, é uma temeridade, uma vez que o cultivo de plantas transgênicas poderá provocar a disseminação de transgenes, cujos efeitos, particularmente sobre os componentes da biodiversidade, são difíceis de estimar e podem tornar-se irreversíveis.

O foco da discussão deve, portanto, sair da questão da tecnologia e se concentrar na biossegurança, já que o problema real aparece após o transgênico ser produzido. A discussão levada a efeito, atualmente, contém inúmeros equívocos. O plantio de transgênicos no Brasil vem sendo associado mais uma vez, como já ocorrera na Revolução Verde e em outras ocasiões, à eliminação da fome. Ora, sabemos que temos aí duas ordens de problemas. *A eliminação da fome e da situação de miséria* que afetam milhares de brasileiros será feita por meio de políticas públicas determinadas a atingir esse fim, que, por sua vez, só será alcançado com o apoio de toda a sociedade. E, mais uma vez, as empresas interessadas na referida liberação – dispensando a necessária precaução que o atual estágio de conhecimento sobre os efeitos da tecnologia impõe – não se pautam por essas *causas*, seja aqui, seja em outros países.

O Estado existe para fazer a mediação. Se de um lado os interesses de mercado são legítimos, dentro de um conjunto de regras, de outro, em seu propósito de maximização do lucro, podem vir a ser destrutivos a ponto de se tornarem fator de dano e desequilíbrio social. Isso tende a ocorrer sempre que o Estado se omite e não cumpre seu papel.

⁹⁶ Giddens 1991

Entendemos que os cultivos transgênicos poderão ser adotados futuramente em nosso país; não há contra eles, de parte do governo, uma posição ideológica, que poderia ser vista como obscurantista. Ao contrário, somos favoráveis à pesquisa sobre OGMs no Brasil, dentro da realidade ecológica de nossos biomas. O que não pode acontecer é um açodamento que nos leve a introduzir aqui um cavalo de Tróia que traga em seu ventre problemas ambientais e perda de autonomia e potencialidade de mercado independente para nossa agricultura.

Assim, por se tratar de nova tecnologia e considerando as incertezas em face do reduzido conhecimento científico a respeito dos riscos dos OGMs, torna-se indispensável que *a liberação de plantas transgênicas* para plantio e consumo, em larga escala, *seja precedida de uma análise criteriosa de risco e licenciamento ambiental, respaldada em estudos científicos, conforme prevê a legislação vigente.* Além disso, a decisão deverá levar em conta a pertinência do ponto de vista econômico, da dimensão social, da diversidade cultural, e o contexto geopolítico global. Essa é a posição do governo brasileiro e, caso não fosse esse seu comportamento, poderia e deveria ser questionado pela sociedade por negligência e omissão.

Marina Silva (2003) *Fatos e Responsabilidades* Teoria e Debate (revista de discussão do PT) nº54 (jun/jul/ago)

No outro exemplo do debate doméstico, Graziano (2000), em *Transgênicos e o Poder da Tecnologia* é taxativo:

é no marco da epistemologia e da religião que a polêmica precisa ser entendida: ser contra a transgenia significa estar a favor do atraso científico. Em consequência, essa discussão polarizada, contra ou a favor dos transgênicos, *latu senso*, é totalmente descabida. Ninguém pode, em sã consciência, ser contra a ciência, nem a favor do atraso da humanidade. Nesse sentido a polêmica existente na sociedade está mal focada. Questionável não é a ciência, mas sim seus produtos tecnológicos e, principalmente, o uso das tecnologias desenvolvidas.(...) A favor da ciência sempre. Esse é o único caminho a seguir !

Graziano (2000) *Os transgênicos e o poder da tecnologia*. Idéias e Debates (cadernos de discussão PSDB) n.33.

Parece ser apropriado, para apresentar as contradições do modelo partir exatamente desse ponto, “*é no marco da epistemologia e da religião que a polêmica precisa ser entendida*” : da crítica epistemológica à racionalidade científica que provocou o que Max Weber chamou de *desencantamento do mundo* (Pierucci 2003), e nele a transposição do domínio da fé religiosa para a crença no progresso científico e na identificação dos hereges como aqueles que se insurgem contra a tecnociência.

Nos dois exemplos do debate público a discussão sobre transgênicos não admite polarização em termos pró ou contra o avanço da ciência, no caso, do que seria a “ciência

agrícola”. A naturalização da idéia de que existe tal coisa como uma “ciência” agrônômica - no sentido de um conhecimento universal e universalizável sobre a atividade agrícola, possível de ser abstraída dos ecossistemas e dos contextos e práticas culturais, onde a agri-**cultura** de fato se realiza - está na raiz histórica e ideológica que constitui o agro-**negócio** contemporâneo.

Em sua origem, a racionalização da ‘fertilidade’ e da ‘produtividade’ agrícola baseada no modelo agroquímico foi concebida para atender as necessidades de desenvolvimento da indústria com o provimento de fibras e para suprir a dieta operária na Europa, mas que ao mesmo tempo supunha um lastro colonial de territórios ocupáveis pelas monoculturas que a mesma escala industrial demandava.

O surgimento no século XIX da noção de *agronomia* (da raiz *nómos*, lei) para a realização do que antes era *agricultura* seria o principal antecedente histórico nas origens da forma social de pensar e das condições objetivas de realizar uma agricultura industrial hoje.

Essa torção conceitual, à época, foi a materialização do projeto de apropriação do mundo (e de racionalização) através da ‘criação de um sistema universal de mensuração e com ele a naturalização do olhar imperialista’(Pratt 1999) e o forjar de uma *consciência universal* e sua expressão quantificável e numérica.

É esta idéia central, do avanço da ciência como vetor e índice numericamente apreensível e quantificável do “progresso histórico” (como nos ‘índices’ que medem a ‘pobreza’) que sustenta sua retórica de legitimação produtiva; ao quantificar também a economia, descolando-a dos processos materiais do trabalho e da natureza transformada em sociedade, esta *consciência universal* hoje justifica também o primado técnico e operativo das cadeias da agroindústria, e do ‘agronegócio’ sem questionar sua dimensão de poder.

Na perspectiva radical, ou seja, que remonta à raiz, a ciência burguesa e seu discurso racionalizante é um edifício construído inteiramente sobre uma ordem e um mundo permanentemente cindido e fraturado. O exemplo paradigmático desta ruptura, é o surgimento e a pretensão a uma “ciência” agrícola, um corpo de conhecimento pretensamente universal, de aplicação de suas leis (e de seus pacotes tecnológicos) dissociados da realidade ambiental e cultural, abstraindo uma idéia quantificável de fertilidade do solo traduzida na produtividade bruta por hectare, mas que também é medida para a exploração do trabalho humano e do trabalho da natureza⁹⁷. O agronegócio pode ser entendido como matriz que

⁹⁷ Idéia que será elaborada mais adiante.

sobredetermina as relações sociais no campo através da economização que opera nas relações e categorias de percepção sociais, na imposição de um tempo de produção cada vez mais ditado pela indústria e não mais pela natureza.

A necessidade de controlar a produção através da aplicação da “ciência” agrônômica se expressa no modelo agroquímico e no sistema de *plantation*, duas criações históricas, dependentes do processo de industrialização e exemplos da racionalização e naturalização de fenômenos sociais e ambientais que apenas se justificam sob a lógica e a sociabilidade capitalistas; nesta linhagem se insere hoje o agro-**negócio** e a agro-**energia**⁹⁸.

O horizonte da *agroenergia* será apenas esboçado no âmbito deste trabalho, uma vez que estou tratando de demarcar aqui um marco mais geral, a lógica de instauração e reprodução do sistema. Contudo, para pensar esta nova frente de expansão do agronegócio e sua nova investida de territorialização produtiva apresento a seguir uma ferramenta de análise que pode orientar esta reflexão.

4. *Macrossistema Técnico*

A duas mercadorias fictícias que sustentam a sociedade industrial seriam a terra e o trabalho, segundo Polanyi (2000[1944]). A produção industrial e o capitalismo dependem da possibilidade da venda da força de trabalho e da compra e venda da terra no mercado, como noções aceitas e naturalizadas socialmente. Além disso, em relação à terra, a produção industrial depende de dois fatores que hoje se condicionam mutuamente: a propriedade da terra e um *macrossistema técnico* que condiciona a produção e o trabalho à indústria, ou seja à agroindústria em relação à qual o agronegócio se define.

É com relação à este macrossistema que se define a proletarização enquanto movimento lógico e epistemológico estrutural da alienação e portanto, da espinha dorsal do sistema capitalista. A referência ao conceito de *macrossistema técnico* elaborada por Grass (2003, 2001) é tomada do campo de estudos sobre a antropologia das técnicas e da escala de problematização, neste campo, do que seria uma metafilosofia do progresso.

⁹⁸ E em breve dos **agro-petro-negócios**.

O conceito de *macrossistema técnico* para definir o que seria a ilusão da ‘fatalidade técnica’:

O homem moderno não é apenas um ser cuja vida está moldada pelo trabalho e pelo desejo investido no consumo. Ele também é aquele cujo conforto na vida cotidiana depende, a um nível infinitamente mais alto do que antes, de entidades invisíveis e onipresentes: ele é o homem conectado que descreve o imaginário popular. Conectado pela tomada à usina elétrica, conectado pela bomba de gasolina aos poços de petróleo do Kuwait, (...) Este homem, cercado de objetos técnicos, vê a técnica apenas sob a forma mais ingênua e menos perigosa. Ele admira a grandeza da técnica e do poder, não percebendo que se torna totalmente dependente. Ele não sabe nada sobre a maneira como são dirigidos os grandes sistemas técnicos que se ocultam sobre a superfície real do cotidiano, e que, tal como polvos, abrem seus tentáculos para fazê-los sair em pontos precisos da superfície da sociedade.

O corpo do polvo se reveste de numerosas formas, entre as quais está aquela que identifiquei como os macrossistemas técnicos, grandes sistemas de transporte de matérias e de signos que ramificam o conjunto do campo social (Grass, 2001 p.23 grifos meus).

Apresento a seguir um resumo da problemática que está na origem do conceito de macrossistema técnico (Gras 2001: 23-33).

Na modernidade o saber erudito serviu de suporte às ‘aventuras tecno-científicas’ que se resumem no mote ‘nada detém o progresso’, exemplificado na tese de defesa dos transgênicos no discurso doméstico: “*A favor da ciência sempre. Esse é o único caminho a seguir !*” . Uma vez que a tecnologia é socialmente construída e de que por isso, ‘é vã a procura de um porvir autônomo de técnicas, orientado pela eficácia’, à qual poderíamos acrescentar, orientada pela ‘produtividade’.

A maneira de pensar moderna está fundada na crença de que existe um sujeito do progresso histórico e na tradição racionalista o progresso é um ‘desígnio da natureza’. Esta referência subterrânea e invisível, ‘portanto inatacável’, sustenta a filosofia do progresso no discurso erudito. A crítica de Gras parte de identificar e reconstruir nece como ‘cada técnica encarna uma relação social específica’. Neste sentido desenvolve-se um ponto cego na filosofia das ciências: ‘se existisse uma progressão tecno-lógica, ela deveria seguir o eixo orientado em direção a um ‘sempre mais’ por vir em termos de eficácia. Entretanto aqui há o risco da cilada funcionalista e neo-darwinista (‘uma técnica melhor caça a outra’), que pode ser explicada com o recurso à antropologia, onde exemplos etnografados, evocados para contrastar à concepção racionalista, demonstram como ‘o objeto é sempre uma metáfora de uma relação social e é neste sentido que ele também é simbólico’.

Na perspectiva da antropologia voltada ao estudo da cultura material, estudos sobre ferramentas ilustram como ‘o resultado do trabalho no ambiente é apenas um dos elementos do conjunto muito mais amplo’. Cada versão da ferramenta a re-insere em um universo de sentido em que as ferramentas - para a derrubada de árvores, por exemplo - não é em essência apenas uma atividade produtiva, mas poderíamos ver aí a síntese complexa de expressão do campo social em todas as suas dimensões sistêmicas.

A madeira servirá para construir moradias, fazer objetos, fogo, papel, etc. E nisso é uma dinâmica social maior que determina *se a machadinha ou a serra elétrica* será mais ‘eficaz’ para a derrubada da madeira, uma vez que *a eficácia é relacional aos processos produtivos tais como estes se estruturam e se justificam socialmente*.

Ilustrando este aspecto relacional com o tema proposto neste trabalho, a ciência agrônoma e as inovações tecnológicas que ela produz, para a agricultura, visam essencialmente ‘reduzir a dependência do processo produtivo das condições naturais que limitam a acumulação do capital, uma vez que as variedades geneticamente melhoradas, permitem uma produção quase contínua ao longo do ano agrícola, desrespeitando as épocas tradicionais de cultivo e colheita’(Silva 1999).

Este ‘**melhoramento**’ é portanto **em relação à capacidade de produzir variedades ‘melhores’ à formatação e funcionamento da agricultura condicionada aos fins do sistema capitalista de produção**. Este é em essência o ponto em que os transgênicos são uma opção produtiva ‘melhor’. É melhor para a inserção, no modo em que o capitalismo atual determina, da capacidade produtiva da agricultura brasileira aos fins do sistema global, e sua manutenção, legitimado e impulsionado pela universalidade do ‘desenvolvimento’ e do ‘crescimento’ econômico e do ‘progresso científico e tecnológico’.

Diante disso, *o discurso que busca contrapor-se ao avanço - do capitalismo - representado pelos transgênicos depende de fundamentar uma crítica epistemológica ao discurso científico e a suposta neutralidade da tecnologia em relação ao uso ao qual pode ser destinada. Para tanto, é imprescindível introduzir distinções teóricas*.

A contração ‘tecnociência’, no caso, serve para expressar precisamente o estado atual de relação entre ciência e técnica (Bruseke 2001, Kurz 2003a, 1993). Como hoje elas se desenvolvem em mútua dependência, não é fácil nem evidente estabelecer as fronteiras entre elas.

A ciência investiga, em grande parte, impulsionada pela busca de soluções para problemas concretos através da tecnologia, mas a ciência, entendida como investigação sem outros fins que o próprio conhecimento, depende, para seu desenvolvimento, *de instrumentos cada vez mais tecnologicamente sofisticados* e do espaço dos laboratórios nos centros de pesquisa. *Hoje a ciência é função da tecnologia, ao mesmo tempo que cria tecnologia.* O termo ‘tecnociência’ expressa esta *circularidade*; ‘designa as ciências inseparáveis de sua aplicação prática através da técnica, e também as ciências como geradoras de técnicas, introdutoras não apenas de saberes, mas de *novos poderes no mundo*’(Fafián 1999: 98). No caso da *bio-tecnologia* seria o *bio-poder*. E uma vez mais a recorrente circularidade que justifica e mantém o sistema.

Esta relação entre conhecimento e poder, indissociável de interesses econômicos (transnacionais) e de relações de dominação (coloniais), é apropriadamente o ‘marco da epistemologia’ (“*é no marco da epistemologia e da religião que a polêmica [dos transgênicos] precisa ser entendida*”). Seria a religião ‘agredida desde a idade média pela ciência’ que justifica o reacionarismo e conservadorismo ao progresso científico, e logo, é o sentimento religioso e primitivo de alguns, a saber aqueles que ainda se opõem aos benefícios e ao mundo melhor dos transgênicos que, negando o progresso, preferem permanecer na idade das trevas da razão.

Se nas sociedades ‘primitivas’ cada ferramenta encarna uma relação social, isso vale também para a época contemporânea: ‘quando se inventa uma máquina inventa-se concomitantemente uma relação de trabalho’(Sahlins 1978). Isso aparece já em Marx na Ideologia Alemã. A passagem da manufatura à grande indústria pode, de fato, ser interpretada aí como uma solução técnica para um problema político: manter a dominação social pelo exploração da mais valia e pela escravização econômica obtida graças ao trabalho assalariado e à fábrica mecanizada⁹⁹.

A noção histórica do contexto político deve ser incorporada à noção de trajetórias tecnológicas, onde duas concepções aparentemente heterogêneas resumem-se: a eficácia da

⁹⁹ A perspectiva histórica do contexto político deve ser incorporada à noção de trajetórias tecnológicas, onde duas concepções aparentemente heterogêneas resumem-se: a eficácia da técnica e a autonomia do seu por vir. Assim, os critérios técnicos dão a impressão de uma objetividade impermeável ao social e portanto a sua ética.

técnica e a autonomia do seu porvir. Assim, os critérios técnicos dão a impressão de uma objetividade impermeável ao social e portanto a sua ética¹⁰⁰.

Para existir o artefato tem necessidade de um meio técnico e, com o advento da modernidade, este artefato se torna, assim como os seres humanos, totalmente dependente do sistema técnico:

Um automóvel se liga a bomba de gasolina que se liga a uma rede gigantesca de poços de petróleo em geral bastante afastados. Essa rede é composta por numerosas sub-partes heterogêneas: refinarias, caminhões de transporte, oleodutos, plataformas de perfuração e enfim, um poderoso exército para protegê-las. Sem esta rede, o automóvel é apenas uma carcaça vazia'. Por outro lado, as carroças, dispensavam estas redes e encontravam localmente, nos pastos, sua fonte de energia.

Fazendo aqui uma analogia com o tema que ocupa este trabalho, na integração da agricultura às cadeias da agroindústria, o pacote tecnológico que inclui as sementes patenteadas e modificadas visa, sumamente, através da tecnologia, atender os padrões (que se reduzem à homogeneidade de produtividade, sabor, aparência, etc) da própria indústria, que se apresentam com uma suposta neutralidade ao conteúdo da 'inovação tecnológica'; *como as sementes transgênicas, que visam também conectar a semente, ou desde a semente, a produção – e assim o trabalho – a uma rede muito maior.*

Como no exemplo do carro, os alimentos, e as sementes, precisam conectar-se à rede global do sistema agroalimentar mundial, que dita o quê e como se planta, colhe, distribui, processa, embala, circula e faz chegar à gôndola na qual se restringe a liberdade do consumidor, a mercadoria comestível. Por outro lado, por trás da produção e patenteamento dos eventos e dos processos transgênicos, está uma rede de cientistas, formados em universidades e centros de pesquisa, que se constituem como comunidade científica através de pesquisas, laboratórios, publicações, congressos, prêmios, etc. Esta grande rede pode ser vista como um organismo que se auto-sustenta, se financia e se retroalimenta.

Além disso, *a rede do sistema agroalimentar mundial, onde se inserem os transgênicos, é estruturalmente dependente da mesma fonte de energia do carro: combustíveis fósseis não renováveis.*

¹⁰⁰ Deste ponto de vista o progresso pode ser encontrado em todas as partes: armas, pesticidas, OGMs, todos fazem parte “dessa teodicéia [que] permite a última interpretação da lógica da negatividade” (Peter Sloterdijk citado por GRAS 2001).

A queima destes combustíveis é que enfim alimenta a circulação global de alimentos–mercadorias, as *food miles*¹⁰¹, racionalizadas economicamente na lógica do pacote tecnológico da agricultura industrial de base agroquímica, que conecta os alimentos à mesma *rede do petróleo que abastece os carros*, e logo, à mesma geopolítica militar para protegê-lo. Esta geopolítica, por sua vez, condiciona a ocupação efetiva de territórios, tanto na extração de energia (petróleo, gás, água) como nas formas de ocupação produtiva que a justifica, que chamei na descrição do caso brasileiro, de processo de territorialização produtiva.

Mas, o petróleo é um recurso não renovável. A estimativa sobre quanto petróleo ainda existe varia. Mas já existe uma consciência global de que progressivamente deverá ser substituído como matriz energética e como matriz industrial (plásticos, químicos, têxteis, etc) *para garantir a produção e reprodução do próprio capitalismo*.

Paradoxalmente, e em um exemplo corolário da circularidade do sistema, os prognósticos mais recentes sobre o crescimento na demanda de soja está relacionado ao aquecimento global e à mudança do clima, seus impactos na economia, que justificam a ofensiva midiática e propagandística da agroenergia¹⁰² para substituir em curto prazo a demanda de combustíveis líquidos para automotivos, e com isso reduzir as emissões que causam o efeitos estufa e o aquecimento global. Enquanto isso, se fortalece o mercado de créditos de carbono que mercantilizam também o direito de poluir (para os que podem pagar) e assim seguir reproduzindo o sistema.

Resumo a seguir as principais idéias que introduzem o próximo capítulo:

O debate sobre *a introdução dos transgênicos na matriz produtiva* da agricultura brasileira apresenta *um contexto para apreender a reconfiguração do capitalismo global*, servindo de fio condutor capaz de percorrer a complexidade das transformações apontadas, de como a lógica de mercado se apropria das formas de percepção social e ocupa a estrutura de inteligibilidade dos fenômenos. Para fins analíticos, nesse processo de *economização*, o

¹⁰¹ No paradigma da chamada ‘economia ecológica’, ou da matriz de pensamento econômico centrada em fluxos de energia, as *foodmiles* representam o quanto uma alface, por exemplo, gera de energia, medida nas calorias que ela produz quando consumida na alimentação, em relação a quanto o sistema agroalimentar, tal como está configurado, justifica que se gaste de petróleo para fazê-la circular. O termo economia ecológica, por paradoxal que possa parecer, em si já expressa o quanto hoje a disciplina econômica já se abstraiu do domínio da natureza e da transformação da natureza como base material de fato para a geração de riqueza.

¹⁰² Isso cria uma nova frente do agronegócio, agora denominado agronegócio de energia, no caso da soja e da Palma Africana para sua utilização como biodiesel, e da cana de açúcar e do milho (nos EUA) para o etanol, além das ‘florestas’ (que são na verdade monoculturas de árvores), todos para compor uma solução sustentável (à manutenção do capitalismo) aos efeitos de destruição ambiental e desequilíbrio climático que o próprio modelo de queima industrial de combustíveis fósseis provoca. No caso do Brasil, o Estado é o principal agente no impulso e nas viabilização dos projetos em curso da chamada *agricultura de energia*.

imperativa do mercado subsume toda a dinâmica social da produção e das trocas, que tem, neste caso, entre seus efeitos no discurso *a substituição do domínio simbólico da agricultura pelo do agronegócio*.

A denúncia dos movimentos sociais do campo traz um ponto central para recuperar e problematizar teoricamente: o discurso do agronegócio atua racionalizando, ou seja, tornando pretensamente universais e passíveis de incorporação ao debate público e à política, relações sociais e ambientais que só se justificam, em última análise, para a perpetuação e acumulação do próprio agronegócio e do fortalecimento das cadeias agroindustriais que controlam a produção. *A racionalização da lógica produtiva do agronegócio é mediada pelo discurso tecnocrático e científico, que opacionam o conteúdo de poder*. O agronegócio seria, neste sentido, um projeto político.

O sistema agroalimentar mundial expressa de forma determinante o *campo de inteligibilidade* sobre o qual a questão agrária pode ser formulada hoje. No caso da soja transgênica da Monsanto, a ênfase em *desnaturalizar o progresso tecnológico*, na identificação de um sujeito na figura da empresa (representando o sistema), permite unificar a problemática envolvida: as condições objetivas do progresso e da modernização das forças produtivas, fundadas na crença de um desenvolvimento tecnológico ‘em si’, supostamente dissociado de um projeto político.

A análise da disputa sobre os transgênicos no atual momento histórico oferece por isso um campo privilegiado para compreender a redefinição da luta de classes na conjuntura nacional e internacional, no sentido de especificar o lugar e o conteúdo das contradições entre capital e trabalho (e antes, entre trabalho e natureza) e recuperar a dinâmica central da submissão à lógica industrial, *ressignificando a proletarização como fio condutor da questão agrária*.

Problematizar a aceitação, expansão e naturalização destes cultivos como um *fato consumado* e como uma etapa inexorável do ‘desenvolvimento’ e do ‘progresso da ciência’, revelaria a dimensão essencialmente política do projeto tecnológico através do qual, o capital, como relação social global, se instaura, se mantém e se reproduz *como projeto de sociedade e de natureza*.

CAPÍTULO III DE CAMPONÊS PARA PARA PROLETÁRIO: A “QUESTÃO” AGRÁRIA

Recuperando a perspectiva central deste trabalho, a questão agrária na tradição marxista clássica, ou ainda, a imbricação de temas que ela contém, apresenta uma dinâmica fundadora que opera a transformação de sociedades antes agrárias em sociedades industriais. A racionalização da produção e a divisão do trabalho na lógica industrial definem a sociedade capitalista, fundada na propriedade privada, no trabalho assalariado e na produção de mercadorias.

Sob o ponto de vista narrativo, o curso de naturalização e instauração da sociedade capitalista pode ser centrado, portanto, *a partir da transformação de camponeses em proletários*. Esta é a descrição que **Marx** faz no capítulo XXIV do vol I do Capital, na chamada *acumulação primitiva*, através da reconstituição do processo histórico de como se deu o cercamento das terras comuns na Inglaterra, as *enclosures*. A separação dos produtores dos meios de produção, *o processo social que transforma a terra em propriedade privada*, estaria, *logicamente*, na origem da dinâmica do capitalismo.

Marx alerta na primeira seção do capítulo XXIV (O segredo da chamada acumulação primitiva):

Já vimos como se converte o dinheiro em capital e de como sai dele a mais-valia e dela mais capital.(...) *A acumulação pressupõe a mais-valia*. Deste círculo vicioso de que só podemos sair dando por suposto uma acumulação ‘originária’, anterior à acumulação capitalista (previous accumulation), a chama Adam Smith – uma acumulação que não é fruto do regime capitalista senão ponto de partida dele. *A acumulação original na economia política tem mais ou menos o mesmo papel que na teologia tem o pecado original* (grifo meu).

A acumulação primitiva, assim como o pecado original na teologia, como diz Marx, cumpre a função de *recurso epistemológico*, da ordem *do conhecer e não do ser* ; já atentei antes aqui, é importante não confundir as coisas da lógica com a lógica das coisas. ‘Ao invés de explicar porque os homens têm que ganhar o pão com o suor do seu rosto, a acumulação primitiva explica porque alguns homens não têm de suar para obtê-lo’.

Contudo, *em relação à tradição de interpretação que se consolidou como ‘marxista’*, a descrição da acumulação primitiva por Marx foi tomada como ‘lei histórica’, da qual se seguiria uma lógica geral, onde a *proletarização* seria a consequência inexorável da propriedade privada dos meios de produção. No movimento de acumulação primitiva poder-

se-ia perceber a dinâmica de proletarização, *restrita* aos mecanismos de expropriação dos camponeses através da violência (expulsão, despejos, cercamento) e do aparato jurídico-legal, estatal, para instaurar e manter a nova ordem capitalista.

A discussão sobre o papel do campesinato como sujeito político foi determinante à constituição dos programas político-partidários marxistas para incorporá-lo e assim à constituição do socialismo europeu (Hegedüs 1984). Contudo, nessa tradição, a incorporação do campesinato era pensada em relação à função da agricultura no processo de industrialização e na acumulação do capital, mas também em relação à ação política decorrente da orientação e da consciência de classe do proletariado, sujeito histórico da revolução, suposto cuja legitimidade decorreria das leis de funcionamento do capitalismo, e do progresso histórico, tais como estas teriam sido descritas por Marx.

Já a existência ou não dessas leis no corpo do pensamento de Marx abre um questionamento anterior à constituição do marxismo e demarca a configuração da questão, ou os elementos para pensá-la, ainda em Marx, no sentido que hoje podemos ter acesso a uma visão mais orgânica do pensamento de das obras escritas por Marx, cujo aparecimento foi fragmentado e paulatino em relação à constituição do marxismo. O exemplo mais famoso, partindo do acúmulo de reflexão teórica que está acessível hoje no caso do tema do destino dos camponeses, é a correspondência com os populistas russos (Shanin 1983).

Desde o princípio, pois, há uma duplicidade básica na formulação do problema: a questão agrária no sentido estrito e a questão camponesa penetram na doutrina marxista como um único processo, submetido à existência de ‘leis’ do progresso histórico.

No que concerne a problemática configurada aqui, frente às contradições e especificidades do capitalismo no século XXI, *não* se trata de justificar as razões para voltar à Marx e mostrar a atualidade de seu pensamento. Trata-se de perguntar, por quais razões ele seria considerado obsoleto ou na melhor das hipóteses estaria ‘desatualizado’ ?

Isso diz respeito ao que foi feito do pensamento de Marx pelo marxismo (e nisso, a frustração das experiências de socialismo real do século XX), mas, principalmente, como referi na última seção do capítulo I, à necessidade, frente à indiscutível crise ambiental global, de incorporar a dimensão ecológica e ambiental na formulação de um eco-socialismo, como define Löwy (2004). Mas o que venha a ser um ecossocialismo, considerando a ponderação que aponta Leff (2001), prescinde de uma racionalidade ambiental. A Ecologia Política

depende de uma ‘nova’ epistemologia política, que estaria fundada em uma ‘consciência ecológica’.

Como venho reiterando ao longo deste trabalho, estou procurando apresentar uma reflexão, originada e enraizada na realidade da América Latina e construída para mim a partir das contradições e das experiências de luta e resistência vividas na realidade brasileira¹⁰³.

Com relação à defesa, aqui, do pensamento e do método de Marx como atual e insuperável para pensar o capitalismo (e dar *razões para agir*), qual seria e onde estaria, a dimensão ecológica, ou ambiental, do pensamento de Marx ? O que seria uma chave em Marx para pensar o ecossocialismo ? Este é o tema que trata este capítulo.

Acredito que a inflexão que se coloca na “questão” agrária guarda esta chave, para abrir o mais urgente desafio deste momento histórico, mas que, frente à ameaça do clima, causada por este modelo de produção e esta civilização, é o desafio do futuro, qualquer futuro. Este é o ponto de partida fundamental para o encadeamento das idéias neste capítulo, e esclarece um pouco mais a proposta do título: *Marx visita a Monsanto: Para Pensar a Questão Agrária no Século XXI*.

1. Espectros de Marx

Se a transformação das sociedades agrárias em sociedades industriais constitui a dinâmica central na formulação da questão agrária clássica¹⁰⁴, a tradição de interpretação que

¹⁰³ Entre estas experiências: a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos; o papel dos movimentos sociais, como o MST, que assumiu a luta contra os transgênicos (e no lado propositivo a defesa da agroecologia e das sementes criolas) como *linha política*; do FSM em suas primeiras edições (2001-2003) ter sido realizado em Porto Alegre, em estreita relação com o fato concreto e simbólico que tinham naquele tempo o governo municipal (com a experiência do orçamento participativo), depois estadual e por fim federal, todos nas mãos do PT, e o que isto representava à época para a esquerda brasileira e latinoamericana; da consolidação da Via Campesina Brasil nestes anos até hoje como uma força política que amplia o discurso ‘camponês’, politizando as questões ambientais (como recentemente os monocultivos de árvores para celulose), e também identificando-o com um agenda internacional, articulação global e causas comuns: como no caso da prisão de José Bové em Porto Alegre, em 2001, durante o I FSM, pela destruição de um campo de soja transgênica ilegal da Monsanto na cidade de Não-me-Toque; por ter sido também através do Rio Grande do Sul que entraram no Brasil, contrabandeadas da Argentina, as primeiras sementes de soja transgênica, as chamadas “Maradona”, reproduzidas ilegalmente sem pagamento de royalties, e de ter sido também lá o movimento de ‘desobediência civil’ dos agricultores que plantaram ilegalmente a soja transgênica, criando a situação de fato consumado, que justificou a liberação nacional da soja RR.

¹⁰⁴ Lênin, 1899 Kautsky, 1899

se consolidou como marxista apoiou-se em leis que, segundo teriam sido elaboradas por Marx, regiam o desenvolvimento ‘do capitalismo’ e desta forma a ‘questão’ agrária se constituiu enquanto tal ‘na aplicação destas leis à agricultura em sua subsunção à indústria, na tentativa de compreender qual o sentido do desenvolvimento capitalista da agricultura’(Silva 1981).

O que é fundamental destacar neste debate é que a questão agrária foi compreendida pela tradição marxista como etapa lógica no interior da teoria de Marx supondo que existisse de fato tal teoria acabada (em analogia à descrição da acumulação primitiva na Inglaterra), como se o esquema de conceitos e categorias forjado por Marx pudesse ser tomado como teoria da história em detrimento da aplicação do método à realidade histórica concreta.

Porém, a correspondência de Marx com os populistas russos (tratada na seção seguinte) revela que o tema da agricultura, o destino dos camponeses e o sentido do desenvolvimento do capitalismo e do progresso histórico geral, ocupou Marx até seus últimos dias, mostrando a receptividade do próprio Marx de considerar absolutamente possível vias não dogmáticas – e não européias - para a superação do capitalismo, incorporando tradições emancipatórias autóctones, como seria a comuna rural russa.

A existência e o protagonismo político de um movimento camponês internacional, La Via Campesina, não só acrescenta um sujeito coletivo de natureza e magnitude sui generis às lutas políticas contemporâneas como, além disso, suscita uma problematização teórica¹⁰⁵. A partir de um referencial teórico de análise oriundo sobretudo da tradição marxista, a existência objetiva de uma força política internacional desta natureza apresenta um paradoxo, que seria decorrente de um descompasso entre a tradição marxista em sua capacidade de compreender o campesinato como sujeito político, descompasso este que seria indissociável da interpretação e consolidação feita pelo marxismo do que seria o pensamento de Marx.

Mas a teoria marxista, sob o prisma da consideração historiográfica, traria exemplos, hoje acessíveis, de que a constituição do marxismo se deu sob o acesso gradual ao textos de Marx, e alguns textos em especial apontariam para *a necessidade de revisão do campesinato*,

¹⁰⁵ Na perspectiva que procuro abrir aqui, tal interesse teórico, contudo, se revela também político uma vez que o referencial conceitual e de análise que de modo geral informa este movimento está identificado sobretudo à tradição crítica marxista, e esta tradição é em si fruto de inquietações políticas dos autores tanto quanto dos sujeitos em questão.

e como tal da Questão Agrária, à luz destas considerações. Mas isso pode (e deve) ter conseqüências bastante graves.

A justificativa empírica deste programa de revisão necessária é o campesinato apresentar a vanguarda de contestação ao capitalismo em pleno século XXI, associando os transgênicos (e logo, a tecnologia) como eixo para pensar a questão agrária e os mecanismos de expropriação, de *enclosure*, a partir dos efeitos jurídicos do acordo TRIPS, *a virtualização do direito de propriedade* sobre as sementes, a submissão e reengenharia destas às necessidades da indústria, enfim o que circunscreve as formas de proletarização contemporânea.

O sentido da proletarização (dos camponeses) foi central à constituição do marxismo porque representava tanto a condição para a instauração do capitalismo, como também, atrelado ao surgimento da consciência de classe (operária), condição de sua superação histórica mas também lógica. Ou seja, os sujeitos revolucionários deveriam superar, através da revolução, as relações sociais concretas da propriedade privada dos meios de produção, e logo da necessidade da venda da força de trabalho em troca de um salário, assim como também deveriam superar *o modo de ser proletário*, identificado à consciência dissociada, alienada, *imposta através do trabalho submetido à lógica da sociedade industrial e à produção de mercadorias.*

Se a questão agrária na tradição marxista clássica, ou ainda, a imbricação de temas que ela contém, apresenta uma dinâmica fundadora que opera a transformação de sociedades antes agrárias e camponesas em sociedades industriais, com os elementos que se apresentam hoje, a questão agrária pode ser traduzida como a imbricação recorrente de um movimento estrutural do capitalismo: *a proletarização em relação à submissão à lógica de produção industrial*, sentido no qual a agricultura de transgênicos seria sua enunciação contemporânea em função dos mecanismos tecnológicos de poder – pois pré determinam e controlam a produção – encapsulados nas sementes.

Como pontuei no início esta ameaça real de proletarização através da biotecnologia recai sobre o trabalho humano, e das práticas que significam milenarmente o trabalho camponês mas também sobre a própria natureza, recriada e manipulada e esterilizada em função dos interesses da indústria.

Na especificidade do trabalho camponês as sementes detêm o papel central e no discurso coletivo da Via Campesina o sujeito camponês é caracterizado como o guardião das sementes:

Nosotros los campesinos la hemos [semilla] resguardado, cuidado, protegido, con una educación clara de generación a generación, con un profundo respeto a la naturaleza. Somos los campesinos quienes realizamos el mejoramiento genético y nuestro mayor aporte es la evolución de cada una de las especies.... *Cultura y biodiversidad se desarrollan siempre unidas*. Mujeres y hombres campesinos y agricultores de pequeña escala junto a los pescadores y artesanos, los Pueblos indígenas y comunidades negras, somos los que históricamente hemos conservado, creado y manejado sustentablemente la biodiversidad agrícola que fue, es y será la base de toda la agricultura. (VIA CAMPESINA, CAMPANHA GLOBAL DAS SEMENTES, grifo meu)

Como ponto de partida para compreender o discurso ecológico dos movimentos camponeses, esta a defesa das sementes e uma visão antiessencialista da natureza (Escobar 1999), onde no híbrido de natureza e cultura é que os sujeitos localizam e reivindicam a legitimidade histórica de seu *trabalho* no processo de evolução das espécies agrícolas e da criação, manejo e conservação da biodiversidade - que foi e será a base de toda a agricultura, *bem como de grande parte da indústria*. A incorporação da ecologia com isso não *naturaliza* a história humana, ao contrário, a dimensão ecológica da defesa das sementes se mostra assim, essencialmente, uma questão política e abre uma via de ação e de reflexão: *se as sementes transgênicas são um vetor de colonização dos ecossistemas, dos territórios e das mentes, elas também são a via de libertação e autonomia*, não apenas para os que vivem e trabalham no campo mas para toda a humanidade, lembrando sempre do exemplo fatídico do *Terminator*.

Mas exatamente esta enunciação atual da “questão” agrária representa um paradoxo em relação à própria tradição teórica que em geral alimenta a leitura conjuntural e a ação política destes movimentos, uma vez que o discurso mais revolucionário, pois toca na estrutura de produção mais elementar – a semente - está, em pleno século XXI, na voz de uma proto internacional...camponesa...o que torna mais urgente encontrar uma via de acesso à Marx, depurando –se, do marxismo.

É pertinente frisar aqui as meta-razões de voltar à Marx.

Uma percepção que determina incondicionalmente a compreensão de como as idéias de Marx se transformaram em marxismo é quanto às vias por onde esta transformação ocorreu. A principal delas está na dependência material entre a tradição que se constituiu como marxista e o acesso que teve esta tradição à integralidade dos textos de Marx. Este acesso precisa ser entendido como paulatino e entre lacunas históricas importantes.

Em função deste acesso gradual, ao qual hoje podemos remontar, a transformação mais contundente na produção teórica acadêmica marxista, por exemplo, parece ter sido a publicação dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, após a Segunda Guerra Mundial, que destacou a centralidade do conceito de *alienação* na origem da construção do pensamento de Marx e o vigor das obras do ‘jovem Marx’, especialmente em função do contexto político de acirramento das contradições sociais e das experiências de socialismo real na Europa.

Outros textos de Marx cujo acesso tardio tiveram impacto importante, e os quais hoje podemos avaliar na perspectiva histórica, dizem respeito não só às formulações acadêmicas teóricas, mas principalmente à **relação entre certos conceitos e os impasses da ação política**. Esta relação, que parece estar na matriz da formação do marxismo, muitas vezes ocasionou que a realidade, quando não correspondia à teoria, foi vista como inadequada em detrimento daquela; nada mais contraditório ao método de Marx.

O exemplo que pode ser considerado emblemático desta relação e que expressa quintaessencialmente a dependência entre conceitos teóricos e ações políticas, foi a carta resposta que ‘o velho’ Marx dirigiu à Vera Zassulitsch sobre o destino da comuna rural russa. Em função do sentido crucial que teve na história do século XX e na definição dos rumos do que viria a ser o marxismo, ou ainda, da legitimidade de uma tradição construída sob a autoridade do pensamento de Marx, este exemplo dá a dimensão *a que ponto pode chegar a relação entre teoria e prática política*. Não irei aqui reproduzir ou discutir o debate sobre Marx e os populistas russos¹⁰⁶, que são o pano de fundo deste contexto.

Para o propósito muito limitado deste trabalho, importa destacar que Lênin, escreve o *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899), uma das versões fundadoras da questão agrária na tradição marxista, exatamente para responder aos populistas que defendiam *a manutenção da comuna camponesa como via para o socialismo*. Um ponto central deste debate e que será retomado adiante neste capítulo é o desenvolvimento do capitalismo *independentemente da relação com o mercado externo* (como enfatizado por Lênin) em oposição a interdependência destes fenômenos argüida pelos populistas, aos quais contrapõe-se e argumenta Lênin.

¹⁰⁶ Para uma reconstrução detalhada e abrangente ver obra em dois volumes de Venturi, 1981.

Um detalhe importante é que os Srs. V. V. e N.-on, aos quais refere Lênin N.-on viria a ser Nicolai Danielson, tradutor de *O Capital* para o russo e com quem Marx manteve uma longa relação e troca de correspondência até o fim de sua vida.

A referência teórica em Marx utilizada por Lênin para fundamentar suas análise – e a partir dela – *o sentido posterior da própria Revolução Russa* – foi a segunda edição alemã, de 1872, do volume I de *O Capital*; Lênin escreveu *O Desenvolvimento* entre 1896 e 1899, publicado pela primeira vez em livro neste mesmo ano e hoje conhecido pelo texto da segunda edição, de 1908¹⁰⁷.

Voltando ao tema da carta, esta dizia respeito exatamente ao cerne do problema: a sobrevivência do campesinato frente às inexoráveis transformações da sociedade capitalista e do progresso histórico. *A questão que se colocava na Rússia à época era a possibilidade da transição para o socialismo através da comuna camponesa, prescindido da proletarização, via industrialização da sociedade.* Marx ao responder (carta de Marx à Vera Zassulitch, 8 de março de 1881) abriria aqui um precedente para desafiar a fatalidade histórica do movimento inexorável de separação entre o produtor e os meios de produção, a proletarização, uma vez que sua elaboração teórica estaria restringida à descrição, (no *Capital* vol I, cap XXIV), de como o processo se deu *na Inglaterra* (acumulação primitiva) e como os países da Europa ocidental, até então, iam pelo mesmo caminho. Porém, segundo as palavras de Marx na carta

‘A análise apresentada *no Capital* não dá, pois, razões em pró nem contra a vitalidade da comuna rural’ (carta cit., in *El Porvenir...*1980:60-61).

Desta forma, na resposta à carta de Vera Zassulitch estaria em questão a própria concepção marxiana de progresso histórico, ou da existência de uma teoria da história acabada no corpo da obra de Marx de validade universal. Além da carta contendo a resposta enviada, os *quatro rascunhos que Marx redigiu e aos quais hoje temos acesso*, revelam que Marx procurou esboçar uma análise detalhada, e que a pergunta era complexa, frente ao contexto político da Rússia e as possibilidades que se vislumbrava de que a revolução iniciasse naquele país (Shanin 1983).

A resposta sobre o porvir das comunas camponesas, foi determinante para, tal como podemos avaliar hoje, compreender-se a legitimação dos grupos revolucionários, depois marxistas, no sentido de fato que tomou a condução da revolução russa, e os rumos da história

¹⁰⁷ Cf. Edição em espanhol de Lênin, 1899[1979], editorial Progresso, Moscou.

do século XX e com que ‘esquerda’ ao capitalismo chegamos ao século XXI. O elemento central do debate político na Rússia resumia-se à definição do destino dos camponeses na sobrevivência da comuna rural como meio para a construção do socialismo. Desta forma, em linhas gerais, estava em jogo o papel do camponês como sujeito político no processo revolucionário e decorrendo daí, a função do campo e da agricultura na construção do socialismo. Mas também, e talvez sobretudo, encontrava-se em questão *a aplicação do pensamento de Marx como teoria da revolução*. Este ponto precisa ser introduzido porque é indicativo e contextualiza outro nível da questão.

Paradoxalmente, a dependência que apontei acima como relativa ao marxismo na dogmatização da teoria, traz uma instância concreta no interior do pensamento de Marx sobre a evolução orgânica de seu esquema de apreensão e *crítica do capital enquanto filosofia da práxis* (Dunaievskaya 1985). Em especial sobre a suposição de que seu esquema conceitual se fundamenta na inexorabilidade das ‘leis de movimento do capitalismo’, aí onde a indefectível proletarização é resultado do avanço e também condição de superação do capitalismo. Assim posto, o destino dos camponeses, e sua transformação em classe proletária é uma questão central ao desenvolvimento do capitalismo e também à revolução, mas de modo muito importante, à coerência estrutural e à natureza da teoria de Marx.

É importante destacar que o debate no interior da Rússia sobre o destino dos camponeses e da comuna rural dividiu os movimentos revolucionários, onde os populistas defendiam uma via russa para o socialismo, através da comuna camponesa.

O papel de Marx, e a resposta à Vera Zassulitch neste contexto já foi situado como ‘o debate teórico de maior importância política para o século XX’(Batistrada 1980).

A bibliografia geral sobre os populistas russos e o pano de fundo deste debate que acabou definindo o sentido da revolução russa, e como tal, grande parte da história mundial, explora este fragmento da história sobretudo como um espaço de especulação teórica sobre a unidade do pensamento de Marx. A resposta à Vera Zassulitch, redigida em 1881, dois anos antes de sua morte, revelaria, em suma, *a contínua elaboração de Marx sobre as contradições da realidade*.

Sobre o sentido teórico e acadêmico, senão político, de se falar sobre a unidade orgânica do pensamento de Marx, é preciso fazer aqui uma ressalva importante. Assim como hoje a perspectiva histórica permite relativizar, ou ao menos compreender o engendramento do marxismo a partir da recepção gradual dos textos produzidos por Marx, hoje também

existe a leitura crítica das edições dadas por Engels a obras publicadas após a morte de Marx. Os exemplos mais notáveis seriam a compilação de manuscritos e edição dos volumes II e III do *Capital*. A crítica sobre esta edição, e com ela, *a naturalização de que Marx havia de fato concluído uma teoria acabada sobre os conteúdos elaborados nos livros II e III do Capital* advém, não apenas de traduções que possibilitaram confrontar os manuscritos que serviram de base à edição de Engels, como também da publicação de outras obras de Marx que problematizavam supostas formulações cabais presentes nos tomos do *Capital* editados por Engels e publicados postumamente. Entre os textos que mais suscitaram debates sobre a pertinência de se considerar que dispomos de uma visão total de Marx sobre o capitalismo, além da carta à Vera Zassulitsch, sobre o futuro da comuna camponesa na Rússia, estão os *Grundrisse*.

Mas o impasse colocado pela Rússia para a elaboração de Marx vai mais além. Assim como a Inglaterra havia servido de base empírica para observar e descrever o capitalismo industrial na sua forma mais avançada à época, a situação dos países agrários – e aí a Rússia – serviriam de base para desenvolver os tomos seguintes do *Capital*. Mas, em função da ‘ampliação do campo de investigação’ de Marx após a publicação do vol I do *Capital*, isso não chegou a ser concluído em vida (Michelli 2002).

Outra interpretação aponta a um ‘impasse teórico’, ou ainda a ‘paralisia de suas forças sintetizadoras’, que o teria impedido de resolver definitivamente a renda da terra (Gianotti 2001). Na edição dada por Engels ao que se conhece como os tomos II e III do *Capital*, não encontraram lugar os dados sobre a Rússia e as conclusões de Marx a respeito do desenvolvimento econômico na Rússia, nem as considerações sobre a comuna camponesa.

As considerações historiográficas deste percurso de estabelecimento de texto ao qual fiz menção acima deve ser tomado com bastante importância para a compreensão do pensamento de Marx e dos pontos cruciais à consolidação do *marxismo como teoria da história* e suas consequências para a ação política.

A relevância das considerações acima vai além do estabelecimento editorial da *opera omni* de Marx, pois afinal nenhum pensador seria em tese mais avesso às obras completas do que Marx, sobretudo porque a atualidade e a pertinência de seu pensamento evocam antes de tudo um método, que ao apreender a realidade é em si um fazer-se transformador. Estas ressalvas que acabo de fazer têm o objetivo de fixar o paralelo à cronologia da descoberta, edição e recepção dos textos de Marx, como fio que perpassa, desde o início, a constituição do

marxismo. A importância de incluir esta cronologia está no horizonte deste argumento, já que a tradição ‘marxista’ ela própria orienta e informa a leitura das contradições da realidade e a ação política dos movimentos camponeses que refiro neste trabalho, devendo ser vista sob esta luz, de recepção gradual e editada do que seria o pensamento de Marx.

Ao invés de considerar que existe uma teoria acabada sobre o destino do campesinato em Marx, o fato é que este é um tema que fundamentalmente ocupou Marx até seus últimos dias, que permaneceu aberto às possibilidades da história. Isso significa que a volta à Marx, e não ao marxismo, para tentar compreender e problematizar as colocações que faz no século XXI um movimento camponês internacional.

Explorando a contradição, porém, é exatamente frente aos dogmas e impasses históricos da tradição marxista que os movimentos camponeses insistem em reaparecer e se insurgir contra um *inexorável destino proletário*; neste sentido, a “questão” agrária que antes havia sido referida aqui como nó teórico e conceitual, sob esta ótica pode ser visto também como um nó ideológico no interior da tradição marxista, antevendo talvez o alcance do impasse ao próprio Marx, ou ao menos à versão de integralidade de seu pensamento que chegou até nós.

Como já adiantei aqui na introdução, este nó ideológico do marxismo identificado na questão agrária, toma forma, historicamente, frente a impasses políticos concretos.

O clássico de Mitrany (1953) sobre este tema *Marx contra o Camponês*, leva como subtítulo *um estudo sobre o dogmatismo social*. Na Europa, as formas assumidas pelas lutas camponesas não foram ‘marxistas’ neste sentido: populismo na Rússia, anarquismo na Espanha, partidos camponeses na Europa Oriental, cooperativismo na Suíça e na Dinamarca. Diferentemente de Marx, o marxismo teórico e em geral dogmático, nunca conseguiu incorporar as formas políticas e ideológicas assumidas pela resistência camponesa ao capitalismo. O percurso da resistência camponesa ao longo do século XX, em especial na região latinoamericana é fundamental para esclarecer, como foi feito aqui no capítulo I, o papel que teve a voz do campo e o discurso camponês à globalização na reorganização da esquerda internacional, tal como ela e seus impasses se apresentam no século XXI.

Nessa medida, o conjunto de temas e problemas que aparecem imbricados na questão agrária pode ser tomado como constitutivo do marxismo *tout court*... mas também do que isso implica no sentido de ser ‘de esquerda’ até hoje. A medula desta imbricação é a crença no progresso histórico, no mito de que há um sentido progressivo e linear ao desenvolvimento da humanidade (traduzido na urbanização e industrialização) e *que o projeto tecnocientífico de*

domínio do homem sobre a natureza seja dissociável de um projeto político, estes supostos se apresentam como a maior ideologia a ser superada pela esquerda, em tanto que primeiro obstáculo à construção de um *ecossocialismo*.

Do ponto de vista de reconstruir este argumento central a toda a construção da análise da sociedade capitalista por Marx, a pergunta central é afinal, como surge o capitalismo na história ? Parece uma questão simplista mas quero esclarecer que não é.

Já que ele mesmo atenta que é um recurso narrativo, ou seja, para tornar inteligível um curso da história, e sair de um círculo vicioso, assim como teria a função do pecado original para a teologia, o surgimento do capitalismo é uma etapa lógica do ‘desenvolvimento’ da civilização ? Que condições estão pressupostas na descrição histórica da acumulação primitiva na Inglaterra, tal como faz Marx no capítulo XXIV de *O Capital* ?

2. A Questão Agrária como Campo de Inteligibilidade

Como foi caracterizado aqui, a questão agrária *hoje* designa uma espiral de problemas sociais e ambientais globais e não apenas a subordinação da agricultura à indústria. Sob este ponto de vista o fracasso das experiências do socialismo real é interdependente de um nó ideológico que se apresenta para a reflexão e para a ação política no *campo de inteligibilidade* que a questão agrária oferece: o sentido do ‘progresso’ histórico, a ideologia do ‘desenvolvimento’ (e urbanização), fundado no conhecimento ‘científico’ e da tecnologia como ferramenta e produto deste processo.

Em *Certa Herança Marxista*, Giannotti (2000) argumenta que o sentido de recuperar ou retornar a Marx hoje, não se trata de distinguir nele o vivo e o morto, mas de pensar seu núcleo mais vivo, precisamente ‘a crítica da racionalidade com que o capital se apresenta’. Assim, embora alguns tomem a dialética como ‘tralha metafísica’ a ser expurgada do pensamento que se quer científico, já que ‘repugna ao pensamento contemporâneo, todo ele voltado para a experiência cotidiana’, é fundamental lembrar que Marx, ‘ao navegar por uma nova ontologia do social, coloca em xeque a factibilidade da sociabilidade capitalista a partir das categorias apresentadas em funcionamento’, através do método dialético, em *O Capital*.

Neste sentido, as categorias analisadas por Marx constituem formas de pensamento (*Gedankenformen*), modos pelos quais os agentes pensam e se pensam para poder agir. Segundo Gianotti, ‘especialmente depois de Durkheim e Lévi Strauss, não se estranha mais considerar relações sociais como formas de pensamento dotadas de gramática própria’. Assim, para criticar o capital Marx teria refundado a própria noção de categoria, conferindo um sentido peculiar em que o objeto e a crítica capital passam a constituir processos imbricados entre si. E é nesta compreensão que se poderia, ainda segundo Gianotti, recuperar-se um sentido de ‘crítica’ em Marx que teria ficado a salvo da derrocada do ‘marxismo’. O capital como objeto, pois, da análise de Marx, consiste em ‘formas de pensamento que o pesquisador pensa a fim de revelar as formas pelas quais os atores pensam ao se engajarem em relações sociais de produção... mas estas relações exprimem por sua vez o desenvolvimento das forças produtivas’. Nisto o que é mais inovador, permanecendo imbatível e insuperável para apreender as categorias constitutivas do capital seria o *frescor do método* apresentado por Marx. Esta idéia *do capital como objeto* que Gianotti recupera, procurei aplicar e demonstrar aqui nos seguintes termos:

O *agronegócio* é um conceito contemporâneo e expressa o atual estágio de desenvolvimento e integração da *agricultura* sob o capital. Mas também, o agronegócio constitui um universo semântico na ressignificação das formas de sociabilidade e nas relações de trabalho e produção no campo, *desde que integrado à indústria*, integração que, por sua vez, é exercida mediante um pacote tecnológico de racionalização e justificação da produção.

O sentido que mais aproxima a epistemologia do século XIX da urgência de um paradigma para pensar o século XXI seria o método dialético e o olhar (metafísico ?) sobre a lógica do sistema. Para experimentar o método propus tomar a agricultura de transgênicos como fio condutor, situando-a *em relação ao sistema agroalimentar mundial*.

Como reconstruiu nos termos atuais Samir Amim, ‘a nova questão agrária é cada vez mais urbana’ porque a pauperização camponesa estaria na origem causal da fome e da pobreza urbana e das questões ambientais geradas pelos monocultivos industriais dos alimentos e da dieta globalizada massificada dos grandes centros urbanos, e por isso é uma dinâmica entre *campo e cidade*. A dinâmica fundadora da questão agrária implica, na origem, uma relação estrutural entre agricultura e capitalismo. Esta dinâmica seria apreensível no movimento de formação *histórica* de um *mercado global de alimentos*, destinados a manter alimentados os trabalhadores na sociedade industrial, que concomitantemente atua *expropriando localmente os camponeses* para fornecer trabalhadores e força de trabalho, para

a indústria. Mercado global de alimentos e mercado de trabalho se interdefinem e são ontologicamente interdependentes¹⁰⁸.

Na visão de Polanyi (2002 [1944]) a sociedade industrial caracteriza-se a partir de suas principais mercadorias: terra e trabalho. A produção industrial *e o capitalismo* dependeriam assim, teoricamente, da existência concreta de um mercado de força de trabalho, e logo, *da possibilidade social da venda do trabalho no mercado*, e da propriedade privada da terra, expulsando os camponeses para a cidade, e da transformação dos alimentos em mercadorias.

Contudo a naturalização deste fato, do trabalho humano como mercadoria à venda e da relação da humanidade com a terra e com a natureza como uma relação de posse, de propriedade privada e passível de mercantilização, depende de um processo paralelo que vai, aos poucos, *racionalizando nos esquemas de percepção social, na construção das mentalidades, a aceitação desse fenômeno histórico como um fato consumado*: o capitalismo como sistema e relação social global.

As transformações da agricultura, e com elas a ‘questão’ agrária que surge com a instauração do capitalismo ocorre em paralelo em dois planos: i) nas condições materiais e relações sociais objetivas e, ii) nas formas sociais de percepção, nas subjetividades individuais. Neste processo de *longa duração* (no sentido braudeliano), a sociabilidade capitalista paulatinamente se naturaliza, assim como a racionalização dos fenômenos da vida sob esta ordem, universalizando a racionalidade capitalista.

A *mercadoria-mundo* da globalização precisa ser compreendida em sua genealogia histórica. O exemplo que será explorado adiante é a gênese da atribuição de um *preço*, no mercado, para os alimentos. Esta prática histórica está nas origens da transformação do alimento em mercadoria.

2.1 Mercados de alimentos e dinâmicas coloniais

¹⁰⁸ Afinal, a esmagadora maioria dos trabalhadores do mundo é obrigada a vender sua força de trabalho no mercado para obter um salário e com isso manter as necessidades mínimas de sua reprodução, reduzidas aos alimentos. Fome e pobreza se interdefinem (já mostrei isso aqui cap. II) e o preço dos alimentos é condicionante do valor do salário mínimo.

No mercado global, a soja é um alimento *commodity* enquanto a mandioca não é, em parte porque a soja tem o preço ditado pela bolsa de Chicago e a mandioca não, e em parte porque a mandioca não faz parte da dieta padronizada industrial (nem está, ainda, patenteada), porque a dieta padronizada industrial é em si o resultado de processos históricos. Neste sentido gostaria de recuperar o contexto das dinâmicas dos mercados internacionais de alimentos no que tange à natureza colonial e colonizante dessas estruturas (Mintz 2004).

O processo histórico que está na origem da circulação de alimentos ao redor do mundo é a conquista da América pela Europa, as relações econômicas e políticas coloniais, a formação do mercado global e através dele, o desenvolvimento e a expansão do capitalismo. Este processo no seu todo é estruturalmente dependente de cultivos coloniais que são o outro lado da padronização das dietas; a batata e o milho, e não a mandioca, foram os grandes aportes alimentares da conquista da América para a sobrevivência e expansão da Europa e, logo, do capitalismo (Sahlins 1978).

Nesta perspectiva, a estrutura colonial é o traço fundamental e constitutivo à origem e formação do que é hoje o sistema agroalimentar mundial.

Uma vez que a agricultura seria a atividade econômica central para considerarmos a constituição do capitalismo como economia mundo (Braudel 1985) e como sistema-mundo (Wallerstein 2001), a configuração dos sistemas agrícolas em função de uma dinâmica global, a seu tempo, tem origem histórica no contexto colonial. Estas duas interpretações destacam a centralidade das transformações ocorridas na agricultura e no mercado de alimentos no surgimento do capitalismo, *sem contudo estabelecer uma relação de causalidade direta entre ambos*. O motivo de recuperar esta relação de causalidade, aqui, tem como objetivo explorar a interdependência entre mercado de força de trabalho e mercado de alimentos, ou ainda, na explicitação do sentido de uma ‘civilização camponesa’, que seria o antecedente da ‘civilização industrial’, afinal esta é a grande transformação da sociedade de mercado e seria o eixo da questão agrária. Este argumento será retomado mais adiante.

Se a dinâmica colonial estaria desde a origem da constituição do que é hoje o sistema agroalimentar mundial, o primeiro dilema que se apresenta é da seguinte ordem: o mercado global de alimentos é fruto direto do capitalismo e da interdependência entre as economias na criação de preços e de um mercado global; ou, ao invés disto, é a constituição do capitalismo (e assim a transformação da terra em propriedade privada e o trabalho humano em força de trabalho passível de ser vendido como mercadoria no mercado) que depende materialmente de um fluxo real de alimentos vindos de diferentes partes do globo (no caso, de colônias),

possibilitando que materialmente o capitalismo – ainda enquanto mentalidade ou disposição espiritual - surja ou ainda, emerja para a superfície ?

Aqui é importante fazer a seguinte distinção entre níveis imbricados que se relacionam à compreensão do problema: o capitalismo tanto é um sistema social, real e uma relação global como também é uma mentalidade específica, ou ainda, uma racionalidade particular, mas que no curso da história e do ‘desenvolvimento das forças produtivas’ se impõem, ambos, como universais.

Este processo de universalização, hoje globalização, remontaria à considerações que estão nas matrizes do pensamento social como campo de conhecimento. O contexto epistemológico ao qual nos remete a dimensão de mundo social globalizado no qual vivemos hoje, sobredetermina as práticas cotidianas tanto quanto a reflexão social sobre elas (cf. capítulo 1).

A palavra ‘globalização’, diz Bourdieu (2001), é um pseudo conceito ao mesmo tempo descritivo e prescritivo.

Esta palavra (e o modelo que a exprime) encarna a forma mais acabada do imperialismo do universal, a que consiste, para uma sociedade, em universalizar sua própria particularidade ao instituí-la tacitamente como modelo universal. Desta forma, a economia que o discurso neoliberal constitui como modelo deve um certo número de suas características, pretensamente universais, ao fato que está incrustada em uma sociedade particular, isto é, enraizada em um sistema de crenças e valores e uma visão moral do mundo, em um senso comum econômico ligado, como tal, às estruturas cognitivas de uma ordem social particular” (p.100-108).

Esta sociedade particular Bourdieu (Ibid: 28-35) identifica à dominação simbólica da sociedade norte americana, ou ainda, em suas palavras, ‘basta livrar-se do efeito de imposição simbólica exercido pela visão dominante para enxergar que este modelo (neoliberalismo) deve menos aos princípios puros da teoria econômica do que às *características históricas de uma tradição social particular*, a dos Estados Unidos da América’. Bourdieu afirma que ‘a sociedade americana levou a seu limite extremo o desenvolvimento e a generalização do “espírito do capitalismo” cuja exaltação paradigmática Max Weber encontrara em Benjamin Franklin, e sua exaltação do aumento do capital convertido em dever (*Beruf, calling*)’. E portanto poderíamos pensar em uma ética da acumulação, como um fim em si, que perpassa a construção das estruturas sociais desta sociedade.

Weber, sobre o espírito do capitalismo, diz que ‘se este ensaio contribui para algo, será para desvendar as múltiplas facetas do conceito de “racional”, um conceito que não é unívoco, a não ser na aparência’; mais adiante, propõe usar provisoriamente a expressão espírito do

(moderno) capitalismo ‘para descrever aquela mentalidade, atitude mental que busca o ganho sistemático e racional’, como no exemplo apresentado por Benjamim Franklin’ (2001: 34). Volto em seguida ao tema desta mentalidade específica como expressão da racionalidade capitalista.

Esta atitude mental, embora tenha alcançado sua forma mais desenvolvida na atualidade da sociedade norte americana, não tem sua origem nela. Voltando às regras do jogo, e ao sentido da globalização como ‘imperialismo do universal’ que Bourdieu falava, entende-se que a globalização (e o neoliberalismo) é apenas uma retórica nova, e não uma nova fase do capitalismo. O programa neoliberal de ‘destruição metódica dos coletivos e de naturalização dos esquemas de pensamento’, que Bourdieu identifica como esquemas constitutivos da sociedade norte americana, é apenas a atualização, no sentido que eu busco recuperar aqui, das categorias fundamentais da racionalidade com a qual o capital se apresenta, desde como apresentadas por Marx, se tomamos as categorias como princípios heurísticos.

Contudo, no sentido que se relaciona ao argumento deste trabalho um esquema constitutivo da sociedade norte americana seria o sistema de *plantation* como *expressão materializada* em seu modo de produção desta racionalidade específica, e que historicamente tem seu surgimento identificado naquele país, na configuração de sua sociabilidade e de sua relação com a natureza, pois a lógica do capital nas relações sociais (onde, e só através das quais, o capital se expande e acumula, e por que não, domina) acompanha o processo histórico da sociedade, exprimindo o desenvolvimento de suas forças produtivas.

Seguindo a lógica do processo de instauração do capital no mundo tal como nos mostra Marx, navegamos com ele, segundo Giannotti (2000), por uma nova ontologia do social que coloca em xeque a factibilidade da sociabilidade capitalista a partir das categorias apresentadas em funcionamento pensando através das contradições, através do método dialético. Volto agora às origens materiais da sociabilidade capitalista em sua relação com a agricultura e com o mercado de alimentos.

Retomo agora o argumento.

Sombart, no livro *El Burguês* (1986 [1913]), identifica as característica elementares da ‘racionalidade econômica’ que definem a natureza do sujeito espiritual do capitalismo: ‘*Por mentalidade calculadora devemos entender a tendência, o hábito, mas também a faculdade de reduzir o mundo à cifras e ordenar estas cifras em um complexo sistema de gastos e ingressos. As cifras representam magnitudes de valor* (op. cit p.137)’.

Sombart reconstrói a naturalização, histórica, do cálculo e da contabilidade na vida cotidiana que remete suas origens ao cálculo comercial em Florença, Itália, no séc. XIII onde inicia a incorporação no ocidente da aritmética ‘e o uso do sistema de numeração arábica, de valor posicional, sem o qual resulta difícil conceber um cálculo rápido e exato’. Contudo é apenas ‘a partir do séc. XIV na Itália e desde o século XV e sobretudo XVI nos países do norte que aritmética vai se propagando com maior rapidez’. A propagação do cálculo e sua incorporação no hábito e na rotina cotidiana são inextricavelmente relacionados ao aumento dos fluxos de comércio, das navegações, e da economia [de pilhagem e saqueio] colonial destes primeiros séculos do capitalismo. A racionalidade calculadora que define a mentalidade burguesa e conforma seu universo espiritual, na trajetória histórica de instalação do capitalismo no mundo, passa, no cotidiano, pela quantificação e contabilização de números, de cifras, de valores e de preços. Por trás dos preços estão sempre relações de produção e de trabalho e é na troca entre os produtos, mediadas pelo dinheiro e o preço, que se equivalem – ou são exploradas - estas relações, e nelas também o trabalho e aqueles sujeitos que o executam, ainda, como colocou Marx, ‘a economia apenas expressa em sua forma as leis morais’.

O principal produto no sistema de preços que trata esta reflexão são os alimentos. É importante remontar agora às origens da formação do mercado de alimentos mundial e ao substrato histórico do correspondente sistema de preços.

Braudel em *A dinâmica do capitalismo* (1985) explica: ‘*Der Mensch ist was es isst*’ - o homem é o que come. Refutado como materialismo vulgar ao tempo de Marx, esta máxima ressignificada, nunca foi tão atual:

Não se deve relegar para o anedótico o surgimento de tantos produtos alimentares, desde o açúcar, o café e o chá, até o álcool. Eles são, de fato, cada um por si, intermináveis, importantes *fluxos de história*’ (op.cit, p. 19 grifo meu).

É importante que se ressalte, no caso destes produtos ‘alimentares’, são *importantes fluxos de história colonial*, uma vez que são a base das monoculturas de exportação e da ‘agricultura da sobremesa’, só faltando mencionar aí o tabaco e o cacau (Mintz 2001).

‘Em qualquer caso’, prossegue Braudel, ‘nunca será demais insistir na importância dos cereais que são os vegetais dominantes da alimentação antiga. O trigo, o arroz, o milho são resultados de opções muito antigas e de inumeráveis e sucessivas experiências que, pelo efeito

de “derivadas” multisseculares [...] tornaram-se escolhas civilizacionais’ (op.cit. p. 20 grifo meu).

Na base da constituição da civilização material encontramos as estruturas do cotidiano, e na dimensão da rotina, o reiterar dos hábitos, entre eles o hábito fundamental de comer, onde a vida material está vitalmente enraizada, e, portanto, onde a integralidade da civilização material, em última instância, se mantém alimentada e viva.

O mercado de alimentos seria sob esta ótica o elemento estruturante para compreender como se expressam, concretamente, estas *escolhas civilizacionais*.

Porém, a lenta constituição de um mercado de alimentos é em si a expressão de uma dinâmica civilizacional que abre o espaço social para o aparecimento deste mercado, na proporção em que libera uma certa parcela da humanidade da necessidade de produzir seus próprios alimentos. Assim, na história, a liberação do trabalho agrícola de uma região do globo, depende, materialmente, da produção destes alimentos em outra parte do globo, e isto se dá através do trabalho remunerado, ou não, de homens e mulheres em outras regiões. Sobretudo esta dependência revela a necessidade imposta sobre homens e mulheres em algumas partes do globo (a maior parte da população camponesa que vive no sul) a trabalhar, e assim de ter suas vidas objetivadas, para o sustento de outros. Esta dinâmica enquanto ‘escolha civilizacional’ precisa ser compreendida à luz do contexto colonial e aí nas origens materiais do capitalismo.

Segundo o argumento de Braudel, ‘entre o século XV e o século XVIII a região abrangida pela vida veloz, que é a economia de mercado [o mediterrâneo] aumenta sucessivamente; o sinal e a prova desse fato é a variação geográfica em cadeia, dos preços do mercado’, aí se verifica o surgimento de ‘uma certa economia, que liga entre si, melhor ou pior, *os diferentes mercados do mundo*. (op.cit. p. 49) O ponto sobre o qual Braudel argumenta é a distinção entre a economia de mercado e o capitalismo e o surgimento de um mercado global.

Para começar a desfazer este nó que toma forma na questão agrária, ou o menos identificar seus fios, proponho tomar o seguinte ponto de partida: a divergência entre Lênin e os populistas russos era centrada em uma questão chave: pode haver capitalismo sem relação com o mercado externo? Diferenciação, desigualdade e opressão entre uns (poucos) e (a maioria de) outros não é privilégio do regime capitalista. O surgimento do capital instaura no mundo algo inédito e singular, a mercadoria (tal como define Marx, como *a forma do ser*,

daquilo que é para o capital) e em relação à mercadoria, o mercado global, onde elas são trocadas, como o referente de todas as coisas. Além do mercantilismo, é o surgimento e a configuração de um mercado global, e logo de uma relação social na mesma medida, que inaugura uma nova sociabilidade. Assim a racionalidade, a possibilidade de um *logos* sobre o mundo, com o capitalismo, é uma razão de mercado que com a velocidade e a intensificação da produção e troca das mercadorias (e vale lembrar, o substrato histórico e moral do estabelecimento destas relações de ‘troca’) que irão levar à industrialização, e criação de ferramentas e tecnologias, que são relações sociais encarnadas, para atender a demanda do mercado (novamente ele), mas para expandir progressivamente o alcance deste mercado que leva junto sua racionalidade particular.

Mas esta racionalidade específica, do ponto de vista mais elementar, da transformação da matéria e da natureza com a qual se produzem através do trabalho humano as mercadorias, engendram uma relação muito particular e inédita na história até então entre natureza e humanidade, marcada pela transformação da natureza em objeto a ser apropriado, manipulado e mercantilizado. Mas esta convicção, tão profundamente arraigada como invisibilizada na modernidade e no discurso científico, tem uma condição de existência: a conquista da América pela Europa.

Deixei bem claro na introdução até onde a racionalidade capitalista, a virtualidade do poder opacionado no discurso e nas ferramentas técnico-científicas e a lógica industrial e de mercado podem chegar: *Terminator*. Contudo isso só segue sendo possível, assim como foi condição de possibilidade para chegar até aqui, com base em uma sociedade global e no exercício de um poder que é em essência colonial.

Escobar (2005) defende a tese que “*a modernidade não pode ser compreendida sem levar em conta o avesso colonial [da modernidade] - a colonialidade do poder e do conhecimento os quais determinaram a supressão das formas de conhecimento e histórias locais não eurocêntricas*”. A colonialidade seria assim “*o ponto cego da modernidade*”. Uma ecologia política latinoamericana, uma reflexão originada aqui e que se desdobra a partir das contradições e do submetimento da natureza deste continente teria a função de mostrar esta ecologia da diferença, como chama Escobar, a partir da colonialidade como traço distintivo e qualificador único para uma perspectiva crítica, de pensar a partir da diferença colonial.

Na leitura pela qual me oriento aqui, isso é importante para esclarecer de que modo, na constituição de teoria de Marx, a acumulação primitiva cumpriria a função de recurso epistemológico para narrar uma história desde uma perspectiva incrustada na realidade

material da Inglaterra do século XIX, mas destacando que esta história desdobra-se sobre um contexto colonial pré-existente. A criação de um mercado de força de trabalho é sob esta ótica paralela e indissociável da criação de um mercado global de alimentos, que por sua vez é incrustado na transformação dos ecossistemas das colônias para atender o provimento da base material da economia das metrópoles, configurando assim a dimensão do imperialismo e cológico (Crosby 1986), e do sentido da colonização da natureza.

Retomo a seguir os principais pontos:

Na métrica proposta aqui, o processo no qual se forja a racionalidade capitalista, é intrínseco à constituição de um mercado mundial de alimentos (*e da atribuição social de preços aos alimentos*).

A constituição deste mercado mundial, por sua vez, depende dos fluxos materiais indissociáveis do surgimento de uma ‘economia mundo’, na acepção de Braudel (1985) e suas dinâmicas na conformação do moderno ‘sistema-mundo’, conceito analítico de Wallerstein (2001).

Logo, uma narrativa sobre o surgimento do ‘capitalismo’ poderia ser reconstruída *a partir do fluxo dos alimentos no globo*, obviamente o surgimento do capitalismo não se reduz ao fluxo dos alimentos como mercadorias, mas pode ser recontado a partir da unidade deste processo, no qual, *as dinâmicas coloniais*, por sua vez, se revelariam intrínsecas e constitutivas deste processo.

A condição de acesso à chave transformadora que Marx oferece depende de um mergulho profundo na experiência, talvez muito mais profundo do que a grande maioria dos que se consideraram marxistas até hoje aceitassem ir, e de onde, a consequência irreversível será um compromisso intransigente com a práxis, e a redenção somente através dela. Marx, no prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, impõe a exigência de Dante à entrada do inferno: ‘deixar de fora toda a suspeita e toda a covardia¹⁰⁹’.

Neste sentido, para pleitear o direito à herdeira legítima da herança marxista, a Ecologia Política Latinoamericana, teria a missão de trazer ao mundo e dar forma aos ‘tormentos da matéria’, na definição de Alimonda (2006) se deixando também atormentar pela materialidade do mundo *inscritas na natureza*.

¹⁰⁹ Qui si conviem lasciare ogni sospetto, Ogni viltà conviem che sai morta

Recuperando nossa ‘*colonialidade como uma diferença que qualifica*’, como propôs Escobar (2005) e pensando a partir das contradições que a nós se apresentam, acredito, é exatamente do profundo e indelével trauma da conquista, nas nossas veias (ainda) abertas, como descreveu Galeano, que estão as vias abertas para uma emancipação coletiva e redentora e *La Via* que agora se nos apresenta é campesina e indígena.

Ao retomar sob esta perspectiva a racionalidade das trocas e do comércio mundial, estas expressariam ainda, em outro nível de elaboração, a racionalização de práticas ambientais, materializadas em modelos de produção, que em si seriam a expressão cristalizada das mesmas dinâmicas coloniais: a agricultura de *plantation* (ancestral direta das monoculturas do agronegócio) e a concepção científica sobre a ‘fertilidade química’ do solo, na base ‘racional’ da moderna agricultura industrial.

As leituras que buscam recuperar a perspectiva ambiental em Marx, e desde aí uma chave de leitura ecológica, que no caso aqui seria para a questão agrária, a produção teórica do campo identificado com a Ecologia Política e o marxismo ecológico tem um eixo interpretativo central: a teoria da “ruptura metabólica” (*metabolic rift*) no qual a dimensão ecológica se revelaria como intrínseca ao materialismo histórico de Marx, presente desde o início da sua trajetória intelectual e que perpassa toda a obra, e como constitutiva da matriz epistemológica do pensamento científico do século XIX (Foster 2000, 2002).

Em verdade a natureza, ou a dimensão dos processos e do funcionamento sistêmico da natureza, é uma dimensão intrínseca à epistemologia do século XIX, e à constituição do próprio pensamento científico como o entendemos hoje. Isso adquire um caráter mais profundo ainda, quando consideramos o debate com a tradição filosófica e a matriz de racionalidade européia ocidental que Marx está travando.

A organização da idéia central de *ruptura metabólica* é organizada primeiramente por Foster (2000) em seu argumento *Marx’s Ecology: Materialism and Nature*, onde ele demonstra como um pensamento que hoje entendemos como ‘ecológico’ era central ao desde sua tese de doutorado, de 1841, sobre a *Diferença na Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro* e permanece uma constante ao longo da trajetória intelectual e do cerne do materialismo histórico de Marx, em especial em *O Capital*.

Os *Manuscritos Econômico Filosóficos* de 1844 já dariam um sentido definidor da relação entre alienação, natureza e trabalho, e em grandes linhas, a relação entre humanidade e natureza que perpassa todo o pensamento de Marx, embora uma linha de interpretação

insista em distinguir o pensamento do ‘jovem Marx’ de seus trabalhos posteriores. Esta ‘divisão’ entre períodos de elaboração da crítica ao capitalismo sustentada por alguns, deve ser considerada criticamente à luz do fato que os manuscritos só foram descobertos e publicados durante a metade do século XX, o que obrigaria a revisar inteiramente a tradição teórica, mas sobretudo política e partidária, ‘marxista’ que havia sido constituída em todo o mundo sob o manto de um suposto corpus teórico acabado em Marx e de leis inexoráveis sobre o sentido da história e do funcionamento do capitalismo. Este ponto se repete, e será retomado no capítulo III, com relação às obras do ‘velho Marx’, a saber, sua correspondência com os populistas russos.

No *Manifesto Comunista*, por exemplo, o ‘desenvolvimento das forças produtivas’, geralmente interpretado como as relações sociais de exploração e suas contradições no sistema de classe, (como se isso não se estende-se à exploração também da natureza), leva à percepção de contradições intrínsecas ao sistema, que logicamente levariam a sua derrocada. Foster atenta que várias passagens contradizem o que seria um prometeanismo na visão de Marx sobre o ‘progresso’ histórico no sentido ‘evolutivo’ desse ‘desenvolvimento’ das forças produtivas. Especialmente as passagens que tratam da agricultura capitalista.

Em *O Capital* Marx utiliza o conceito de “metabolismo” (*stoffwechsel*) para definir o processo do trabalho como: um processo entre homem e natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, media, regula e controla o metabolismo entre si e a natureza. Contudo uma “ruptura irreparável” surgiu neste metabolismo como resultado das relações de produção capitalistas e a separação antagonista entre cidade e campo. Este conceito de ‘ruptura metabólica’ em relação à cidade e ao campo, humanidade e a Terra, permitiu que Marx desenvolvesse uma crítica da degradação ambiental que anteviu muito do moderno pensamento ‘ecológico’.

Segundo Foster, a crítica da degradação ambiental em Marx estaria centrada na nascente ciência agrícola, com Justus Liebig, que é um dos criadores do modelo de fertilização química. A problematização da fertilidade do solo, tomada da perspectiva histórica, em particular no papel do trabalho humano acumulado no melhoramento do solo seria a chave para compreender as contradições insuperáveis que a racionalidade capitalista colocam ao processo produtivo e que regem sua lógica de destruição.

Neste caminho, a acumulação primitiva estaria na origem do trabalho alienado, mas também da natureza alienada, como teria sido reconhecido por Marx já nos Manuscritos de 1844 (Burkett 1999). Para retomar este ponto, a alienação e submissão da natureza, buscando

A seção seguinte explica, então, como a população rural foi expropriada da terra, na separação originária entre trabalhador e meios de produção, no caso a terra, que está na origem da sociedade capitalista:

As relações capitalistas pressupõem o divórcio entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, e uma vez instauradas o reproduzem em escala cada vez mais crescente

Na Inglaterra, as relações capitalistas substituem historicamente as relações feudais. A instauração destas ‘relações capitalistas’, como refere Marx, pressupõem mas não se restringem à expropriação da terra unicamente; ocorre um divórcio original, uma dissociação entre trabalho e condições para a realização do trabalho, mas que, desde aí, da centralidade do trabalho, reproduzem [as relações capitalistas e toda a sociabilidade particular que ela engendra], em escala cada vez mais crescente’. Esta dinâmica de proletarianização seria um código integral de sociabilidade que racionaliza as novas ‘relações capitalistas’, traduzidas e cristalizadas em um novo regime de propriedade sobre os meios de produção.

É importante fixar um ponto central. Esta ruptura, divórcio, dissociação, entre o trabalhador e as condições de seu trabalho é primeiramente uma ruptura física entre homem e natureza, momento histórico narrado com a separação dos camponeses da terra. Para fins de problematização teórica, a afirmação do camponês como sujeito político da história recente abre uma perspectiva importante para a ressignificação da questão agrária, e da delimitação de seu conteúdo no século XXI :

No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a capacidade de apreensão e interconexão sistêmica do capital como relação social global vem sendo sobremaneira percebida, apropriada, criticada e desafiada pelo discurso e ação política dos movimentos camponeses em todo o mundo, em detrimento de outros movimentos contestatórios ou anti-sistêmicos. O diferencial do discurso político dos movimentos do campo contemporâneos, inclusive em relação à trajetória das revoltas camponesas na história, estaria fundado hoje na *interface entre política e ecologia para criticar o capitalismo, emblematizada na oposição à agricultura de transgênicos.*

Na perspectiva epistemológica crítica, esta interface entre política e ecologia resulta da capacidade diferenciada dos camponeses contemporâneos na apreensão sistêmica da realidade

em função da centralidade do trabalho e das relações de produção concretas que orientam as leituras conjunturais e as análises políticas destes movimentos. O recentramento do trabalho se justifica também por ser aí o *locus* por excelência da *alienação*, mas também da *consciência*.

Esta leitura vai na contracorrente do predomínio da sociologia do consumo e da redução do poder político dos sujeitos ao seu poder de compra, onde a cidadania dos consumidores e a ‘democracia da demanda’ na verdade definem uma plutocracia dos que podem exercer a liberdade capitalista na escolha da compra das mercadorias.

Como a imbricação recorrente de um movimento estrutural do capitalismo, a questão agrária pode ser traduzida *na proletarização em relação à submissão à lógica de produção industrial*, sentido no qual a agricultura de transgênicos seria sua enunciação contemporânea.

A oposição aos transgênicos como questão política visaria, sobretudo, tomá-los como fio condutor para percorrer as complexidades que se revelam *nos mecanismos de atrelamento* enfim às tais cadeias de submetimento à indústria e aos supostos da sociedade industrial. O sentido da proletarização é demarcado aqui em relação ao trabalho e à alienação, processo mediado pela tecnologia e pela lógica e ritmo de produção industrial. Hoje isso é perceptível de forma muito mais clara e abrangente com as sementes transgênicas, e em muito maior escala absoluta, em relação ao sistema agroalimentar mundial, do que seria em uma fábrica.

A questão agrária é delimitada para fins de análise em geral nos seguintes termos:

a discussão da transição, o conteúdo da questão agrária, ou o núcleo de problemas que a constitui, em cada momento histórico, reitera uma contradição central ao capitalismo como sistema social: *a persistência da identidade camponesa*, seu lugar em uma formação social dominada pelo modo capitalista de produção e sua suscetibilidade para transformação’ (Goodman & Redclift 1982: 13 grifo meu).

Hoje, no discurso político dos movimentos camponeses contemporâneos, articulados internacionalmente sob a Via Campesina, esta identidade vem sendo reforçada em relação à defesa das sementes criolas e, desde aí, a guardiãs pois são especialmente as mulheres, de toda a biodiversidade. Neste sentido, a maior campanha concreta propositiva da Via Campesina, que materializa o princípio de soberania alimentar é a a campanha das sementes “patrimônio dos povos, à serviço da humanidade”.

Mas antes, o sentido e a especificidade do que seja esta *identidade camponesa* é central e determinante para compreender como se constrói o debate que, parece, subjaz à questão agrária na tradição marxista. A identidade camponesa se opõe no plano mais evidente

à identidade proletária, a qual, por sua vez, historicamente passa pela experiência da consciência de classe, que seria condição para a consciência revolucionária. A pertinência desta pergunta remete a uma breve interlocução entre elocubração teórica e realidade empírica.

O protagonismo do discurso camponês frente à globalização pode inicialmente ser problematizado face ao acúmulo da tradição marxista, teórica e política sobre o fim eminente do campesinato (Medras 1994, Abramovay 1992), que depara-se hoje com sua representação internacional, na Via Campesina, com uma leitura própria do capitalismo neoliberal e uma agenda propositiva frente à lógica do comércio internacional construída a partir da percepção das transformações da agricultura e da sua integração às cadeias da agroindústria internacional.

Diante disso, o sentido em reivindicar uma unidade de ‘classe camponesa’, ou ainda, como defendem os movimentos ampliando significativamente a abrangência da luta, a defesa de uma ‘civilização camponesa’ apontaria, ao meu ver, a outro nível de problematização teórica. Neste esquema, poderíamos perguntar se a identidade camponesa corresponde a um sentido de consciência camponesa que daria unidade à classe camponesa.

A aceção do termo ‘civilização camponesa’, o sentido de classe camponesa, ou ainda, sua consciência de classe é relacional à ‘transição’ de camponeses para proletários no macroprocesso social de naturalização no curso da história da lógica de produção industrial e da racionalidade capitalista. Como tal seria condição para pensar como seria um ‘outro mundo possível’ que a esquerda internacional procura pensar. Compreender a lógica do processo e radicalizar os supostos da sociabilidade capitalista é o primeiro passo para sua superação e construção de um projeto alternativo.

Voltando ao problema dos camponeses insurgentes do século XXI, o principal ponto de unidade e de percepção unificada das lutas comuns dos movimentos está, segundo o discurso militante, na luta contra ‘o modelo econômico’ que se apresenta materializado na imposição de um ‘pacote tecnológico’, que de fato engloba o conjunto de fatores de produção (insumos, assistência técnica, créditos) e também, no modelo agroindustrial integrado, o mercado considerado globalmente. Ou seja, não se pensa em termos de mercado local na medida que ele, nessa concepção, não existiria em si. A configuração e a inteligibilidade de um mercado ‘local’ se daria em relação às cadeias agroindustriais, onde se incluem as redes internacionais de supermercados que dominam e controlam o abastecimento das grandes e médias cidades, e que têm poder de compra e de barganha sobre os preços, integrando,

coordenando e circulando a produção desde os contratos. Atualmente o paradigma desta integração é a biotecnologia e a quintaessência de sua manifestação, os organismos geneticamente modificados, os transgênicos.

Por isso, segundo um exemplo da leitura militante que parte da lógica do ‘modelo econômico’ a soja transgênica é problema político, não técnico:

o que a tecnocracia almeja é deixar sobreviver apenas as grandes monoculturas comerciais, que dependem totalmente de seus insumos, cada vez mais caros e que tem que entregar seus produtos a preços sempre mais manipulados. Quanto aos pequenos, só deixarão viver aqueles que se atrelarem diretamente à indústria (*contract farming*). Assim, *o produtor fica com a ilusão de ser empresário autônomo, mas não passa de um operário sem carteira*, que tem de envolver toda a família como mão de obra gratuita, sem horário de trabalho definido, sem domingo, feriado, férias e previdência social. É de se estranhar que o INSS não se ocupe desta burla (Lutzemberger 1999, grifo meu).

A problemática da incorporação dos transgênicos enquanto essencialmente política e não técnica já foi discutida no capítulo anterior, onde apresentei a dimensão de poder, no controle do território, que está em jogo nas disputas tecnológicas. Além disso, neste exemplo a percepção da relação de trabalho é central à leitura onde a estrutura de produção está na origem da redução da condição de produtor rural à de operário sem carteira, na forma como esta é determinada no atrelamento à indústria. Sob esta ótica, se a fábrica e a indústria deixam de ser a referência para a proletarização nas cidades, no campo o atrelamento e a subsunção à indústria são definidoras da transformação de produtor em operário. O estatuto do trabalho no campo é redefinido em função de um condicionante tecnológico, e desta forma implica na percepção da autonomia – ou da alienação - do trabalhador em relação ao processo produtivo. Desse ponto de vista gostaria de abrir aqui uma possibilidade de interpretação.

2.2 Proletarização e a lógica da sociedade industrial

Como destaquei no início, a transformação das sociedades agrárias em sociedades industriais constitui a dinâmica central na formulação da questão agrária clássica, dinâmica que por sua vez está implica na transformação de camponeses em proletários. Na tradição marxista, este processo social já foi elaborado como complexo e gradual, admitindo, inclusive

a ‘semi-proletarização’, na medida em que isso fosse funcional ao sistema, sendo que esta categoria foi especialmente relevante na escola teórica do *subdesenvolvimento*, nos anos 70 e 80 do século XX (De Janvry 1981) e marca indelevelmente uma geração de teóricos e uma linhagem de interpretações do campesinato desde então¹¹⁰. Do ponto de vista da análise sociológica isso foi e tem sido factível. A noção de pluriatividade na agricultura familiar, nas estratégias de desenvolvimento local, nos novos espaços peri-urbanos, etc, seriam dessa filiação. Contudo, já demarquei, no contexto geral, a problemática na qual o surgimento desses conceitos é tomado na ótica proposta aqui, e o que significam dentro de uma estratégia discursiva mais ampla da *sustentabilidade* que hoje ocupa um espaço ideológico que já foi do *desenvolvimento*.

Em função disso, como já ressalvei de início, propus tangenciar o nível sociológico da discussão, uma vez que a sociologia como discurso científico (a idéia de um *logos* sobre o corpo social) dá por suposto geral e opera já na vigência da razão capitalista e, logo, da crença no progresso histórico, embutida na ideologia inabalável do ‘desenvolvimento’, mesmo que ‘sustentável’ (do capitalismo, *par force*).

Tendo sempre como horizonte a lógica maior do processo de industrialização da sociedade e da natureza (Dupuy 1980), o capitalismo incorporou a crise ambiental e a dimensão ecológica em sua estratégia de legitimação e inclusive de produção de valor (ponto que será tratado mais adiante). Essa racionalidade naturaliza-se, encarnada no discurso científico (burguês) e suas ferramentas tecnológicas (de poder e hegemonia), como são, neste caso, as sementes transgênicas.¹¹¹

Na leitura que leva em consideração a historiografia crítica da recepção dos textos de Marx na constituição do marxismo, por outro lado, a semi-proletarização pode ser vista também como constructo teórico com objetivo de tentar conciliar, na tradição, uma suposta formulação definitiva da dinâmica das classes em Marx – a inexorável proletarização - confrontada com a realidade da persistência dos camponeses. Isso diria respeito a existência

¹¹⁰ Sobre esta marca geracional, S. Amin (2003, 1976), utilizado aqui como referência para a enunciação da ‘nova questão agrária’(além de sua militância no espaço do FSM) continua utilizando esta categoria como ferramenta analítica, bem como outro autor que analisa a influência do neoliberalismo sobre a ressurgência dos movimentos camponeses, Moyo (2005).

¹¹¹ Por exemplo, a ‘visão’ da empresa Monsanto apela para um *mundo* com alimentos em abundância em um meio ambiente saudável: “Trabalhamos no sentido de oferecer produtos e soluções para os produtores de alimentos e ajudá-los a alcançar seus objetivos de forma a: preencher as crescentes necessidades de alimentos e fibras; preservar os recursos naturais e melhorar (sic) o meio ambiente”. (missão da empresa, www.monsanto.com.br)

de 'leis' do capitalismo em Marx, e ao uso que fez delas a tradição política e teórica do marxismo mais como teoria da história do que como método de apropriação do concreto.

Frente às evidências dos discursos dos movimentos do campo que cada vez mais enfatizam a lógica do modelo de produção¹¹², a dinâmica de proletarianização está diretamente relacionada à tecnologia, na medida em que é através da tecnologia, ou do pacote tecnológico (que inclui uma racionalidade social estendida: créditos, cadeias de integração, justificação social, etc) que se dá concretamente o atrelamento à indústria, ou ainda, ampliando a compreensão, o atrelamento à *lógica de produção industrial*, na qual, como já disse, o pacote tecnológico inclui também uma racionalidade específica.

Diante disso, cabe perguntar qual o sentido lógico da 'semi-proletarianização' em relação à técnica na medida em que significaria uma 'semi-autonomia', e, por outro lado, uma 'semi-alienação'? Se do ponto de vista do processo material objetivo do trabalho é possível pensar em semi-autonomia em relação à atividade, isso em termos de 'semi-alienação', implicaria que a consciência sobre o processo de trabalho admite um gradiente.

Para Marx, a separação entre o trabalhador e os meios de produção é condição para o capitalismo. Esta separação, contudo, deve ser tomada sob dois aspectos: i) a acumulação primitiva ou originária, ou seja, a expropriação material dos meios de produção, que historicamente tem início com o cercamento das terras comuns, as *enclosures*, que transformam a terra em propriedade privada e assim em mercadoria; e ii) a expropriação de *um modo de produzir próprio, camponês, ditado pela lógica doméstica*, por seu tempo de produção no trabalho e pelas técnicas desenvolvidas e disponíveis para as necessidades daquele meio social.

Quanto a acumulação primitiva, o debate com os populistas russos mostrou que este movimento foi assim *na Inglaterra*, mas que isso não significava uma lei geral, dependendo do estágio de cada país e de sua localização no sistema; uma importante escola de interpretação tentou conciliar a acumulação em escala global, como propôs Samir Amin, e as relações distintas mas articuladas entre centro e periferia.

Apontei isso quanto aos processos relacionais de criação de um mercado de trabalho e de alimentos global, enfatizando a dependência de dinâmicas coloniais, nos fluxos pré-existentes de matérias e da dimensão do imperialismo e da colonização também ecológica.

¹¹² Como no exemplo do caso brasileiro, o MST se fortalece como resposta ao modelo econômico e à sociedade que o reproduz, por outro lado o refinamento da proposta de reforma agrária é proporcional à compreensão e reflexão da dimensão do modelo neoliberal e da inviabilidade do modelo de desenvolvimento que ele contém.

A expropriação de um modo próprio de produzir próprio, ditado pela lógica doméstica, este é uma relação direta com os processos relacionais que referi acima.

Quando se argumenta sobre a especificidade da lógica de produção camponesa, cujo precursor foi Chayanov (1925]1981), está em questão a racionalização da produção submetida à outra lógica, que inclui outro tempo, outro ritmo, e outra justificação social. Ou seja, *os excedentes são levados ao mercado, mas a produção não se determina em função dos excedentes* (e da lógica do mercado), *o ritmo é aquele dos ciclos e processos da natureza e não o tempo da aceleração e da padronização industrial da natureza*.

Sobretudo, no que toca recuperar para os propósitos de relacionar à Soberania Alimentar, na lógica econômica camponesa a justificação social se dá em função da ética da provisão e não da previsão, como descreve e exemplifica Bourdieu (1963), e de como esta ética se encontra profundamente arraigada, construída nas categorias de sociabilidade e que são também de relação com a natureza e por isso ecológicas.

Esta dimensão ética dos limites da produção e da economia permite pensar uma sociabilidade e racionalidade que incorpora a natureza, a partir do respeito aos seus ciclos de produção e re-produção, do tempo da natureza, e do trabalho, não submetido à lógica industrial. Neste sentido, acredito, os movimentos camponeses denunciam que os transgênicos e a agricultura integrada ameaça de destruição à ‘civilização camponesa’.

A acepção forte deste termo ‘civilização camponesa’ se justificaria com a expropriação concreta mas também, no plano simbólico, de um referencial de sociabilidade e de *civilização* que tem no eterno ciclo de vida e natureza (e história) reiterado nas sementes, seu elemento totêmico.

A lógica de produção industrial contrapõe-se à lógica de produção e à sociabilidade camponesa, na medida em que nessa a dimensão econômica não é dissociada da natureza, ou seja, a economia é inextricavelmente ‘ecológica’, enquanto naquela a naturalização da racionalidade e da sociabilidade capitalista depende de uma ruptura metabólica, e que é também epistemológica, entre campo e cidade e entre trabalho e natureza. Nas sociedades camponesas a ecologia política, como a noção geral de economia moral (tradição com a qual Marx dialoga diretamente), revela a consciência sobre a importância das relações de poder e das estruturas de posse e propriedade no controle e distribuição (hoje ‘manejo’) dos recursos naturais e do meio ambiente em geral (Wolf 1972). A percepção central é que uma vez que o meio ambiente e o meio social são um só corpo, a economia e a política também são, nesse sentido, ecológicas e portanto *as chamadas questões ambientais são essencialmente políticas*.

A oposição entre as lógicas de produção camponesa e industrial, enquanto transformação que ocorre no campo epistemológico e no domínio do simbólico, estaria emblematicamente representada hoje na substituição histórica da designação cultura por negócio, de agricultura para o agronegócio. Esta substituição aparece no centro do discurso contestatório dos movimentos camponeses do século XXI, na denúncia dos transgênicos enquanto o elo final de atrelamento e modificação da natureza para atender aos fins da indústria, no qual o dispositivo de controle e de poder aparece opacionado no discurso científico do avanço e do progresso da ciência.

Os organismos transgênicos exemplificariam desta forma a dinâmica global, geral, de trajetória de racionalização e naturalização de uma ordem social capitalista, e agora de uma natureza re-criada geneticamente sob essa mesma lógica capitalista para perpetuá-la, como na noção de neo-europas (Crosby [1986] 1993) e do imperialismo ecológico. Segundo o discurso camponês, e desde a modulação estrutural entre o trabalho camponês e a natureza, esta dinâmica seria indicativa dos limites naturais e contradições da sociabilidade capitalista que para reproduzir-se depende de destruir aquilo que alimenta.

Considerada a partir da agricultura, a apropriação da natureza e do trabalho através de práticas racionalizadas sob a ótica produtiva própria do capitalismo - como o modelo de fertilidade agroquímico e nele contemporaneamente a biotecnologia e os transgênicos - é paralela a apropriação das formas sociais de percepção sobre estas práticas, racionalizadas e mediadas pelo discurso e a ideologia da tecnociência.

Na ideologia do 'desenvolvimento' mediado pelo progresso tecnológico o capitalismo ocupa e se apropria da matéria, das relações concretas e das formas de percepção e, logo, das condições do discurso sobre os fenômenos e sobre o mundo. O neoliberalismo apenas radicaliza o traço constitutivo desse movimento totalizador do capital que *O Manifesto Comunista* demonstra, no qual a história é colocada em tempo real, ao alcance de todos exatamente através do processo racionalizante e globalizante do capital, generalizando sua lógica industrial e de proletarização. Se é assim, tomar a dinâmica de proletarização como eixo pode abrir um caminho de retomar, para alterar, os rumos da história.

Com esta ênfase, o propósito de recuperar a centralidade da dinâmica de proletarização imbricada na 'questão agrária' seria de destacá-la em relação à submissão à lógica de produção industrial que, como parâmetro geral, define a atividade e o trabalho que é socialmente 'produtivo' e racional ao capitalismo. Porém, historicamente, a condição de possibilidade da revolução industrial, e da proletarização, foi a pré-existência de fluxos

coloniais de matérias primas e portanto de natureza. A dependência de um lastro colonial na base material da criação de uma sociedade industrial está na raiz da lógica econômica que hoje racionaliza a produção nacional desde que integrada às cadeias globais da agroindústria, vinculada à lógica da dívida. Já a ‘dívida’ foi produzida historicamente pela situação colonial e é hoje condição para a perpetuação dessa dinâmica, como, no caso corrente da propriedade intelectual e dos transgênicos, o mecanismo das *royalties* (o que é devido ao rei, à coroa, ao império). Neste exemplo, a destruição ambiental causada pelas monoculturas de exportação no sul para viabilizar e suprir a sociabilidade da afluência dos cidadãos do norte e a lógica entrópica do sistema são invertidos com o questionamento sobre a dívida ecológica, uma vez que a sociedade industrial do norte só veio a ser e se mantém como sociedade de consumo (e de democracia de consumidores) às custas do saqueio da natureza do sul para alimentos, fibras, minérios, energia, etc.

A questão agrária hoje designa nesta leitura a crise ambiental global que é a crise de reprodução do capitalismo, e não apenas a subordinação da agricultura à indústria. A substituição da lógica de produção e da sociabilidade camponesa pela lógica de produção industrial e pela sociabilidade capitalista envolve a generalização ideológica do padrão de consumo e de ‘qualidade de vida’ capitalista (que é basicamente medido pela alimentação) como um direito universal. E o padrão de alimentação é diretamente relacionado a uso do solo agrícola e dos consequentes impactos no meio ambiente e no clima.

A sociabilidade capitalista hoje, e os indicadores ideológicos do ‘crescimento’ da economia e da ‘melhoria da qualidade de vida’, sob o ponto de vista do poder de compra dos salários, estão vinculados à *popularização da dieta fordista e das proteínas animais criadas intensivamente com ração a base de soja*; a demanda fundada e justificada neste suposto, da sociabilidade capitalista e seu lastro colonial como direito e destino universal, é que justifica a expansão da soja e da soja transgênica.

A questão agrária pode ser entendida enquanto *campo de inteligibilidade*, onde a ‘transição’ da condição de camponês para a de proletário apontaria níveis implicados nos quais este processo se dá: a instauração das formas de sociabilidade capitalista ocorre na apropriação da dimensão material, no plano simbólico e na racionalização de relações de produção mediadas e naturalizadas pela lógica do avanço tecnológico, onde é fundamental ressaltar que o pacote tecnológico que inclui insumos, assistência técnica, crédito e mercados, também inclui uma *racionalidade específica*, fundada sobre um uma ruptura metabólica, que é também epistemológica, entre campo e cidade.

Desta maneira, a formação do sistema agroalimentar mundial e, de modo relacional, a configuração das questões agrárias nacionais, pode servir de *campo de inteligibilidade* no que diz respeito à constituição da forma social de pensar que justifica e atribui sentido econômico e social apenas à agricultura globalizada e integrada às cadeias da agroindústria. E a agricultura globalizada e integrada às cadeias da agroindústria refere, na forma social de pensar, tanto a ela própria como às agriculturas determinada por sua lógica, de forma afirmativa, e aí se inclui tanto o agronegócio, como, por oposição, a pequena agricultura (seja ela ‘familiar’ ou inclusive a praticada em assentamentos da reforma agrária).

O *locus* da proletarização não estaria limitado ao processo industrial levado à cabo objetivamente na fábrica e sim na submissão e escravização dos produtores às normas reguladoras da indústria, que estariam encapsuladas nas ferramentas da tecnociência, como no caso paradigmático das sementes geneticamente modificadas. No caso da agricultura, as normas reguladoras e de padronização, especificação e em geral ‘qualidade’, significariam nada além da adequação da produção à forma industrializada global das mercadorias, e como tal da adequação, também global, da forma e das condições do trabalho do campo.

Tomar o sistema agroalimentar como campo de inteligibilidade serve para compreender como um tipo de agricultura se define ou busca sua justificativa e legitimidade social de existência em um *nicho de racionalidade* (e de mercado) da agricultura do modelo capitalista de produção. Recuperando o que já foi destacado de início sobre a estratégia discursiva e epistemológica geral do neoliberalismo, tomado como cosmovisão esse se traduz no predomínio absoluto de um esquema de interpretação e ação no mundo social a partir de categorias que remetem o pensar e o agir à lógica econômica, onde o sentido de cada coisa e sujeito é dado e justificado em relação ao mercado global. A sobredeterminação das relações sociais pelo mercado passa a ser o referente último de inteligibilidade e portanto racionalidade dos sujeitos e da ação humana na dinâmica geral e nos supostos da sociabilidade capitalista.

Pode-se pensar que através da compreensão de como a integração à racionalidade do capital se dá no trabalho no campo e através da agricultura seria possível apreender e abstrair a lógica do processo como um todo. Além disso, por ser o trabalho na agricultura aquele que imediatamente transforma a natureza, é também onde se pode perceber, em especial, a relação de dependência fundamental – e irreduzível- entre capital, trabalho e natureza. Interpelada desde a produção através da agricultura das condições de subsistência mais básicas de toda a população (alimentação e vestuário), a sociedade capitalista ainda que hoje sob o domínio do

capital financeiro e abstrato, depende cotidiana e reiteradamente da materialidade do mundo. Frente à dissolução do mundo do trabalho urbano na virtualidade e precariedade do trabalho no mercado de serviços, as condições materiais da produção permanecem bem concretas e tangíveis no campo e na agricultura e na ‘produção de condições’ da natureza (O’Connor 2001); assim como trata de destruir suas condições de produção (o trabalho e os trabalhadores) o próprio capital também destrói e esteriliza a produção de condições, como no exemplo paradigmático das sementes com tecnologia *Terminator*. Daí que também a crítica ecológica e ambiental à racionalidade do capitalismo se justifique, na ótica da construção do sistema, necessariamente a partir da agricultura, a fim de bem distinguir o fenômeno daquilo que é condição de possibilidade dele.

O que está em questão na comparação da agricultura camponesa com a agricultura do modelo é a determinação em relação à matriz tecnológica que condiciona a produção e o trabalho desde a origem da cadeia. Isso aparece também nas produções alternativas (genericamente aqui denominadas de ‘orgânicos’) que se definem e buscam um ‘nicho de mercado’ *em oposição* ao modelo convencional, mas que só se justificam, e obtêm um sobrepreço, *em relação* ao convencional. A agricultura orgânica existe economicamente no capitalismo porque *se valoriza ao colocar-se em relação ao modelo convencional*. Ao afirmar no selo orgânico que está ‘livre’ do modelo de produção convencional, agroquímico, entendido como capitalista e em geral maléfico à saúde e ao meio-ambiente, os produtos orgânicos, ou seja, as mercadorias orgânicas, obtêm com isso um preço diferenciado - e lucro.

Em outras palavras, toda a agricultura praticada pela humanidade antes da invenção do modelo agroquímico no século XIX era por definição ‘orgânica’, mas essa denominação então não existia, nem faria sentido. Essa forma de referir a um conjunto de princípios e práticas que orientam em cada ecossistema e cultura a atividade agrícola só passa a existir e ser socialmente reconhecida e denominada como tal em relação a predominância de outro modelo, o agroquímico industrial, e a racionalidade econômica (e social) que o justifica.

Uma característica central da dinâmica de movimento do capitalismo formulada por Marx é a tendência geral à redução da taxa de lucro. Na atual fase do capitalismo, esta natureza entrópica¹¹³ (Stahel 2002, 1995) se sobrepõe ao passo que as mercadorias logram

¹¹³ Esclarecendo: a lógica do sistema desde sempre é entrópica, mas na fase atual – demarcada pela crise ecológica fruto do próprio modo de produção capitalista – a geração de valor ao sistema capitaliza o processo de erosão, como na criação do mercado de carbono, serviços ambientais, orgânicos, etc. Outro plano de exemplo

adquirir um sobrevalor paradoxalmente ao afirmarem-se livres do modo tecnológico-social-ambiental de produção do capitalismo. Em função disso justifica-se todo um aparato teórico e metodológico para conceber e viabilizar certificações, denominações de origem, etc. De um modo geral, a idéia e a arquitetura internacional de certificações prima por identificar e garantir na produção das mercadorias uma certa relação diferencial com a natureza, e com a ‘responsabilidade social’, originada no contexto global de consciência dos problemas ambientais e a ameaça de crise ecológica, mudança de clima, aquecimento global, extinção de espécies, etc. Contudo, no contexto e para os propósitos deste trabalho isso não será discutido detalhadamente, pois a tarefa aqui trata exatamente de buscar os pressupostos epistemológicos da naturalização na sociedade e nas dinâmicas econômicas de categorias como a de ‘orgânico’ enquanto sinônimos do ‘sustentável’ em geral. Como exemplo, a agricultura ‘orgânica’ que a passa a existir e ser percebida socialmente, e valorada enquanto tal, porque se coloca em relação ao contexto capitalista. Ou seja, é o contexto efetivamente existente do capitalismo que justifica, dá razão de ser, à agricultura orgânica, e logo, às mercadorias ‘orgânicas’. O nicho de mercado que estas mercadorias buscam ocupar depende de um nicho de racionalidade no sistema, consideradas no processo entrópico da fase atual do capitalismo.

Com isso gostaria de ilustrar a especulação sobre a viabilidade de ‘outros mundos possíveis’ em convivência com o capitalismo, por exemplo, a (im)possibilidade de compatibilizar agricultura camponesa e agronegócio. Gostaria de propor aqui uma analogia com o tema central deste trabalho.

Para o alcance epistemológico das condições de possibilidade para pensar a questão agrária hoje, apenas interessa destacar que para todo o universo de mercadorias orgânicas e certificadas, é exatamente o contexto capitalista que lhes garante mercados diferenciados e nichos de consumidores, sujeitos que podem exercer sua liberdade capitalista na escolha entre as mercadorias. E, entre as mercadorias, aquelas que se colocam pelo próprio discurso capitalista como mais saudáveis e menos globais (que garantem o sabor ‘local’, a ‘tradição’ ou ainda a ‘denominação de origem controlada’ - o território - como diferencial *no mercado*), só são acessíveis a quem pode pagar seu sobrepreço. Enquanto isso, as mercadorias de massa, vendidas nas grandes cadeias de supermercados, também globais, são destinadas às pessoas

seria – no contexto de fome de grande parte da população mundial- as cifras que movimentam o mercado de alimentos e bebidas *diet* e *light*, e o preço maior dessa categoria..

que não podem pagar mais por estes itens, ou seja o reconhecimento da cidadania dos consumidores, onde o termo democracia expressa melhor uma plutocracia de mercado.

O direito dos consumidores, nessa perspectiva, seria redutível a exigir do Estado regular critérios de segregação e rastreabilidade e a rotulagem para informar a escolha no momento da compra, ficando também com o contencioso das demandas jurídicas sobre estes assuntos. Ou seja, o Estado passa a cumprir o papel de agente e fiscal que garante o funcionamento das empresas transnacionais que dominam, no caso, o mercado alimentar mundial.

Por outro lado, a defesa dos transgênicos no combate à 'fome' se apóia no argumento e no apelo social de produzir alimentos baratos para ajuda alimentar e para os 'pobres'. Assim, as formas de produção convencional¹¹⁴ ou orgânica expressam o reconhecimento de uma lógica produtiva que justifica econômica e socialmente a agricultura capitalista, mas também acarretam o reconhecimento de cidadãos de diferentes níveis; uns podem escolher e pagar pelo melhor e mais saudável e do outro lado estão os que mesmo que queiram escolher o melhor, não poderia pagar por ele¹¹⁵.

A lógica produtiva subjacente à agricultura capitalista é inerente à essência do conhecimento científico moderno, que fundamenta a racionalidade na justificação matemática e quantificável da apreensão do mundo. O modelo agroquímico de fertilidade e produtividade, e nele as novas biotecnologias - ao qual o próprio capitalismo atribui um sobrepreço às mercadorias que se certificam livres dos seus efeitos reconhecidamente nocivos e destrutivos - encontra sua justificação racional e social no discurso científico da agronomia.

A racionalidade intrínseca à justificação do discurso burguês, na medida que isso significa uma forma de apreender o mundo sob uma mentalidade particular, calculadora

¹¹⁴ Nesta agricultura capitalista 'convencional' subentende-se o modelo agroquímico no qual os transgênicos (biotecnologia) são uma etapa lógica da apropriação, como também foram os híbridos da revolução verde, mas ainda assim uma etapa paradigmática. A *gene revolution* em distinção ao que foi a *green revolution*, é uma etapa paradigmática por incluir o cruzamento inter espécie, estar no marco do acordo internacional TRIPS e envolver tecnologias de efeitos sistêmicos incalculáveis como a *Terminator*.

¹¹⁵ Itens que são o conteúdo da cesta básica, a ração necessária para a subsistência dos trabalhadores, cujo valor, por sua vez, é função do valor do salário mínimo. Cabe aqui esclarecer que isso não quer dizer de modo algum que os alimentos orgânicos custem mais caro que os convencionais. Apenas que, dada a atual conformação das cadeias de circulação, distribuição e abastecimentos dos centros urbanos, e em importante medida as normas 'técnicas' de qualidade, o preço dos alimentos depende da industrialização e da agricultura de contrato, também já integrada desde a semente até à gôndola.

(Sombart) e de reificação da razão instrumental e instrumentalizante (Weber). O capitalismo demarca, *também*, um projeto epistemológico de acesso ao mundo e de construção do mundo através da universalização do discurso científico e da subsunção de toda a forma de ser sob este modo. Partindo da definição da ciência e da tecnologia como campo de disputa de poder, onde esta mentalidade particular, calculadora, se afirma e se universaliza historicamente, a imposição de um modelo tecnológico, ou a negação deste modelo, são em suma o *locus* das disputas políticas das mais amplas conseqüências para a sociedade em seu conjunto. O exemplo do processo que atualmente explicita como as mercadorias orgânicas vêm a ser e são valoradas socialmente exatamente por colocarem-se em relação ao modelo convencional (capitalista), declarando-se, certificadamente, livres do modelo de produção convencional. Poderíamos por analogia pensar que a emergência de movimentos camponeses no cenário internacional, bem como a ênfase crescente no reconhecimento da identidade e da agricultura ‘camponesa’ são efeitos da mesma lógica do processo de instauração da sociabilidade capitalista.

Dito de outro modo, na concepção dialética, é a ameaça real de proletarização, reconhecida coletivamente pelos sujeitos que trabalham no campo nas práticas identificadas à submissão ao modelo tecnológico de integração às cadeias da agroindústria que daria origem à consciência da identidade, senão classe, camponesa. A força identitária ‘camponesa’ e a coesão política e representativa da apropriação deste termo (analogamente às mercadorias orgânicas) ocorre exatamente no reconhecimento do predomínio de seu oposto, o processo de proletarização.

Poderia-se pensar que a consciência de classe, condição em Marx para a revolução, encontraria hoje seu *locus* muito mais do que na fábrica, na eminência de transposição da relação e na dinâmica de trabalho da fábrica e da indústria para os campos à céu aberto, através do modelo tecnológico integrado da agroindústria. Assim, a consciência ‘proletária’ surgiria por oposição, exatamente no reconhecimento de uma identidade e de uma condição camponesa, na eminência de sucumbir. Esta consciência e sociabilidade envolveriam uma relação diferenciada, uma ética de produção que respeita o tempo dos ciclos da natureza e das colheitas e não o tempo da indústria. Acredito que a insistência no discurso dos movimentos camponeses sobre a ameaça neoliberal de uma ‘agricultura sem camponeses’, do ‘desaparecimento social dos camponeses’ e do fim da ‘civilização camponesa’ possa ser compreendida nestes termos.

CONCLUSÃO

A atualidade do pensamento de Marx para investigar a forma contemporânea do capitalismo globalizado e suas manifestações relaciona-se à superação da corrente fragilidade teórica da esquerda na apreensão da *economia política* do estágio atual de acumulação capitalista, bem como de suas conseqüências práticas, como nos rumos do movimento por ‘um outro mundo possível’. Tomando a introdução dos transgênicos na agricultura como elemento catalizador e fio condutor que atualiza e ressignifica a dinâmica central do capitalismo - a proletarianização- o sentido desta economia política hoje parece traduzir-se como a necessidade de elaborar uma *ecologia política* que explicita os mecanismos atuais de acumulação do capital.

Esta tradução justifica-se diante da crise ambiental global, que abrange a extensão do escopo da questão agrária hoje, onde o cerne é a crise de reprodução do próprio capitalismo e a pretensa universalidade de sua sociabilidade, fundada em padrões de consumo – e de correlata destruição da natureza – que se sustenta em uma lógica de exploração colonial e colonizante dos povos e dos ecossistemas. Nesta medida, o discurso de oposição ao capitalismo originado no campo vem sobremaneira identificando a estrutura determinante da disputa de poder na defesa do território e da soberania política em relação ao uso dado ao território e sua ocupação com atividades produtivas. Ou seja, a autonomia política de uma sociedade realiza-se de fato através da deliberação pública sobre a concepção, o uso e a destinação da natureza comum a todos.

O meio ambiente assume desta forma o eixo fundamental da política e o lugar do embate ideológico entre projetos, como na disputa sobre a liberação dos transgênicos e da expansão do agronegócio. A propriedade e o controle sobre o meio ambiente e as condições essenciais comuns para toda a vida no planeta (ar, clima, água, terra, sementes, alimentos, etc) condicionam todo arranjo social que daí decorre e, portanto, todas as questões que se configuram para o conjunto da sociedade como políticas e econômicas, sem dissociá-las do contexto ecológico material e irreduzível do qual dependem.

Nessa perspectiva, a economia pensada em sua base de produção de condições nos ecossistemas e biomas consiste em racionalizar a produção a partir dos fluxos de matéria e de energia, de suas relações com o trabalho humano e, no caso da agricultura, *também com o trabalho realizado pela natureza*. A racionalização e a justificação social da produção a partir da dimensão ambiental consistiria no paradigma a ser assumido na produção de uma economia política do capitalismo atual, para o quê, o movimento do capital é apreensível quando ele se expande para acumular.

Orientando este movimento pela questão agrária que se expressa hoje no tema dos transgênicos, um exercício para recuperar a atualidade do método de Marx tomando as especificidades atuais do capitalismo, consiste em identificar os mecanismos que criam e aprofundam a dinâmica de proletarização, e logo, de realização da sociedade industrial. A etapa atual desta dinâmica, seria paradigmática pois ameaça com a proletarização definitiva dos camponeses – gerando com isso as condições para a afirmação e a articulação internacional de representação política de um modo de ser camponês – mas também, e sobretudo, de *proletarização da própria natureza*, através do controle e esterilização das sementes.

No horizonte de construção de ‘um outro mundo possível’, as sementes estão hoje ameaçadas enquanto expressão e síntese do *possível no mundo*. Na medida em que as sementes materializam as relações entre natureza, trabalho e cultura *na história, o projeto tecnológico que inclui a esterilização das sementes, este sim, representa a ameaça de fim da história*.

A produção de valor do capital caracteriza um processo estéril e esterilizante que para reproduzir-se depende de apropriar-se das condições comuns para vida na terra, privatizando; destituir os indivíduos, proletarizando; e reformatar o mundo e os processos a sua imagem, sob a forma mercadoria, mercantilizando. Para compreender a instauração do capital como relação social global é necessário perceber a simultaneidade destes processos e sua mediação através da opacidade do poder virtualizado na tecnologia e no discurso tecno-científico em si.

Na sociedade de classes criada com o sistema capitalista a dominação é exercida por meios puramente econômicos que não mais se justifica nas formas pré-capitalistas como a religião ou a tradição; aqui o poder emana da ideologia tecno-científica e da força de convicção sobre o conjunto da sociedade do discurso e da racionalidade que se expressam enquanto tal.

Seguir o programa proposto por Marx e retomar a arcabouço conceitual crítico hoje implica identificar e explicitar os supostos da sociabilidade capitalista (privatização/proletarização/mercantilização) em sua realidade histórica. Em relação à dinâmica global do capitalismo, atualmente estes supostos ameaçam desde as sementes a reprodução de todo o sistema e a capacidade de produção e reprodução da natureza e da vida enquanto tal.

Desta forma, seguindo a senda apontada pelos movimentos do campo, *a agricultura de transgênicos encerra hoje a dinâmica de proletarização de maiores conseqüências sistêmicas* (uma vez que relaciona o controle dos preços e com eles o valor dos salários, e o conteúdo da dieta globalizada à territorialização produtiva do capitalismo) *e o mecanismo central de expansão e enclosure do capital*. O campo de poder e de inteligibilidade da política internacional, e da lógica de produção e comércio de mercadorias que a sustenta, estaria assim encapsulado no projeto de expansão da agricultura de transgênicos e na premissa colonial e agroexportadora que ela encerra.

Contraditoriamente, a ênfase nas noções de segurança e de precaução do discurso que se exime de criticar os pressupostos políticos da tecnologia vem reforçando o *lobby* pela liberação do dispositivo de tecnologia genética de restrição de uso, as sementes *Terminator*, pois assim o risco de disseminar a contaminação transgênica estaria contido pela esterilidade. Ou seja, neste exemplo cabal o projeto político e a visão de mundo da transgenia (e do capitalismo) não oferecem alternativas ou espaço para ‘outros mundos possíveis’: o fato consumado dos transgênicos, e o risco admitido de contaminação, acabam impulsionando o aprofundamento da lógica do capital e a esterilização derradeira das sementes e da natureza, reiterando assim a circularidade que mantém o sistema e que hoje imbricam na própria materialidade da natureza, a dimensão de poder e os mecanismos de alienação que reproduzem o sistema e submetem o trabalho.

Sendo assim, retomo aqui a proposta do título deste trabalho. *A idéia de uma visita de Marx à Monsanto sugere um recorte para um programa de questionamento e de pesquisa a ser empreendido e que é aqui apenas provocado com a evidência empírica dos sujeitos camponeses e o fato concreto da expansão dos cultivos transgênicos no contexto de novas instituições e mecanismos do capitalismo internacional (OMC, TRIPS, etc).*

Este programa evoca acima de tudo um acerto de contas entre o horizonte metodológico descortinado por Marx e as categorias forjadas por ele para pensar o

capitalismo à partir da realidade e de suas contradições, que a cada dia se recolocam, mas que também reiteram a racionalidade particular desse sistema.

No protagonismo daqueles que hoje, campo afora, seguem lutando e resistindo está a maior força de oposição ao sistema, como procurei caracterizar na introdução do contexto geral do movimento antiglobalização, e que, acredito, está a maior fonte para a reconstrução do sentido de esquerda no século XXI, especialmente por incorporar a dimensão ecológica à luta política. E o sentido de esquerda e de construção de alternativas ao capitalismo *não superou ainda o programa de crítica proposto por Marx*.

A idéia de sugerir aqui, inicialmente, um esforço de esquadrihar o que me parecem ser hoje as condições *para pensar a questão agrária*, envolve, como enfatizei de início, depurar as dinâmicas estruturais e a lógica dos processos sociais que naturalizam o capitalismo como sistema, como no exemplo em questão são o progresso tecnológico e a ciência burguesa. E enquanto processo gradual para entrar, também é via de saída.

Se o soro mora no veneno, uma vez que a tecnologia domina e aliena o trabalho e a natureza, o trabalho também detém o meio para a consciência e a libertação. Logo, recuperar a centralidade do trabalho, e do trabalho que diretamente transforma a natureza parece apontar a chave e o caminho mais fecundo para a superação do capitalismo e para a construção de um projeto de mundo e de civilização radicalmente outro, através do qual a reconquista da consciência e da autonomia ofereça também uma *Via* de reconciliação entre humanidade e natureza.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo (1992), Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Editora HUCITEC/ANPOCS/Editora da UNICAMP.
- AINGER, Katharine (2003) The new peasant's revolt. *New Internationalist* (353), www.newint.org,
_____ (2002) Vers une mouvement paysan international, *Défis Sud*, n.54.
www.sosfaim.be
- ALEGRIA, Rafael (2004) Memoria y resgate historico de la Via Campesina. Presentación, IV Congresso Internacional da Via Campesina, Itaici, São Paulo
- ALIMONDA, Héctor (2001) Herencia en Comala – Apuntes sobre la Ecologia Política latinoamericana y la tradición marxista, *Ambiente e Sociedade*, 8, Campinas
_____ (2004) Anotaciones sobre historia ambiental, ecología política y agroecología en una perspectiva latinoamericana, *Nueva Sociedad*, 189, Caracas, enero/febrero.
- ALTVATER, Elmar (1996) O preço da riqueza. *Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo. UNESP
- AMIN, Samir (2003) World poverty, pauperization and capital accumulation. *Monthly Review*, vol 55, n.5
_____ (2000) *Os Desafios da Mundialização*, Lisboa: Dinossauro
_____ (1975) *La acumulación en escala mundial*. Argentina, Siglo Veintiuno.
- ARNOLD, David (2000) *La naturaleza como problema histórico México: FCE*
- ASAD, Talal (1973) Introduction. In Talal Asad (org.), *Anthropology and the Colonial Encounter*. Atlantic Highlands, Humanities Press, pp. 1-19.
- BAKAN, Joel (2004) *The Corporation*. London: Constable & Robinson
- BATISTRADA, Franco (1980) *Marxismo e populismo 1861-1921 Attualità Del piu importante dibattito teórico-politico del secolo scorso* Milão, Jaca Book
- BERLAN, Jean-Pierre, (2001) dir., *La guerre au vivant. OGM & autres mystifications scientifiques*. Marseille : Editions Agone

- BERTHELOT, Jacques (2001), L'agriculture, talon d'Achille de la mondialisation. Clés pour un accord agricole solidaire à l'OMC - Préfaces de Jean-Marc Broussard et José Bové. Paris : L'Harmattan,
- BERTRAND, Jean-Pierre et alli (1983) Le monde du Soja. La Découverte/Maspero, Paris
- BORRAS, S.M. La Vía Campesina: an evolving transnational social movement. TNI Briefing Series, n.2004/6. Amsterdam: Transnational Institute, out. 2004.
- BOURDIEU, Pierre (2001), Contrafogos 2: Por um movimento social europeu, Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- _____ (2000a) La nouvelle vulgate planétaire. Paris: Le Monde Diplomatique, 5 maio
- _____ (2000b) Propos sur le champ politique Lyon : Presses Universitaires de Lyon,
- _____ (2000c) Les structures sociales de l'économie. Paris : Seuil,
- _____ (1999) e Wacquant, Loïc. On the Cunning of Imperialist Reason Theory, Culture & Society, Vol. 16, No. 1, 41-58
- _____ (1998) O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites. In: Contrafogos. Rio de Janeiro: Zahar
- _____ (1990), Coisas Ditas, São Paulo: Brasiliense
- _____ (1989) O Poder Simbólico, Lisboa: Difel
- _____ (1979) La Distinction : critique sociale du jugement. Paris: Les Editions de Minuit
- _____ (1963) Travail et travailleurs en Algerie. Paris: Muton
- BOVE, José & DUFOUR ,François (2000) Le monde n'est pas une marchandise. Des paysans contre la malbouffe. Entretiens avec Gilles Luneau. Paris : La Découverte
- BRASS, Tom (2002) Latin American peasants : new paradigms for old ?
In: Journal of peasant studies, no. 3, vol. 29, p. 1-40
- BRAUDEL, Fernand (1985) A dinâmica do capitalismo Lisboa: Teorema
- BRUNO, Regina (2003) Agronegócio: o despertar de um novo príncipe? borrador, Clacso
- BRUNTLAND, G. Our Common Future,
- BRUSEKE, F. J (2001) A técnica e os riscos da modernidade. Florianópolis, Editora UFSC
- BUEY, Francisco Fernández (2004) Marx (sem ismos). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ

- CAMPOLINA, Adriano & GONÇALO, José E. (2001) Transgênicos em debate. In: Teoria e Debate 2/01.
- CASTRO, Josué (2002 [1946]) A geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- _____ (1951) A geopolítica da fome. Rio de Janeiro: Casa do Estudante
- CHAMPAGNE, Patrick (1977) "La fête au village", In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 17-18
- CHAYANOV, A. (1981) Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In
- CHESNAIS, François (1996), A Mundialização do Capital, Xamã.
- _____ (1998) Tobin or not Tobin Paris: L'esprit frappeur.
- CHONCHOL, Jacques (2002). "La souveraineté alimentaire dans le monde et en Amérique latine" in HOUTART op. cit.
- CLEAVER, Harry (1972) The contradictions of the Green Revolution Monthly Review, 06.
- CROSBY, Alfred (1993 [1986]) Imperialismo Ecológico São Paulo, Companhia das Letras
- DE JANVRY, Alain (1981) The agrarian question and reformism in Latin America. Baltimore : John Hopkins University Press.
- DESMARAIS, Annette-Aurélie. (2002) 'The Via Campesina: Consolidating an International Peasant and Farm Movement', Journal of Peasant Studies, 29:2: 91-124.
- _____ (2003) The Vía Campesina: peasants resisting globalization. Tese. University of Calgary, Alberta
- DERRIDA, Jacques (1994) Espectros de Marx – O estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional, Relume Dumará, Rio de Janeiro
- DUNAYEVSKAYA, Raya (1985) Rosa Luxemburgo, la liberación femenina y la filosofía marxista de la Revolución México: Fondo de Cultura Económica
- DUPUY, Jean-Pierre (1980) Introdução à crítica da Ecología Política, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- ELIAS, Norbert (1993) O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

- ESCOBAR, Arturo (1999) After Nature: Steps to an Antiessentialist Political Ecology. *Current Anthropology*, 40, 1, February.
- _____ (2005) An Ecology of Difference. A Latin American approach to sustainability. Presentation. New developments. Threats and Promises, Oxford University, 3-5 July
- FAFIÁN, Manuel (1999) *Tecnociência y política de derechos humanos*. Madrid: Tecnos
- FERNANDES, Rubem César (1982) *Dilemas do Socialismo – A controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos* Paz e Terra, Rio de Janeiro
- FIORI, José Luís (1999). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes
- FOUCAULT, Michel (1979) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal
- FRIEDMANN, Harriet (2005) *Modernity and the Hamburger*. Yale Agrarian Studies Colloquium Series, Fall 2004/2005. Unpublished, disponível online: <http://www.yale.edu/agrarianstudies/papers/Hamburger.pdf>
- _____ (2004). “Feeding the Empire: The Pathologies of Globalized Agriculture,” in Leo Panitch and Colin Leys, eds. *The Empire Reloaded: Socialist Register 2005*. London: Merlin, pps. 207-225.
- _____ (2001) “Uma economia mundial de alimentos sustentável” in BELIK W. & MALUF, R. *Abastecimento e segurança alimentar, os limites da liberalização*. Campinas IE/UNICAMP p 1-22
- _____ (2000) “What on Earth is the Modern World-System? Foodgetting and Territory in the Modern Era and Beyond,” *Journal of World-Systems Research*. Vol. VI. Summer/Fall
- FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. (1989) *Agriculture and State System*. *Sociologia Ruralis*, v.29, n.2, p.93-117.
- FOSTER, John B. (2000) *Marx’s Ecology*. *Monthly Review*
- FOUCAULT, Michel (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro : Ed. Graal
- GEORGE, Susan (1999) *Breve Historia do Neoliberalismo: Veinte años de economía de elite y las oportunidades emergentes para un cambio estructural*. Conferencia sobre Soberanía Económica en un Mundo Globalizado. Bangkok, marzo 24-26.
- GIANOTTI, José Arthur (2000) *Certa Herança Marxista* São Paulo, Companhia das Letras
- _____ (2001) *Marx* Porto Alegre, LPM

- GIDDENS, Anthony (1991) As consequências da modernidade. São Paulo: Editor a Unesp
- GRAS, Alain (2003) Fragilité de la puissance. Se libérer de l'emprise technologique, Paris, Fayard
- _____ (2001) L'illusion de la fatalité technique, in L'Ecologiste, Dossier: sciences et techniques n° 5, 26-33
- GOODMAN, David, Bernardo Sorj, & John Wilkinson. (1990) Das lavouras à biotecnologia. Rio de Janeiro: Campus
- _____ & REDCLIFT, Michael. (1982) From Peasant to Proletarian – Capitalist Development and Agrarian Transition. St. Martin's Press, New York
- GONÇALVES, C. V. P (2004) A nova questão agrária cada vez mais urbana (mimeo)
- _____ (2002) “Da geografia as geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”; en La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial, de Ana Esther Ceceña y Emir Sader (coordinadores), CLACSO
- _____ (1995) Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, B. et al. (orgs.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec
- GRAZIANO, Xico (2000) Os transgênicos e o poder da tecnologia. Idéias e Debates (cadernos de discussão PSDB) n.33
- HARVEY, David. (1993) Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola
- _____ (2004) O Novo Imperialismo, São Paulo: Loyola.
- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame (1998), A Globalização em Questão, Petrópolis: Vozes
- HEGEDÜS, András (1984) A questão agrária. In. História do Marxismo IV: a história do marxismo na época da II Internacional (org. Hobsbawn). Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra
- HOUTART François (2002) org. Question agraire et mondialisation Cetrin, Louvain-la-Neuve, L'Harmattan
- _____ & POLET François, (2000) L'Autre Davos. Mondialisation des résistances et des luttes. Paris / Montréal : L'Harmattan
- JAMESON, Frederic (1996) Pós-modernismo – A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio, Ática, São Paulo

- KAUTSKY, Karl. (1980[1899]), A Questão Agrária. Tradução de C. Iperoig. São Paulo, Proposta Editorial.
- KLOPPENBURG, Jack (1988) First the seed. Cambridge: Cambridge University Press
- KNEEN, Brewster (2005) El gigante invisible Cargill y sus estratégias transnacionales. Buenos Aires, Grain/AT, 2005
- KURZ, Robert (2003a) Ontologia Negativa. As eminências pardas do Iluminismo e a metafísica histórica da Modernidade, Revista KRISIS, nº 26
- _____ (2003b) Por debajo de toda critica La izquierda, la guerra y la ontología capitalista www.krisis.org
- _____ (1993) O colapso da modernização. S. Paulo: Paz e Terra.
- LANDER, Edgardo (2003). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires
- 1996
- LEFF, Enrique (2001) Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____ (1998) Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. Mexico: Siglo XXI
- _____ (1996) Ecologia y Capital, México: Siglo XXI
- _____ (1994) Ecologia y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Mexico: Siglo XXI.
- LÊNIN, Wladimir I. (1982 [1899]), O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo, Abril Cultural: Coleção Os Economistas.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1968) Mythologiques 3, L'Origine des manières de table Paris: Plon
- _____ (2004 [1964]) O cru e o cozido. Mitológicas 1. São Paulo, CosacNaify.
- LIPIETZ, Alain (2000) "Political Ecology and the Future of Marxism", Capitalism, Nature and Socialism, March .
- LÖWY, Michel (2004) Socialismo e Natureza. Cortéz, Rio de Janeiro

- LUTZEMBERGER, José (1998) “Soja transgênica: problema político não técnico”. *The Ecologist* v.28 n.5 (edição brasileira dossiê Monsanto)
- MAE-WAN, Ho (2004) *Em defesa de um mundo sustentável, sem transgênicos*. São Paulo : Expressão Popular
- MAESTRI, Mário (2004) “A aldeia ausente: índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro” em *As portas de Tebas - Ensaios de Interpretação Marxista* Centro de Estudos Marxistas do Rio Grande do Sul
- MARTÍNEZ ALIER, Joan (1995) *De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular*, Nordan - Comunidd/Icaria, Montevideo
- _____ (2004) *El Ecologismo de los Pobres (Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración*, Icaria/FLACSO, Barcelona
- MARX, Karl (1986) *El Capital*, Volumes I, II e III, México D.F: Siglo XXI
- _____ (1978 [1844]) *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores)
- _____ (1978 [1898]) *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores)
- MARX, K & ENGELS, F.(1980) *El porvenir de la comuna rural rusa*. Trad. de Félix Blanco. Prep., rev. e notas José Aricó. México: Siglo XXI Cuadernos de Pasado y Presente
- MAZOYER, Marcel (2002) “Mondialisation libérale et pauvreté paysanne. Quelle alternative?” In HOUTART, op. cit. pp.5-26
- McLAUGHLIN, Paul (1998) *Rethinking the Agrarian Question: The Limits of Essentialism and the Promise of Evolutionism*. *Human Ecology Review*, vol 5 n.2 <http://www.humanecologyreview.org/pastissues/her52/52mclaughlin.pdf>
- MICHELLI, Odair (2002) *A questão agrária na Europa Oriental na obra de Karl Marx*. Maringá: Acta Scientiarum v.24, n.1 p.233
- MINTZ, Sydney (2001) *Comida e antropologia: uma breve revisão*. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, out, vol.16, no.47, p.31-42.
- MINTZ, Sidney and FRIEDMANN (2004) “1750: Colonies and the First Globalization”. *Atlante dell’alimentazione e della gastronomia*. Torino:Unione Tipografico-Editrice
- MOONEY, Pat R. (1987) *O escândalo das sementes*. São Paulo: Nobel

- MORIN, Edgar (1999) O século XXI começou em Seattle. *Le Monde*, 7 de dezembro
- MOYO, Sam. e YEROS, Paris. (2005 [2003 mimeo]), *The Resurgence of Rural Movements under Neoliberalism*. London, Zed Books.
- MORGAN, D. (1979) *Merchants of Grain*. Viking
- NAVARRO, Luis H. (2007) Cargill: “el maiz de sus tortillas”. *La Jornada*, México, 30/01
- NAVES, Márcio B. (2000) *Marxismo e Direito : um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo
- O’CONNOR, James (2001) *Causas Naturales – Ensayos de Marxismo Ecológico*. México: Siglo XXI
- _____ (1994) “Sobre el mercadeo de la naturaleza, o los infortunios de la naturaleza capitalista”. *Barcelona: Ecologia Política*, 7
- de OLIVEIRA, Francisco (2004) ¿Hay vías abiertas para América Latina?. En publicacion: *Nueva hegemonía mundial. Alternativas de cambio y movimientos sociales* Atilio A. Boron, Argentina: CLACSO
- OLIVEIRA, João Pacheco de (1998). “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: *Mana*, abr. 1998, vol.4, no.1
- PALMEIRA, Moacir (1971) *Latifundium et Capitalisme au Bresil: Lecture Critique d’un Debat*. Université de Paris VII, Tese Doutorado, mimeo
- PETRAS, James. (1997) Latin América: the resurgence of the left. *New Left Review* I/223, may/june
- _____ (1998) *New revolutionary peasants*, *Rebelión & Zmag*
<http://www.rebellion.org/petras/english/newpeasantry170102.htm>
- _____ (2005) *The centrality of peasant movements in Latin America*
<http://www.counterpunch.org/petras06042005.html>
- PIERUCCI, Antônio Flávio (2003) *O Desencantamento do Mundo. Todos os passos do conceito em Max Weber*, São Paulo: Editora 34
- POLANYI, Karl (2000[1944]) *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus
- PRATT, Mary L. (1999) *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC
- RITZER, George (1996) *The McDonaldization of Society*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press

- SAHLINS, Marshall (1979) *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar
- _____ (1978) “A primeira sociedade da afluência”. In: Carvalho, Edgard ^a (org) *Antropologia Econômica*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas
- SALE, Kirkpatrick (1993) *The Green Revolution 1962-1992 the making of american environmental movement* Canadá : Harper Collings
- SCHLOSSER, Eric (2004) *Fast Food Nation*. London : Penguin
- SEGALEN, Martine. (1980) *Mari et femme dans la société paysanne*, Paris: Flammarion
- SEOANE, José e TADDEI, Emilio “De Seattle a Porto Alegre. Pasado, presente y futuro del movimiento anti-mundialización neoliberal” in Seone & Taddei (compiladores) *Resistencias Mundiales*. De Seattle a Porto Alegre, Buenos Aires, CLACSO, 2001, p.191 a 200.
- SILVA, José Graziano (1981) *O que é a Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense
- SILVA, José Graziano (1999) *Tecnologia e Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS
- _____ e Stolcke, Verena. Org. (1989) *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense
- SHANIN, Teodor (1983) *Late Marx and the Russian Road*. London :Routledge & Kegan Paul
- SHIVA, Vandana (2001) *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes
- _____ (1996) *Ethique et agro-industrie. Main basse sur la vie*. Paris : L'Harmattan.
- _____ (1993) *Monocultures of the Mind: perspectives on biodiversity and biotechnology*. London: Zed Books
- SOMBART, Werner (1986) *El Burgues*. Madrid : Alianza Editorial
- STAHEL, Andri W (2002) *Tempos em Crise- a base temporal das contradições da modernidade*. Campinas: Tese IFCH/UNICAMP
- _____ (1995) “Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e uma busca alternativa sustentáveis”. In: CAVALCANTI, C. (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, p. 104-127.
- THIESSE, Anne-Marie (1999) *La création des identités nationales. Europe, 18^o-20^o siècles* Paris: Editions du Seuil

- _____ (1997) “Ils apprenaient la France, l'exaltation des régions dans le discours patriotique” Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'homme, (coleção "Ethnologie de la France")
- VENTURI, Franco (1981) El populismo ruso, Madrid. Alianza
- VIA CAMPESINA Declaración Soberanía Alimentaria (www.viacampesina.org).
- _____ Debate sobre nossas linhas políticas e nossas articulações – Roteiro para discussão em preparação à IV Conferência, proposto pelo Comitê Coordenador Internacional.
- _____ Declaração final da IV Conferência Internacional da Via Campesina, Itaici, São Paulo, junho 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2001) Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto
- _____ (1974) The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the european world economy in the XVIth century. NY: Academic Press
- WANDERLEY, Maria Nazareth Braudel (2004) Agricultura familiar e campesinato – rupturas e perspectivas. Palestra CPDA, Rio de Janeiro, 08 março.
- WARWICK, Hugh. Agente Laranja : o envenenamento do Vietnã in The Ecologist, especial Monsanto files. V. 28, No 5, September/October, 1998.
- WEBER, Max (2004) A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo (Edição de ^a F.Pierucci), S. Paulo, Cia. Das Letras
- WOLF. Eric (1972) Ownership and political ecology, Anthropological Quarterly 45
- ZIZEK, Slavoj (1998) The Spectre is Still Roaming Around: An Introduction to the 150th Anniversary Edition of the Communist Manifesto. Bastard Books/B9, Arkzin, Zagreb.
- _____ (1997) Multiculturalism, or, the cultural logic of multinational capitalism. TS.(Publicado em Arkzin, Zagreb, N. s., números 3-5.) (www.arkzin.com)
- _____ (1996) O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (org) Um mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto